

Famílias monoparentais (Imigrantes) femininas sem rede de apoio em
Portugal:
Um Estudo de Casos Múltiplos

Mônica Francine Lucas Dutra

*Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Educação de
Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e
Intervenção ao longo da vida*

Orientado por
Professora Doutora Sofia Marisa Alves Bergano

Bragança
2025

***“Importante é saber
mais importante é nunca
perder a capacidade de
aprender.”***

Leonardo Boff

Dedicatória

A todas estas mulheres lindas, inteligentes, cheias de garra e resiliência, que merecem ser vistas e valorizadas por tanta potência, sagacidade, coragem e força, vocês são fantásticas!

Mulheres estas que trouxeram nas suas narrativas (muitas delas disruptivas e cheias de entusiasmo), a oportunidade de muitas aprendizagens não só para a academia, mas para todos os âmbitos da vida.

Só tenho a dizer, muito obrigada por contribuírem com tanto entusiasmo e boa disposição para este estudo! Vocês são maravilhosas!

Agradecimentos

In Memoriam aos meus Pais, *Glória Maria Lucas Dutra e Narcizo Fagundes Dutra*, duas presenças cheias de generosidade, a quem devo minha existência e meu ímpeto rebelde diante das injustiças do mundo.

Ao meu padrinho Adilson Ferreira, quem me inspirou desde sempre, pela sua resiliência e sede de conhecimento e sua avidez por ser um desbravador de mundos dentro e fora dele!

À minha irmã Natália Lucas Dutra e meu irmão, caçula lindo, Rodolfo Dutra Neto, que para além do laço de sangue são os amores da minha vida, que me dão exemplo de dedicação e coragem diariamente e que mesmo com um oceano de distância estão juntos de mim, agarradinhos, habitando meu coração e meus pensamentos.

À minha sobrinha Arya Dutra que traz inspiração na docilidade da infância e no amor como ponte, te amo!

In Memoriam ao meu querido e saudoso amigo *Rui Bento Correia*, que tanto me encorajou a ir em busca dos meus sonhos e tanto me auxiliou e incentivou nas minhas capacidades enquanto educadora! Eternas e cotidianas são a gratidão e saudades, foi uma honra ter tido alguém como tu na minha vida, sei que no outro plano tu ainda vibra por cada conquista por aqui!

Ao meu gato Gordo, que foi meu animalzinho de suporte, que me ajudou pela sua presença e leveza a superar momentos de mais tensão no decorrer do processo de escrita desta tese.

Ao meu namorado Leandro Caetano, por ter estado por perto nos momentos mais desafiadores. Te amo, obrigada pelo apoio!

À minha orientadora PhD. Sofia Bergano, esta pessoa cheia de garra e inquietação, a quem admiro pela sua postura ética e dedicada, por trazer direcionamentos tão cheios de sensibilidade e compreensão neste processo, por orientar dando espaço para as etapas de desconstrução e reconstrução de um novo olhar, plantando sua semente através do conhecimento partilhado gerando frutos e colhendo resultados cheios de novas e mútuas aprendizagens. Gratidão pelo privilégio de tê-la orientando meus passos neste percurso!

À minha amiga Fernanda Zanella, que faça chuva, faça sol na minha vida, está sempre aqui, pertinho, ajudando a clarear minhas ideias, segurando a minha mão, conversando, sonhando, filosofando e lutando na frente de guerra, em cada batalha, em

cada vitória, em cada conquista! Partilhando lágrimas risos e ótimas refeições, te amo amiga!

Aos meus queridos amigos Ive Muzitano e Fabrício Alvim pelas palavras de incentivo e encorajamento.

À Dimoni Ferreira, pela sua generosidade e partilha, gratidão amiga pela presença, pela escuta, pelas ajudas, pelas palavras de carinho!

Ao meu querido amigo *Óscar Joaquim Monteiro (In memoriam)*, pelo curto tempo que estive em seu convívio, me inspirar e ensinar tantas coisas bonitas pelo propósito da doação e amor pelo próximo. Obrigada pelas conversas, pelas tantas histórias partilhadas e por me encorajar a correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus amigos do trabalho, com quem partilho grande parte do meu dia, Juliana Costa e Ricardo Santos, pelo apoio e palavras de incentivo, pelas conversas, por toda a parceria, cumplicidade e cooperação!

À minha coordenadora de gabinete Anabela Martins, pelo seu apoio estes anos todos e pelo incentivo constante, obrigada por todo o afeto, compreensão e acolhimento.

À todas as pessoas que encontrei durante este percurso e que de alguma forma me reiteraram a relevância deste trabalho!

Resumo

A situação de monoparentalidade vivenciada por mulheres imigrantes em Portugal, se apresenta como uma realidade crescente e desafiadora. Diante da necessidade de visibilizar os desafios enfrentados por estas mulheres, através de uma abordagem interseccional, se constrói esta investigação, que visa identificar quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade. Para tanto, será apresentado um enquadramento teórico, estruturado com enfoque inicial nas dinâmicas migratórias e transformações demográficas em Portugal, seguindo para questões de género e, por fim, abordar reflexões conceituais sobre monoparentalidade. Na investigação optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, através de um estudo de casos múltiplos com foco em mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade em Portugal. Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, e tratados com recurso à análise de conteúdo. Os resultados obtidos apontam dificuldades de inserção no mercado de trabalho por conta da situação de monoparentalidade, além do isolamento social e a sobrecarga mental vivenciada cotidianamente.

Palavras-chave: imigração feminina; desigualdade de género; estereótipos de género; monoparentalidade feminina; interseccionalidade de género.

Abstract

The situation of single parenthood experienced by immigrant women in Portugal has emerged as a growing and challenging reality. In light of the need to give visibility to the challenges faced by these women, this investigation is developed through an intersectional approach and aims to identify the difficulties encountered by migrant women living in situations of single parenthood. To this end, a theoretical framework will be presented, initially structured around migratory dynamics and demographic transformations in Portugal, followed by gender issues and, finally, conceptual reflections on single parenthood. For this research, a qualitative methodological approach was adopted, using a multiple case study focusing on immigrant women experiencing single parenthood in Portugal. The data was collected through semi-structured interviews and analyzed using a content analysis method. The obtained results indicate difficulties in entering the job market due to the condition of single parenthood, as well as social isolation and the mental overload experienced on a daily basis.

Keywords: Female immigration; gender inequality; gender stereotypes; female single parenthood; gender intersectionality.

Índice

Epígrafe	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico	3
1.1 Dinâmicas Migratórias e Transformações Demográficas em Portugal	3
1.2 Migrações Internacionais: Conceitos e Enquadramentos	3
1.3 Motivações e Condicionantes dos Fluxos Imigratórios	5
1.4 Movimentos Migratórios em Portugal	6
1.5 Perfil sócio demográfico dos imigrantes internacionais em Portugal.....	8
1.6 Caracterização Imigrantes CPLP	10
1.7 Mães CPLP	11
2. Questões de Género.....	14
2.1 Perspetivas sobre Sexo e Género	14
2.2 Desigualdade de Género sob uma Perspetiva Interseccional.....	16
2.3 Performatividade de Género.....	16
2.4 Género e parentalidade	19
3. Família Monoparental, reflexões conceituais	21
3.1 Definição de família monoparental	21
3.2 Famílias monoparentais em Portugal	21
3.3 Mães monoparentais Imigrantes	23
3.4 Redes de apoio formal e informal às mães imigrantes monoparentais em Portugal.....	24
3.5 Impactos gerados na saúde mental da mulher imigrante, mãe, trabalhadora	27
4 Decisões Metodológicas	30
4.1 A opção pela investigação qualitativa	31
4.2 Estudo de casos múltiplos	31
4.3 A entrevista como técnica de recolha de dados: justificação e procedimentos ..	32
4.4 Aspetos éticos da investigação	33
5. Apresentação e discussão dos resultados	36
5.1 Estrutura de Análise de Conteúdo	36
5.2 Caracterização das participantes	37

5.3 Resultados relativos à categoria Perfil Sócio Económico	38
5.3.1 Perfil de Vulnerabilidade Sócio Económica	38
5.3.2 Perfil de Estabilidade Económica com conforto relativo	39
5.4 Resultados relativos à Categoria Percurso Migratório	40
5.4.1 Motivações, Trajetórias e Adaptação no Processo Migratório	41
5.4.2 Sentimento de Pertença e Integração Cultural	42
5.5 Resultados relativos à Categoria Construções Sociais de Género	44
5.5.1 Reprodução de estereótipos de Género	45
5.5.2 Novas Narrativas de Maternidade Solo	45
5.5.3 Discursos Ambivalentes sobre o Género	46
5.6 Resultados relativos à Categoria Condição Originária da Monoparentalidade... 47	
5.6.1 Ruturas Conjugais e Abandono Paterno	48
5.6.2 Gravidez Não Planeada e Decisão Materna	50
5.6.3 Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterno	51
5.7 Resultados relativos à Categoria Desafios da Condição de Monoparentalidade 52	
5.7.1 Desinserção no Mercado de Trabalho	53
5.7.2 Solidão e Monoparentalidade.....	55
5.8 Resultados relativos à Categoria Programas, Políticas e Redes de Apoio	57
5.8.1 Acesso a Programas Governamentais de Apoio	58
5.8.2 Redes Informais e Comunitárias de Suporte.....	59
5.8.3 Apoio Financeiro e Responsabilidade Paterna.....	60
5.8.4 Propostas e Sugestões de Melhoria nas Políticas Públicas	61
5.9 Resultados relativos à Categoria Estratégias Individuais..... Erro! Marcador não definido.	
5.9 Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento	63
5.10 Resultados relativos à Categoria Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos	65
5.10.1 Auto perceção da Saúde Física, Mental e Bem-Estar	66
5.10.2 Perceção das Mães acerca da Saúde e Bem-Estar dos Filhos	68
5.11 Resultados relativos à Categoria Síntese e Reflexão sobre ao Tema	69
Considerações Finais	73
Referências	77
Apêndice 1 Guião de Entrevista	82
Apêndice 2 Protocolo de consentimento - Entrevista.....	88
Apêndice 3 Análise de Conteúdo Perfil Sócio Económico	90
Apêndice 4 Análise de Conteúdo Percurso Migratório.....	91

Apêndice 5 Análise de Conteúdo Construções Sociais de Género.....	92
Apêndice 6 Análise de Conteúdo Condição originária da Monoparentalidade	93
Apêndice 7 Análise de Conteúdo Desafios da condição de Monoparentalidade.....	95
Apêndice 8 Análise de Conteúdo Programas, Políticas e Redes de Apoio.....	97
Apêndice 9 Análise de Conteúdo Estratégias Individuais	100
Apêndice 10 Análise de Conteúdo Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos	101
Apêndice 11 Análise de Conteúdo Síntese e Reflexão sobre a entrevista.....	103
Anexo 1 Parecer da Comissão de Ética	105

Índice de figuras e tabelas

Figura 1 - Movimentos Migratórios de Portugal 2013-2022	7
Figura 2 - Percentagem de Nados Vivos de Mães Estrangeiras em Portugal 2021-2022	12
Figura 3 - Árvore Categorial.....	35
Tabela 1 - Mulheres Imigrantes Monoparentais	37
Tabela 2 - Categoria - subcategoria e indicadores Perfil sócio económico.....	37
Tabela 3 - Categoria - subcategoria e indicadores Percurso Migratório	39
Tabela 4 - Categoria - subcategoria e indicadores Construções Sociais de Género ...	43
Tabela 5 - Categoria - subcategoria e indicadores Condição Originária da Monoparentalidade	47
Tabela 6 - Categoria - subcategoria e indicadores Desafios da Condição de Monoparentalidade	51
Tabela 7 - Categoria - subcategoria e indicadores Programas Políticas e Redes de Apoio	56
Tabela 8 - Categoria - subcategoria e indicadores Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento	62
Tabela 9 - Categoria - subcategoria e indicadores Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos	65
Tabela 10 - Categoria - subcategoria e indicadores.....	69

Introdução

Esta investigação emerge diante da necessidade de visibilizar os desafios enfrentados por mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade em Portugal, visto que esta realidade se apresenta de forma crescente e desafiadora, procura-se compreender e apontar as dinâmicas que se entrecruzam nas trajetórias destas mães, mulheres e imigrantes, por meio de uma abordagem interseccional, entre género, migração e monoparentalidade.

Trata-se não somente de discorrer acerca do tema, mas perceber os movimentos sob questões estruturais e as transversalidades que perpassam as mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade em Portugal. Mas de lançar luz sobre as vivências dessas mulheres, espera-se contribuir para o desenho de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades específicas das famílias monoparentais imigrantes em Portugal.

Assim, esta investigação pretende dar resposta à questão de investigação: Quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade?

Para alcançar este propósito foram definidos os seguintes objetivos: a) Caracterizar a origem da situação de monoparentalidade; b) Compreender que apoios estas mulheres encontram dentro da sociedade civil e advindas do estado para aceder melhores condições para si e seus filhos; c) Identificar programas, políticas, apoios por parte do estado para que estas mulheres criem condições como provedoras de suas famílias; d) Conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes do status de mãe, migrante e trabalhadora; e) Conhecer a condição sócio económica da mãe imigrante constituindo família monoparental; f) Avaliar os impactos na saúde física e mental destas mulheres; g) Analisar o impacto, percebido pelas mães, na saúde física e mental dos seus filhos; h) Identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade.

Com a questão problema e os objetivos definidos organizou-se o presente trabalho propondo uma primeira parte em que se apresenta o enquadramento teórico e uma segunda parte em descreve o estudo empírico. O enquadramento teórico está organizado por meio de três capítulos embasados em dinâmicas migratórias e transformações demográficas em Portugal, seguindo para questões de género e por fim serão apresentadas reflexões conceituais sobre monoparentalidade.

No capítulo 1, são desenvolvidas perspetivas acerca de conceitos e enquadramento das migrações internacionais; bem como as motivações e condicionantes dos fluxos migratórios, abordando os movimentos migratórios em Portugal, traçando o perfil sócio demográfico dos imigrantes internacionais em Portugal, e, mais especificamente, a caracterização de imigrantes CPLP, a seguir discorrendo sobre mães CPLP.

O capítulo 2, articula perspetivas associadas à diferenciação dos conceitos sexo e género e das construções sociais a eles associadas. São ainda abordados alguns instrumentos teóricos que permitem a análise da realidade social com a lente de género como a performatividade de género, os papéis atribuídos por género. buscam corresponder em nossa formação de identidade de género, seguindo para género e parentalidade, ao retratar as funções atribuídas por razão do género, como consequência da estrutura social a qual estamos inseridos. Para terminar, apresentam-se reflexões conceituais sobre a monoparentalidade, com objetivo de esclarecer o que define uma família monoparental. São, ainda, apresentados dados estatísticos sobre as famílias monoparentais em Portugal. E, para concluir apresenta-se o perfil de mulheres imigrantes monoparentais em relação à migração e monoparentalidade apresentando-se os desafios e particularidades envolvidos nesta condição apontaram-se. Ainda com base na literatura consultada abordam-se as redes de apoio formal e informal a que as mães imigrantes recorrem e, por fim, irá refletir-se sobre as consequências para a saúde mental de mulheres que experienciam a monoparentalidade e imigração simultaneamente.

Relativamente à parte empírica do estudo, optou-se por uma abordagem de investigação de cariz qualitativo, através do estudo de casos múltiplos com foco em mulheres imigrantes (com origem em países de língua portuguesa) em situação de monoparentalidade em Portugal, os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, e analisados com recurso à técnica de análise de conteúdo.

Os resultados obtidos, demonstram a necessidade de um olhar mais sensível e empático, em torno destas mulheres imigrantes, que são mães que compõem famílias monoparentais, e que se reconhece em suas nas suas narrativas uma busca por visibilidade social e acesso ao mercado de trabalho, por meio de pautas que reestabeçam sua garantia a dignidade e representação, sob uma lógica de entreaajuda.

1. Enquadramento Teórico

1.1 Dinâmicas Migratórias e Transformações Demográficas em Portugal

Apresentar as definições e problemáticas envolvidas nas dinâmicas migratórias e transformações demográficas em Portugal, propõem uma reflexão acerca da sua estrutura, tendo não apenas o intuito de conceituar, mas desenvolver de forma sistémica um processo de fundamentação caracterizada pela sua organização sequencial e interconectada, onde todas as partes formam o todo, e que tragam condições de abordagem acerca das mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade em Portugal, seguindo uma ordem intencional, os subcapítulos abrangem temáticas relacionadas ao títulos nominados, Migrações Internacionais: Conceitos e Enquadramentos; Motivações e Condicionantes dos Fluxos Imigratórios; Movimentos Migratórios em Portugal; Perfil Sociodemográfico dos Imigrantes Residentes; A CPLP e a Imigração Lusófona: Interligações e Desafios de Integração.

1.2 Migrações Internacionais: Conceitos e Enquadramentos

Os processos migratórios constituem fenómenos sociais historicamente presentes e caracterizados por sua natureza dinâmica e multidimensional. Desde os primórdios da humanidade, a mobilidade humana tem sido impulsionada por fatores como a procura por sobrevivência, segurança, acesso a alimentos, recursos e melhores condições de vida. O advento da globalização e o crescente entrelaçamento das dinâmicas sociais contemporâneas, tornaram os conceitos vinculados à migração mais complexos e amplamente difundidos, exigindo uma delimitação terminológica mais precisa para a sua adequada compreensão e análise.

De acordo com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2018), o termo *migrante* refere-se a qualquer pessoa que se desloca do seu local de origem para outro local onde passa a residir. Esse movimento pode ocorrer dentro das fronteiras do mesmo país sendo, nesse caso, denominado *migrante interno*, entretanto o termo migrante pode ainda ser associado à travessia de fronteiras internacionais, configurando o chamado *migrante internacional*. Contudo existem terminologias específicas para entrada e saída de pessoas, a nível internacional, pois, quando uma pessoa deixa o seu país de origem para viver em outro, é considerada *emigrante* sob a ótica do país que deixa e, simultaneamente, *imigrante* para o país de destino, onde estabelece uma nova residência.

Essa distinção conceitual é importante para compreender as diversas formas de mobilidade humana e suas implicações jurídicas, sociais e políticas, tanto para os indivíduos quanto para os Estados-nações envolvidos no processo migratório.

As conceituações podem assumir uma posição ambivalente, quando por exemplo, por imigrante também pode ser denominado aquele que emigra de forma involuntária de seu território, e que é “recebido” em um país de acolhimento como imigrante, mas com estatuto de refugiado, buscando compreender os mecanismos engendrados para cada caso (Cierco, 2017; Fernandes, 2024), nos tange uma comparação, com notória diferença, consoante aos contextos que desenham, enquanto que a migração voluntária, acontece por motivações do próprio indivíduo, mesmo que isso evidencie uma busca por aceder melhores condições que em seu país de origem, seja focado na qualidade de vida, oportunidade profissional, estudos, segurança, exercem sua liberdade de escolha, tendo a possibilidade planejar sua saída e optar pelo que destino que julga mais condizente com seu objetivo, já na imigração involuntária, não existe liberdade de escolha do destino, o que acontece é uma fuga que visa sobrevivência, o que afeta profundamente a sua experiência de deslocação e integração.

O que nos leva a constatar por meio do que nos diz Nolasco (2016, p.2), que: “A maleabilidade conceitual de “migrações” varia num intervalo entre dois extremos dicotômicos, em que num dos lados a definição é tão ampla que inclui todas as formas de mobilidade, e no outro, pelo contrário, é tão restrita que exclui da conceção determinados movimentos”, o sujeito migrante tem cabido em tantas definições que torna complexo conceituar de modo mais preciso a semântica envolvente no seu campo conceitual, se tão multiforme e variável quanto aos perfis dos atores sociais que encontramos inter cruzados no papel de migrante.

Assim, por conta da diversidade de trajetórias, o estatuto do ser migrante, converge numa natureza multifacetada e dinâmica, refletindo em diferentes perfis que ocupam os atores sociais no fenómeno migratório, coadunando com Nogueira (2019,p. 2), ao descrever que “sendo o migrante nada mais do que um indivíduo, comum, que produz e reproduz a si e o mundo, ele o faz não só em sua condição ante litem, enquanto cidadão autóctone, mas, também, cria, produz e reproduz significado pelos espaços em que transita”.

A necessidade de elucidar temáticas voltadas a imigração, objetivam clarificar um conceito, para dinamizar e identificar abordagens mais focadas na imigração,

exemplificadas por meio de narrativas das experiências vivenciadas na realidade dos indivíduos que imigram.

1.3 Motivações e Condicionantes dos Fluxos Imigratórios

Para que se possa elencar as motivações que pode ter um indivíduo para deixar seu país/ estado nação rumo ao “desconhecido” “diferente” para outro, requer constatar e refletir sobre os níveis de tolerância e processos de readaptação em diversas esferas da vida, o que, via de regra traz uma carga complexa, mesmo quando voluntária. Quando um sujeito decide migrar, traz consigo uma série de fatores que foram considerados anteriores a ação, contudo, compreender que existe uma heterogeneidade muito grande dentro destas trajetórias, e que coexistem pontos que conectam e caracterizam o ser migrante e que estas resultam de um maior ou menor sucesso na integração do sujeito, relacionado aos âmbitos pessoal, social e profissional (Nolasco, 2016).

Neste sentido, como exemplo a fatores que motivam uma pessoa a deixar seu país de origem, apontamos para o que afirma Oliveira (2023, p.45), dizendo que, “nas autorizações de residência para estudo no ensino superior passando este a destacar-se como um título de residência que mais justifica a permanência de mulheres estrangeiras em Portugal”. Visto que o percentual de autorizações de residência para fins de estudo no ensino superior, chegaram a 57,2% no ano de 2022. Identificando os estudos, como motivações que geram o movimento de deslocação e mudança de território, de cultura, de país por mulheres que buscam melhores condições de vida por meio de formação acadêmica.

Contudo para aquém do indivíduo, as circunstâncias externas também devem ser equacionadas, para tanto, faz-se necessário descortinar cenários que possam dar mais ou menos condicionantes desde sua entrada, e para que possamos compreender quais fatores influenciam na permanência num determinado território, no caso em questão, Portugal, referenciamos pontos encontrados na descrição feita por Góis e Marques (2018, pp.127-128), onde apontam sua constituição plural e dinâmica ao dizer que,

A imigração em Portugal constitui uma realidade complexa, multifacetada, diversa, marcada por diferentes estruturas sociodemográficas, por motivos e processos migratórios diversos e por variadas formas de perspetivar a integração na sociedade de acolhimento e o projeto migratório. Entre a perenidade cíclica de uma imigração sazonal, sectorialmente determinada na agricultura ou no turismo,

uma migração temporária (ainda que de médio prazo), que caracteriza as crescentes migrações de estudantes e a migração de longa duração típica de migrações laborais – que inclui a migração familiar e uma integração social de longo termo –, há todo um universo migratório distinto a abordar. Não é possível pensar a imigração em Portugal a partir de uma simplificação das suas causas, origens ou características. Na maior parte das vezes, a imigração em Portugal é o resultado de processos múltiplos, históricos, económicos e sociais, que, sendo de nível macro ou meso, se singularizam na vida dos migrantes que acolhemos no país.

O processo imigratório é marcado por uma complexidade em função de fenómenos resultantes, observamos por intermédio de Zanforlim (2013), que, a migração é um fenómeno marcado por muitas mudanças e influências ao mesmo tempo, o que torna sua compreensão bastante complexa. Por isso, é importante olhar para esse processo considerando diferentes fatores que se cruzam — como os motivos sociais, económicos, políticos e culturais.

1.4 Movimentos Migratórios em Portugal

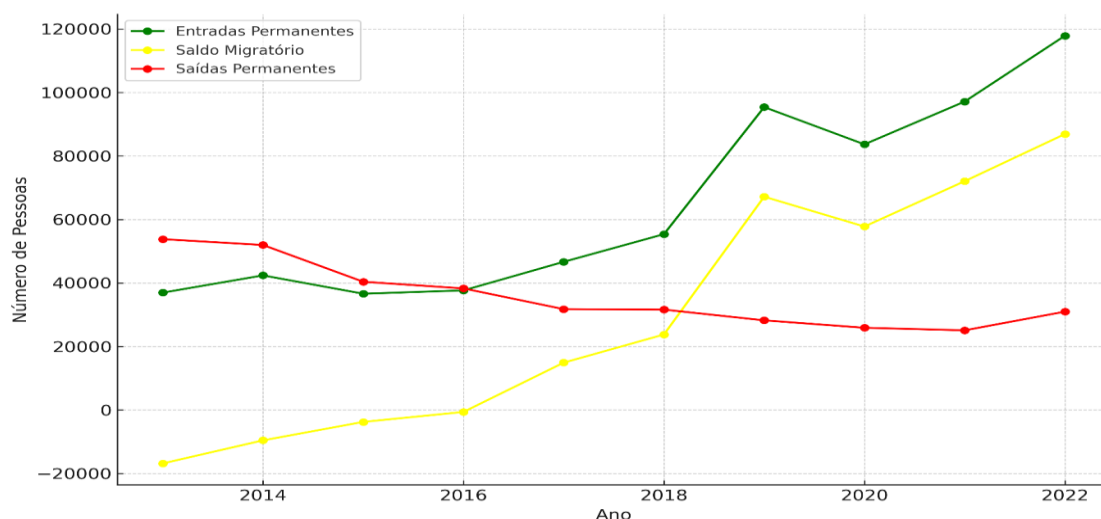
Ao longo da história da humanidade, a mobilidade tem sido uma característica constante das sociedades humanas. Os movimentos migratórios resultam de múltiplas causas, entre as quais se destacam a procura por melhores condições de vida, oportunidades económicas e profissionais, a reunificação familiar, a realização de projetos educativos dentre outros. (ONU, 2025).

Esta mobilidade acontece de forma dinâmica e constante, de forma mensurável por meio dos quocientes entre as entradas e saídas de pessoas de um determinado território, ao abranger Portugal, identificamos um movimento que (Góis, 2022; Oliveira, 2023), nominam por “substituição” e “compensação” de mão-de-obra, que de forma resumida, podemos definir como um movimento de ocupação de espaços vagos, que foram deixados por cidadãos emigrantes e consequentemente preenchidos por cidadãos imigrantes, ou seja, diante de um alto índice de emigração de indivíduos em idade ativa, essa evasão precisa ser compensada com a entrada de pessoas igualmente em idade ativa, ou seja, por uma lógica de substituição, relacionando com Oliveira (2023), que nos remete às migrações e seu impacto na composição etária que podem representar ganhos (imigração) ou perdas (emigração) populacionais, dependendo das idades dos migrantes

e da direção dos fluxos. No contexto atual, esta relação é frequentemente discutida à luz dos desafios impostos pelas mudanças demográficas e pela crescente mobilidade humana.

Como modo de explorar a conjuntura relativa a Portugal no que se refere a saldos migratórios, os dados mais recentes publicados, datam o ano de 2022, partindo dos dados recolhidos foi elaborado gráfico com quantificação da população por entrada permanente, saídas permanentes, resultando num saldo migratório positivo ou negativo em um recorte de 10 anos (entre os anos de 2012 e 2023), como ilustrado abaixo:

Figura 1 – Movimentos Migratórios de Portugal 2013-2022



Nota: Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) permanentes e saldos migratórios em Portugal de 2013 a 2022). Adaptado de Oliveira (2023)

Ao analisarmos os dados evidenciados no gráfico, observamos que no intervalo entre os anos de 2013 e 2022, os movimentos migratórios em Portugal sofreram uma mudança significativa na sua estrutura. Por ordem cronológica no ano de 2013, quando o país ainda enfrentava um saldo migratório negativo, o número de entradas permanentes eram 37.377 foi inferior às saídas permanentes (49.572), resultando num saldo migratório negativo de -12.195 pessoas, justificada pelo desencadeamento de crise económica e financeira internacional no país.

A partir de 2015, o número de entradas permanentes (52.325) aproxima-se das saídas (38.273), e o saldo migratório apresenta valores positivos, mesmo que modestos (+3.404 pessoas). Observamos fatores que podem ter influenciado nesta viragem como a retoma económica nacional, crescimento do setor do turismo, consolidação de políticas

públicas mais inclusivas em matéria de imigração, nomeadamente a facilitação da regularização de cidadãos estrangeiros e o reforço dos mecanismos de integração social.

Entre 2016 e 2019, constata-se um aumento considerável nos casos de imigração. Sendo que no ano de 2019, o número de entradas permanentes atinge 95.382, o mais elevado até então, enquanto as saídas permanentes diminuem para 55.357, produzindo um saldo migratório de +28.219 pessoas. Este crescimento expressa uma transformação de cunho estrutural no papel de Portugal no sistema migratório europeu: que passa de país emissor, marcado pela emigração económica, a também país de destino.

Mesmo durante o contexto pandémico (2020–2021), devido a circunstância podemos considerar que mesmo que as entradas tenham sofrido uma ligeira contração o fluxo migratório manteve-se estável, 83.654 em 2020 e 97.119 em 2021 — com um saldo migratório positivo variando entre +25.869 e +25.079. Ao constatar estes valores visualizamos uma capacidade de atração migratória sustentada, mesmo em períodos de instabilidade global.

O ano de 2022 marca um pico no número de entradas chegando a 117.843 entradas permanentes, 86.889 saídas, e um saldo migratório de +30.954 pessoas. Este dado reitera um reforço acerca a atratividade do país, associado não só à retoma económica pós-pandemia, mas também a fatores estruturais, como o envelhecimento populacional, a escassez de mão de obra em determinados setores e a imagem internacional positiva de Portugal como país seguro, acolhedor e com qualidade de vida elevada.

Deste modo, é possível concluir que, entre 2013 e 2022, a imigração em Portugal aumentou de forma expressiva e sustentada. O crescimento das entradas permanentes — de 37.377 em 2013 para 117.843 em 2022 — representa um acréscimo superior a 215% no período analisado, o que reflete tanto a recuperação económica como uma mudança de paradigma demográfico e político. A imigração passou a desempenhar um papel crucial no reequilíbrio populacional, na dinamização do mercado de trabalho e na diversificação cultural do país.

1.5 Perfil sócio demográfico dos imigrantes internacionais em Portugal

A evolução das populações é determinada por um conjunto de fatores demográficos fundamentais, entre os quais se destacam os nascimentos, os casamentos, os óbitos e as migrações. Cada um destes elementos influencia não apenas a dimensão populacional, mas também a sua distribuição espacial e estrutura etária. Os nascimentos contribuem

para o aumento populacional e o rejuvenescimento demográfico, sendo avaliados por indicadores como a taxa de natalidade e a taxa de fecundidade. Os óbitos, ao reduzirem a população, podem acelerar o seu envelhecimento, sobretudo quando afetam predominantemente faixas etárias mais avançadas e as migrações assumem um papel significativo na dinâmica demográfica, influenciando o crescimento, a distribuição e a renovação das populações. (Oliveira, 2023a). Ainda afirma Oliveira (2023b, pp. 27-28) que, “nas características sociodemográficas da população estrangeira residente em Portugal destacam-se os perfis em idade fértil e ativa.” afirmando que “[...] por se tratar de uma imigração predominantemente de razões económicas ou laborais, assume um papel fundamental no atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico da população portuguesa e contribui para a natalidade do país”.

Nas últimas décadas, Portugal tem-se caracterizado pela sua capacidade de atrair, simultaneamente, profissionais altamente qualificados para os segmentos superiores do mercado de trabalho e trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação para os setores profissionais de base. Esta dualidade revela a complexidade do modelo migratório português, que responde tanto às exigências de qualificação técnica em áreas especializadas quanto às necessidades estruturais de mão-de-obra em atividades menos valorizadas social e economicamente (Góis e Marques, 2007).

De acordo com dados publicados no relatório de imigrações e asilo 2023, a estrutura etária da população estrangeira residente em Portugal revela um predomínio expressivo de indivíduos em idade potencialmente ativa. Cerca de 80,5% dos cidadãos estrangeiros enquadram-se no grupo etário dos 25 aos 44 anos, o qual totaliza 532.214 pessoas. Esta predominância de adultos em idade laboral constitui um recurso demográfico estratégico para o mercado de trabalho português, especialmente num contexto de envelhecimento populacional e declínio da natalidade entre a população ativa (Pordata, 2024).

Por outro lado, a população estrangeira mais jovem, entre 0 e 19 anos, representa 11,6% do total, sinalizando a presença de núcleos familiares. Contudo, como afirma Peixoto et al. (2017, p.42), em maior ou menor grau, quando a fecundidade não assegura a substituição das gerações, as migrações têm um papel importante na gestão das implicações do envelhecimento e declínio populacional. Ainda assim, para que esse fluxo populacional possa contribuir de forma positiva, é fundamental assegurar níveis elevados de integração laboral e social dos imigrantes, perante isto, deveria aplicar-se uma lógica mais sensata e investir-se na criação de políticas públicas voltadas para a integração educativa e social de crianças e adolescentes imigrantes. Em contrapartida, os cidadãos

estrangeiros com 65 ou mais anos constituem apenas 7,9% da população imigrante residente, refletindo o perfil relativamente jovem desta população e, em certa medida, os padrões migratórios contemporâneos, marcados sobretudo pela mobilidade de adultos em busca de melhores condições de vida e emprego.

1.6 Caracterização Imigrantes CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, tendo como fundamento a língua portuguesa enquanto património histórico e elemento de identidade comum. Posteriormente, Timor-Leste aderiu em 2002 e a Guiné Equatorial em 2016, ampliando o quadro de Estados-membros. Embora formada por países geograficamente dispersos, a CPLP afirma-se como um projeto político e estratégico sustentado por três pilares fundamentais: a consonância político-diplomática, a cooperação multissetorial e a promoção da língua portuguesa. Enquanto foro multilateral, a organização visa fortalecer os laços históricos, culturais e diplomáticos entre os seus membros, promovendo a solidariedade e a articulação conjunta no cenário internacional.

Os preceitos que fundamentam a CPLP, coadunam com a narrativa de Nolasco (2016, p. p.24-25), onde reforça a ideia de que,

Entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, não tem que existir proximidade geográfica, verificando-se até em algumas situações uma significativa distância. O que aproxima os países são ligações diversas, nomeadamente processos de um passado colonial comum, ou aspetos de índole cultural, político, económico, tecnológico, entre outros. Assim, os fluxos migratórios ocorrem em paralelo com outros fluxos, podendo até verificar-se que o movimento de pessoas é concomitante com movimento de migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias expressão cultural, de relacionamento político ou comercial, contribuindo para a intensificação dos laços que aproximam os países.

Neste sentido quando analisadas as populações estrangeiras residentes em Portugal revela-se uma predominância expressiva de cidadãos oriundos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), segundo dados da Pordata (2024), o Brasil destaca-se como a principal nacionalidade estrangeira em Portugal, representando 29,3%

do total de imigrantes. Este dado confirma a centralidade da comunidade brasileira, cuja presença tem vindo a crescer significativamente nas últimas décadas, impulsionada não apenas por afinidades linguísticas e culturais, mas também por redes migratórias consolidadas, fatores económicos e políticas migratórias favoráveis, como os acordos de mobilidade no âmbito da CPLP Além do Brasil, outros países africanos de língua portuguesa, como Cabo Verde (4,9%), Angola (3,7%), Guiné-Bissau (2,9%) e São Tomé e Príncipe (1,6%), figuram entre as principais nacionalidades estrangeiras em território português.

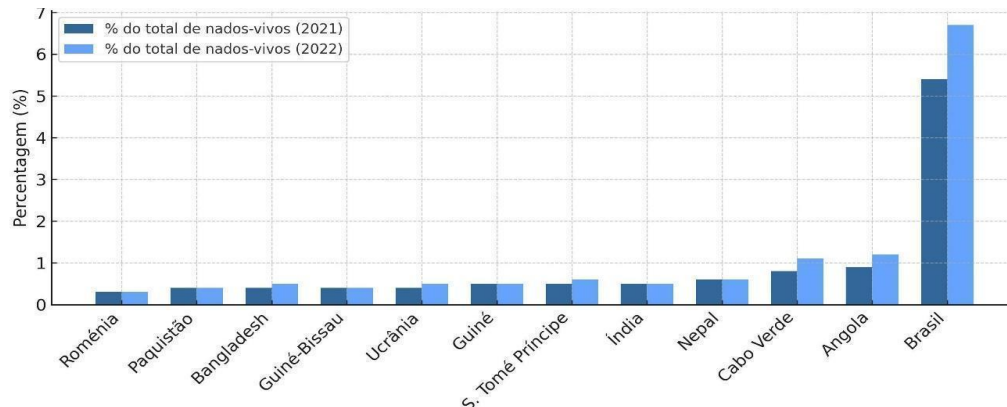
Conforme afirma Oliveira (2023, p.40), “As razões de entrada em Portugal não são idênticas para todos os fluxos imigratórios”. No entanto as razões de estudo predominam nos vistos de residência atribuídos aos nacionais do Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Muito embora tenham sofrido uma baixa entre 2019 e 2022, a menor percentagem foi de 38, 2% em 2022, para os cidadãos brasileiros e a maior chegou a 86,1% no ano de 2021, com Guiné- Bissau.

As projeções das quais se fundamenta a CPLP, remetem ao que Peixoto et al (2017), percebe acerca da reconfiguração das sociedades contemporâneas em resposta às transformações demográficas, onde refere que a migração assume um papel estratégico, sobretudo em países que, há várias décadas, enfrentam fenómenos de envelhecimento populacional acentuado, como se constata no contexto europeu. Sendo assim, os imigrantes têm um papel essencial para diminuir o défice populacional em Portugal, entretanto para isso, precisam estar incluídos por políticas de acolhimento que promovam sentimento de pertença a estas pessoas, que também contribuem ativamente nos âmbitos sociais, económicos, laborais, reprodutivos, coadjuvando o corpo sócio demográfico do país.

1.7 Mães CPLP

O perfil sócio demográfico 80,5% do total de estrangeiros, é composto por pessoas que se encontram em uma faixa etária entre 25 e 44 anos, (Pordata, 2024), ou seja, na fase adulta, ainda em idade reprodutiva, contribuindo para elevar as taxas de fecundidade do país, o gráfico abaixo ilustra proporção de nados vivos e as nacionalidades que contribuem para este aumento.

Figura 2 - Percentagem de Nados Vivos de Mães Estrangeiras em Portugal 2021-2022



Nota: Percentagem de nados-vivos de mães estrangeiras do total de nados-vivos em Portugal, por principais nacionalidades, em 2021 e 2022. Adaptado de Oliveira, 2023 - Observatório das Migrações

Ao analisarmos os dados evidenciados no gráfico, da percentagem de nados-vivos, em Portugal, cujas mães são estrangeiras, desagregados por nacionalidade das mães, em 2021 e 2022, constatamos que se destaca, com expressiva margem, a nacionalidade brasileira, que lidera em ambos os anos analisados. Em 2021, os nados-vivos de mães brasileiras representavam 5,4% do total nacional, percentagem que aumentou significativamente para 6,7% em 2022. Este crescimento reforça a centralidade da comunidade brasileira no panorama migratório português, traduzindo-se numa presença marcante no perfil reprodutivo nacional.

Em segundo plano, observam-se as nacionalidades angolana e cabo-verdiana, ambas oriundas do espaço lusófono africano. No caso de Angola, a proporção aumentou de 0,9% para 1,2%, enquanto Cabo Verde registou um crescimento mais discreto, de 0,8% para 1,1%, mantendo uma trajetória relativamente estável. Estes dados atestam a continuidade histórica da presença africana em Portugal, ainda que com dinâmicas diferenciadas conforme a nacionalidade.

Outros grupos com relevância crescente incluem países do Sul da Ásia como o Nepal, a Índia e da África subsariana, como São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau, cujas percentagens variam entre 0,4% e 0,6% nos dois anos. A sua presença reflete o alargamento do leque de nacionalidades representadas nas migrações femininas para Portugal, sinalizando uma crescente heterogeneidade cultural e demográfica.

Importa destacar que, entre as sete nacionalidades com maior percentagem de nados-vivos de mães estrangeiras em Portugal, cinco pertencem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Brasil, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Esta predominância evidencia a importância geoestratégica e histórica dos laços linguísticos e culturais que aproximam Portugal dos países da CPLP, influenciando os padrões de migração e as trajetórias familiares das mulheres imigrantes oriundas destes contextos.

No que respeita à Ucrânia, apesar do cenário de conflito armado que se agravou em 2022, os dados mantêm-se estáveis em 0,4%, o que pode indicar um impacto demográfico mais visível em anos subsequentes. Já Bangladesh e Paquistão registam ligeiros aumentos, ainda que com valores pouco expressivos no conjunto total.

Por fim, a comunidade romena apresenta as percentagens mais baixas entre as nacionalidades analisadas, mantendo-se estável em 0,3% nos dois anos, o que aponta para uma menor expressão da fecundidade associada a esta comunidade no contexto nacional.

Em termos globais, o gráfico revela uma tendência de incremento na participação das mulheres migrantes no fenómeno da natalidade em Portugal. Tal tendência coloca desafios e oportunidades no âmbito das políticas públicas, nomeadamente, no que se refere à promoção de condições de igualdade no acesso à saúde materno-infantil, ao reconhecimento da diversidade cultural nas práticas parentais e à integração sociocomunitária das famílias migrantes.

2. Questões de Género

Abordar questões de género, no envolvente das dinâmicas que interseccionam género, monoparentalidade e migração, propõe uma reflexão acerca das construções sociais, sob um exercício de questionamento da sua estrutura e o que a fundamenta. Assim, com o intuito de clarear conceitos, compreender e respaldar relações constituídas a partir do género, apresentam-se definições nos subcapítulos cumprindo a sequencia, perspetivas sobre sexo e género, performatividade de género e parentalidade e género.

2.1 Perspetivas sobre Sexo e Género

Para compreendermos perspetivas acerca de sexo e género, é importante iniciar, por um esclarecimento dos conceitos, que frequentemente são interpretados equivocadamente como iguais, mas são distintos. A definição de sexo coloca-nos no âmbito da condição biológica, relacionada com os aspetos anatómicos, cromossómicos de fêmea ou macho, ligada aos órgãos reprodutivos, enquanto o género se torna o resultado do processo da construção social, a partir do qual se evidenciam as categorias de feminino ou masculino (Amâncio, 2003; Stryker, 2006). Contudo, a perceção de cada um sobre quem é se vai construindo a partir do corpo sexuado como nos diz, Campos, (2025, p.9),

A auto-perceção de género é num primeiro instante determinado pelo sexo atribuído à nascença, e posteriormente reforçada através de um processo de socialização, a partir do qual indivíduos desenvolvem e aprendem a “fazer” o género interiorizando normas e papéis de género à medida que interagem com os principais agentes de socialização, como a família, as redes sociais e outras instituições sociais.

Portanto, constrói-se uma inviabilidade ao considerar analisar a condição biológica como único determinante de género, este enfoque exige mais complexidade e diversidade, onde o sexo não define a identidade de género. E, da mesma forma, a identidade de género não pode tampouco ser reduzida a uma classificação binária, masculina ou feminina, este é um vasto território com condições para se ir mais além, abrindo espaço para se questionar e elucidar a não linearidade destes fatores, onde fica clara a perceção do género culturalmente construído e internalizado (Butler, 1999). Contudo, mesmo que a condição biológica, já não seja considerada, a razão determinante para a identificação de um sujeito em relação ou não a um género.

Nesse sentido, a afinidade em relação ao gênero está em constante oposição ou negociação com um conjunto de normas que dizem como devemos nos comportar, o que devemos vestir e a quem devemos desejar tendo como base nosso sexo. Escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão cultural que utiliza o sexo como referência (Firmino e Porchat, 2017, p.56).

Complementando com o que nos diz Amâncio (1994) pode dizer-se que as construções de gênero se dão de forma ambígua e intencional, colocando seres humanos, na obrigação de se identificarem como homens ou mulheres, dentro de um repertório correspondente ao seu papel socialmente construído. Neste repertório aprendido enquadra-se aquilo que se espera a nível comportamental, a organização social e psíquica da “sua” forma de ser e estar no mundo, o que acaba por participar na forma como se é e, simultaneamente, contribuir para uma perpetuação de signos reproduzidos por meio de instrumentos culturais e históricos.

Reiterando com Bergano (2012, pp. 26-27), que destaca questões evidenciando gênero como meio de consolidação de uma correspondência social, nos dizendo que,

Se por um lado não podemos considerar que o gênero opera sozinho como factor constituinte da identidade, por outro lado, podemos entender que o gênero é um factor aglutinador de sujeitos em torno de um determinado repertório de comportamentos, possibilidades e oportunidades, num determinado contexto social e cultural.

Culminando com Silva (2006), que nos traz uma constatação pertinente em torno do gênero, consoante uma convenção social onde o sujeito, considera-se singular, mas de fato é o reflexo de padrões que determinam seu condicionante de reconexões afetiva até mesmo quando demonstra resistência a norma, ao resistir legitima a existência da mesma, como parte daquilo que reconhece como características atribuídas ao seu gênero, como parte que integra sua personalidade, admitindo alguma esfera de correspondência com as normas daquilo que considera fazer parte da sua identidade, que é o resultado de sua interação e portanto, consequência daquilo que aceitou como seu, mas é fruto da adaptação que foi inculcado na sua formação identitária o que também pode intrinsecamente interpelar nas suas conexões afetiva e sexual.

2.2 Desigualdade de Género sob uma Perspetiva Interseccional

É importante refletir sobre as nossas próprias pluralidades e peculiaridades, acerca de características como por exemplo, raça, identidade de género, orientação sexual, classe social, como pontos de intersecção conectados entre si, geram uma sobreposição de sistemas de desigualdade. Como afirma Crenshaw (2002, p.177).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspetos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Refletindo acerca do que discorre Branco (2004), que ao mensurar a interseccionalidade enquanto ferramenta de análise, entende que funciona como um medidor, onde se observa, o conjunto de características particulares de cada pessoa, como fator influenciador no impacto que gera a pessoa que acede oportunidades e direitos.

Parametrizando por seus testemunhos únicos, narrativas que atravessam para além de uma experiência individual, como um reflexo a partir das vivências relatadas, o modo como operam sistemas de opressão e privilégio.

Assim sendo, a interseccionalidade, impulsiona a reflexão das identidades e estereótipos de género, rompendo os moldes da performatividade, questionando a estrutura vigente e reconhecendo os mecanismos de discriminação e manipulação no tocante as desigualdades múltiplas sofridas por pessoas de diversas identidades de género.

2.3 Performatividade de Género

Quando analisado o conceito de performatividade através do que nos apresenta Butler (2018), concebe que a performatividade de género está intrínseca à existência do género em si, sendo o género como vimos anteriormente, uma construção social, assim nossos comportamentos e traços de personalidade em comum são resultado de uma coletividade que perpetuamos com a crença que temos um comportamento singular mas o que de fato se desenha é um processo inconsciente de auto afirmação daquilo que acreditamos ser nosso, quando é uma reprodução, uma performance.

A performance, em si, nada mais é que uma reafirmação de estereótipos de gênero, cujo conceito pode ser definido por D'Amorim (1997, p.122) como, “o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas”, em termos práticos, condicionam mulheres e homens a se sentirem reconhecidos por tal, conforme o cumprimento das expectativas geradas pela norma como devem ser, pensar e agir.

Reiteramos este pensamento com Butler (2018) que nos incita a refletir acerca do ato de performar estar incorporado ao ser, tornando-se inerente ao sujeito, como um instrumento para reafirmação de uma lógica binária e heteronormativa, que atua desde o nascimento do sujeito, que recebe a denominação de homem ou mulher e que no decorrer da sua vida são coagidos a seguir o *script* determinado, reafirmando na performance o seu sentimento de pertença, a promoção de uma continuidade por meio daquilo que entende ser uma expressão da sua identidade. Mas o que, de facto, ocorre é a consolidação de uma obediência legitimando a regulação e controle do gênero.

De forma a especificar, que estereótipos operam nesse sentido, referenciamos Castro (2018, p.10) que refere atributos, diante do que seria parte daquilo que se percebe, como “traços de personalidade” de cada indivíduo, classificando por gênero, de forma que, “os estereótipos masculinos relacionam-se com independência, força, agilidade, racionalidade, agressividade, autoconfiança, entre outros atributos, enquanto os estereótipos femininos relacionam-se com emocionalidade, fragilidade, gentileza, passividade, obediência, necessidade de proteção, dedicação e outros”, normatizando o ser em categorias, constituídas por um reflexo das relações de poder, colocando a mulher em um lugar de inferioridade e fragilidade, como se fosse natural, quando é algo que é preconcebido e herdado por uma lógica de dominância e submissão.

Campos (2021, p. 20), complementa dizendo,

O mal-estar das mulheres na cultura patriarcal contemporânea é destino inevitável. Por isso, a abertura de novos espaços, além da suposta liberdade, trouxe concomitantemente novas responsabilidades. Sem uma verdadeira revolução ideológica que questione o patriarcado como tabuleiro onde acontece todo o jogo social, qualquer mudança de regra ou peça não consegue subverter a dominação masculina. Assim, o que assistimos hoje é o normalizada sentimento de sobrecarga das mulheres, especialmente das mães [...]

Ainda na linha de Campos (2021) consideramos que na sociedade se criou, em torno das mulheres, a expectativa que sejam afetivas, projetando-as num modelo que cumprem no ato de cuidar, parte do que as define como mulher. O que se concretiza na maternidade, nos cuidados voltados para os filhos e família, que são vistos como algo inato, esperando que, na lógica de performatividade, concretize o seu papel, aceitando o seu destino biológico. Em contraponto, o homem, exerce um papel mais representativo no sentido de educar e prover, nem sempre conectado a questão afetiva, nem aos cuidados essenciais, o que se racionalizarmos, mais parece uma armadilha performática binária, que limita as ações e propõe um isolamento social da mulher que enquanto mãe, encontra na sua condição pouca ou nenhuma oportunidade para ser outra coisa.

Entretanto, Louro (2011, p.63), abre-nos espaço para compreender que as concepções mesmo que de forma lenta e gradativa, podem alterar-se, dizendo que,

Tornar-se feminina supõe uma construção, uma fabricação ou um aprendizado que acontece no âmbito da cultura, com especificidades de cada cultura. [...] A potencialidade do conceito talvez resida exatamente nesta noção, a de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional (

Evidenciou-se, por Butler (2018), que as performatividades de gênero não previsíveis, sofrem medidas punitivas, sobretudo quando os sujeitos divergem de pré concepções constituídas. Indo de encontro ao que afirma de Alvarez e Vieira (2014, p.14) onde, “os estereótipos sexistas parecem hoje estar presentes numa maior diversidade de meios e de contextos de socialização, assumem formas mais sofisticadas e dissimuladas e têm, frequentemente, efeitos mais penalizadores sobre quem os infringe e os põe em causa.” São postos assim, à margem de uma sociedade que não abre espaço para o que não cabe nas suas pré definições. Todavia, vivemos numa sociedade dinâmica em que os processos de mudança dependem também das construções sociais e dos movimentos que contestam suas estruturas, portanto, biologia não é destino e cultura tampouco.

2.4 Género e parentalidade

A parentalidade, é vista socialmente com diferentes significados atribuídos ao género, como refere Baliana (2013, p.26), quando diz que

A entrada na parentalidade está associada a uma aceleração da carreira profissional para os homens e a um abrandamento para as mulheres: as diferenças de valorização imediata da sua fortuna entre homens e mulheres aumentam com o número de filhos. O homem continua a ser, no plano dos estereótipos e das representações sociais, o principal provedor de rendimentos, o principal responsável pelo estatuto social da família, mesmo em casais em que ambos trabalham.

O que se observamos e reitera-se com Sampaio (2025) é que a mulher não acede da mesma forma ao mercado de trabalho que o homem, no sentido em que, ao estar exercendo atividade laboral, continua a carregar a responsabilidade quase que integral dos cuidados com a casa e filhos, assumindo para si, uma sobrecarga advinda de um acúmulo de responsabilidades, numa jornada solitária e desgastante, o que pode ocasionar conflitos que afetam a coesão familiar.

Ainda nos dias de hoje, a mulher tem internalizado as influências de uma norma binária e heteronormativa, do que nos define Palma e Zanello (2018, p.111), como

[...] o dispositivo materno. De modo intimamente entrelaçado ao dispositivo amoroso, esse dispositivo é marcado pelo processo de interpelação às mulheres a existirem no heterocentrismo, ou seja, existe uma pedagogia afetiva que as ensina a sempre privilegiar as demandas dos outros em detrimento das próprias.

Ao refletir sobre parentalidade e género, flutuamos acerca daquilo que o simbólico traz da parentalidade, imbuindo na mulher o sentido da maternidade como uma realização, o preenchimento de um vazio, o encontro com um sentido para a vida, coadunando com um imaginário romantizado em torno da ação da beleza e gratificação em torno da maternidade, o que confronta com o que na realidade é vivido por grande parte das mulheres, narrado como um sentimento de inadequação, uma vez que mães, experienciam uma sobrecarga gerada pelas responsabilizações das relações parentais centralizar na mulher em razão de atribuições de cuidado e abdicção, alegadamente construídas por um sistema de crenças que reforçam distinções de papéis nos cuidados parentais. Conciliando com o que afirmam Alvarez e Vieira (2014, p.15), pode-se dizer que

A tendência para a cristalização do conteúdo dos estereótipos de gênero cria frequentemente uma contradição entre o que eles veiculam sobre a masculinidade dominante e a feminilidade dominante e sobre as expectativas sociais relativas a mulheres e a homens, por um lado, e as mudanças que ao longo do tempo vão ocorrendo no modo como são e vivem homens e mulheres e como se (re)constróem as relações sociais e interpessoais.

Na relação interpessoal é que se constroem os vínculos e as aprendizagens, na parentalidade este processo se dá de forma ainda mais intensa por estar se educando uma criança, contudo, a educação pode se dar meramente por reprodução, ou como possibilidade de um processo de reflexão e reconstrução de novos olhares.

3. Família Monoparental, reflexões conceituais

Apresentar o conceito de família monoparental, tem papel fundamental no exercício de compreensão desta estrutura, que para poder ser visibilizada precisa ser reconhecida no âmbito social, a situação de monoparentalidade de mulheres imigrantes, propondo uma reflexão, que abarca a sua definição, sua quantificação em termos de população do país, sob um retrato das mulheres imigrantes monoparentais e os impactos na saúde mental da mulher.

3.1 Definição de família monoparental

Segundo, Wall e Lobo (1999, p.123) “família monoparental tal como tem sido definido na maior parte dos estudos de sociologia da família dos últimos vinte anos, é um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe só (sem cônjuge) e com um ou vários filhos solteiros.”

Todavia, Baliana (2013) salienta que o fenómeno da monoparentalidade deve ser compreendido numa perspetiva ampla, pois engloba uma diversidade de configurações familiares, incluindo aquelas resultantes de separações, divórcios ou da decisão consciente de recorrer à maternidade de carácter autónomo. Essas múltiplas possibilidades revelam estratégias diferenciadas de organização da vida quotidiana e de gestão das relações familiares, refletindo identidades próprias que se assemelham a verdadeiras micro sociedades, dotadas de economias internas, hábitos culturais, padrões de socialização e perceções específicas da sua realidade. Nesse sentido, constata-se uma maior incidência de famílias monoparentais compostas por mães e filhos, sejam elas oriundas de uniões dissolvidas ou constituídas por mulheres solteiras, configurando situações em que a mulher assume, de forma inequívoca, o papel de “chefe de família”. Esta realidade não apenas reflete transformações sociais e culturais no conceito de família, mas também revela desafios estruturais, nomeadamente, no que diz respeito à conciliação entre responsabilidades parentais e laborais, ao acesso a recursos económicos e ao reconhecimento institucional destas famílias no âmbito das políticas públicas.

3.2 Famílias monoparentais em Portugal

Conforme dados extraídos do Pordata (2024), observa-se que, em Portugal, 87,3% das famílias monoparentais são constituídas por um único adulto do sexo feminino a viver

com crianças ou filhos. Este valor é superior à média europeia, que se situa em 83,8%, representando uma diferença de 3,5 pontos percentuais.

Esta discrepância indica que, no contexto português, a presença feminina como figura responsável por agregados monoparentais é mais expressiva do que no conjunto da UE (União Europeia). Tal realidade pode estar associada a fatores estruturais e culturais, como padrões de atribuição da guarda dos filhos, desigualdade de género no mercado de trabalho e limitações no acesso a políticas de conciliação entre vida familiar e profissional.

O contraste com a média europeia sugere ainda que a monoparentalidade feminina em Portugal não resulta apenas de fenómenos isolados, mas integra uma tendência estrutural que reflete as especificidades sociais e económicas do país.

Entre 1992 e 2023, as famílias monoparentais registaram um crescimento substancial, passando de 263 554 para 474 473 agregados, o que corresponde a um aumento de cerca de 80% (Pordata, 2024). Esta evolução está intimamente relacionada com transformações sociais, económicas e culturais ocorridas nas últimas décadas. Por um lado, a intensificação das separações e divórcios, impulsionada por alterações legislativas e pela crescente autonomia económica das mulheres, contribuiu para o aumento deste tipo de agregado familiar, num contexto de maior aceitação social da dissolução conjugal. Por outro lado, a monoparentalidade consolidou-se como uma configuração familiar socialmente legitimada, acompanhando mudanças nos valores culturais, a diminuição da pressão social para o casamento.

A prevalência de mulheres enquanto principais responsáveis por lares monoparentais permanece um traço característico do contexto português, fortemente associada a padrões tradicionais de atribuição da guarda dos filhos e a persistentes desigualdades na distribuição das responsabilidades parentais. Mesmo em casos de guarda partilhada, as mães tendem a assumir a gestão quotidiana do lar e a maioria das tarefas de cuidado. Neste sentido, a expansão das famílias monoparentais traduz simultaneamente a diversificação das formas de organização familiar e a permanência de padrões de género que moldam a sua estrutura e dinâmica, com implicações diretas as progenitoras que deveriam contar com políticas sociais, sobretudo no que diz respeito ao combate à pobreza, à exclusão social e à promoção da conciliação entre vida familiar e profissional.

3.3 Mães monoparentais Imigrantes

Ser mãe em um contexto migratório ou migrar sendo mãe, acarreta um processo complexo de adaptação, por que além das estranhezas quotidianas, vem também a sensação de estar isolada, longe da família, amigos, rostos conhecidos e neste contexto não saber com quem contar, não ter e não encontrar rede de apoio nas conexões recentes (quando existentes), pela falta de tempo de vínculo, de construção de confiança, gera uma instabilidade para esta mulher mãe que pra além de cuidar de si, fica incumbida de cuidar do outro, entretanto estar em uma cultura diferente da sua, pode ser desafiador como reitera Ramos (2008, p.46), que na sua narrativa, constata que,

As mulheres imigrantes nos primeiros anos de migração, confrontam-se com dificuldades psicossociais, emocionais adaptativas e culturais que associadas ao frequente isolamento e à pobreza de relações sociais e familiares provocam desequilíbrios na interação mãe-criança e na capacidade de resposta às necessidades da mesma.

Diante da condição dessas mulheres mães imigrantes, adicionamos a situação de monoparentalidade e vemos estas dificuldades se multiplicarem, mesmo que já não esteja nos seus primeiros anos de migração, o seu estatuto de imigrante continua vigente (mesmo para aquelas que detém nacionalidade portuguesa), acompanhado de abordagens discriminatórias e a sensação de invisibilidade e fragilidade pela sua condição, retratada por Guadalupe et al. (2015), a monoparentalidade surge como um fator de vulnerabilidade adicional para as mulheres imigrantes. As mães imigrantes solo enfrentam desafios únicos, relacionados à conciliação entre trabalho e cuidados com os filhos, à falta de redes de apoio social e ao acesso limitado a serviços públicos.

Assim, acerca deste contexto desafiante, Baliana (2013) corrobora com a afirmação de que as mulheres que compõem uma família monoparental, juntamente com os seus filhos, se encontram frequentemente expostas a situações de maior vulnerabilidade, caracterizadas por pressões emocionais, constrangimentos financeiros e desvantagens sociais significativas. A experiência destas famílias revela-se bastante árdua, na medida em que a dissolução da relação conjugal tende a provocar perdas de rendimento e um processo de empobrecimento que afeta diretamente a organização do quotidiano familiar.

Nesses contextos, a mulher assume a totalidade da responsabilidade pela gestão doméstica, acumulando funções e encargos, tendo a mulher que assumir uma intensa

sobrecarga pela gestão de tarefas domésticas, associadas aos filhos, vida profissional e no papel de provedora.

3.4 Redes de apoio formal e informal às mães imigrantes monoparentais em Portugal

Famílias monoparentais formadas por mães imigrantes, pela sua estrutura e o nível de centralidade das responsabilidades assumidas por apenas uma progenitora, podem gerar uma maior suscetibilidade a vulnerabilidades, necessitando de apoio na criação “solo” do(as) filho(as).

Com a finalidade de definir as atribuições para cada apoio, é necessário uma conceitualização das redes de apoio, classificando as mesmas por formal e informal, que se diferenciam pelas estruturas que representam, enquanto que o apoio formal se refere a auxílio por parte de organizações sociais formais, o apoio informal, corresponde a participação de amigos, vizinhos, familiares que auxiliam no quotidiano em tarefas frequentes ou esporádicas (Dunst e Trivette, 1990, citados por Agostinho 2012).

Assim, no intuito de elucidar as redes de apoio formal elencados analisou-se, o ordenamento jurídico português constata-se que este prevê um conjunto de direitos, prestações sociais e majorações específicas direcionadas a estes agregados, (independente da nacionalidade desde que tenham documento de residência válido). Embora a maioria dos apoios esteja condicionada a critérios de rendimento, existem garantias mínimas que não podem ser recusadas, abrangendo desde a proteção laboral até ao acesso a subsídios sociais.

Em Portugal, a configuração legal da monoparentalidade encontra-se estreitamente associada ao acesso a medidas de apoio social e fiscal, designadamente, a majoração do abono de família para crianças e jovens e o subsídio de desemprego com condições diferenciadas. Neste contexto, considera-se agregado monoparental aquele em que um único adulto partilha a residência e assume integralmente a responsabilidade económica e educativa de uma ou mais crianças dependentes. O reconhecimento formal deste estatuto é efetuado pela Segurança Social, mediante a entrega de formulário específico que ateste a composição do agregado familiar.

No que se refere aos apoios e legislações vigentes, existe a previsão e definição de critérios instituída no Decreto-Lei n.º 87/2008, que altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, introduzindo uma majoração ao montante do abono de família para crianças

e jovens, no âmbito das famílias monoparentais. Durante a gestação, as mulheres inseridas em famílias monoparentais beneficiam de uma majoração de 35% no abono de família pré-natal, desde que reúnam determinados requisitos: alcançar a 13.^a semana de gravidez, residir legalmente em Portugal e dispor de um rendimento de referência igual ou inferior a 1,5 vezes o IAS (Indexante dos Apoios Sociais), multiplicado por 14. Este apoio é atribuído por seis meses, sendo o montante variável consoante o escalão de rendimentos. Para além deste benefício, subsiste igualmente o direito às prestações atribuídas a todas as grávidas como o subsídio por risco clínico ou por riscos específicos ainda que, nestes casos, não exista qualquer majoração adicional. O abono de família para crianças e jovens constitui outro instrumento central de apoio. À semelhança do abono pré-natal, o seu valor sofre um acréscimo de 35% quando atribuído a agregados monoparentais. A determinação do montante tem por base a idade da criança e o rendimento per capita do agregado, calculado através da divisão do rendimento anual pelo número de dependentes com direito à prestação, acrescido de um elemento correspondente ao adulto responsável. Esta majoração é concedida automaticamente quando a condição de monoparentalidade se encontra registada na Segurança Social; caso contrário, deve ser solicitada através do formulário próprio sempre que a situação ocorra posteriormente ao pedido inicial.

Apesar de o Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009) não prever disposições exclusivas para famílias monoparentais, estas usufruem dos direitos consagrados em matéria de parentalidade. Entre os mais relevantes destacam-se o artigo 56º que dá o direito de requerer horários de trabalho flexíveis para filhos menores de 12 anos, ao artigo 55º, que prevê a prioridade no acesso a regimes de tempo parcial e o artigo 166º que dá condições de exercer funções em teletrabalho até ao 3.º ano de vida da criança, sempre que a natureza do cargo e o porte da empresa o permita.

Não obstante, uma das limitações mais evidentes do regime legal prende-se com a assistência a filhos em caso de doença. Enquanto nas famílias biparentais cada progenitor dispõe de 30 dias anuais de faltas justificadas, totalizando 60 dias por agregado, nas famílias monoparentais esse limite mantém-se em apenas 30 dias, não refletindo a acumulação integral das responsabilidades parentais num único cuidador.

Nos casos de desemprego, o Decreto-Lei n.º 119/2021, de 16 de dezembro, no artigo 28º, assegura uma majoração de 10% no subsídio diário de desemprego quando o beneficiário é o único responsável de um agregado monoparental. O mesmo se aplica ao subsídio por cessação de atividade, embora, em ambos os contextos, a majoração careça de requerimento formal junto da Segurança Social.

No domínio habitacional, o agregado monoparental com rendimentos reduzidos tem prioridade conforme previsto na lei Decreto-Lei n.º 38/2023, em programas de arrendamento acessível, por meio do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), também com ponderação específica da monoparentalidade no Porta 65+. Existem também programas municipais com requisitos mais específicos, mas igualmente voltados para auxílio ao arrendamento acessível.

No campo da educação, a Ação Social Escolar (ASE), conforme Artigo 10.º escalões de rendimento e apoio, decreto-Lei n.º 55/2009 que garante participações diferenciadas em função dos escalões de rendimento, abrangendo refeições, material escolar e atividades educativas. Já no que respeita às despesas fixas, estes agregados podem beneficiar de medidas como as tarifas sociais de eletricidade, gás, citadas no artigo 2º do decreto-Lei n.º 138-A/2010, sendo elegíveis: os beneficiários do primeiro escalão do abono de família, bem como tarifas sociais para conta de água, previstas no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 147/2017, que contribuem para aliviar o peso das despesas mensais no orçamento familiar, ainda podem requerer circula PT (antigo passe social+) contanto que estejam de acordo com os requisitos mencionados no artigo 4º, da Portaria n.º 322-A/2024/1.

No sentido, ao mapear benefícios e auxílios por parte do estado, revelou-se um processo complexo o trabalho de encontrar, reunir e interpretar as informações acerca das legislações existentes. Incitando uma reflexão acerca das barreiras enfrentadas por estas famílias no acesso aos seus direitos, num sistema fragmentado e burocrático. Tal situação contribui para um maior desgaste destas pessoas, dificultando seu acesso à informação sobre o que tem legalmente atribuídos ao estatuto que estão condicionadas. No entanto, como mencionados anteriormente, nem todas as legislações fazem menção a famílias monoparentais, como por exemplo a lei do trabalho, de todas é uma das que teriam mais relevância, no intuito de assegurar condições para as provedoras exercerem atividade laboral compatível com a situação de monoparentalidade, pois mesmo que esteja abarcada na parentalidade, tem condições distintas nas responsabilidades e tempo dedicado a gestão familiar e doméstica, comparadas a uma família biparental.

Apesar de existirem apoios formais destinados às famílias monoparentais, verifica-se que, independentemente da sua origem, a monoparentalidade tende a implicar desafios acrescidos, sobretudo no que concerne à conciliação entre responsabilidades parentais e vida profissional, bem como no domínio da segurança económica.

Ao mensurar as adversidades ilustradas, observa-se que a progenitora, sendo a única responsável pelos cuidados das(os) filhas (os), ficam condicionadas a apoios externos advindo de seus vínculos, como por exemplo, amigos, vizinhos, família. Quanto mais firme o lastro formado, mais condições de conciliar as responsabilidades parentais, vida profissional e pessoal de forma mais fluida, possibilitando a construção de uma maior resiliência no enfrentamento dos desafios quotidianos (Relvas e Vaz, 2002; Hoghghi, 2004).

3.5 Impactos gerados na saúde mental da mulher imigrante, mãe, trabalhadora

A saúde mental de uma pessoa está correlacionada a sua saúde de forma geral vinculada ao seu estilo de vida e seu bem-estar emocional, refletindo nas suas interações sociais com o meio que se encontra inserido, condicionada por aspetos como género, idade, estado civil, etnicidade e nível socioeconómico, sendo a saúde mental uma determinante para a manutenção do bem-estar individual e coletivo. (Anastácio, 2012).

Para que se possa exercer uma compreensão acerca de impactos gerados na saúde mental, é importante considerar que para uma experiência podem ser atribuídos diversos significados, ou nenhum, a depender da bagagem existencial de quem a interpreta, no entanto, pretende-se evidenciar quais os impactos gerados na saúde mental de mulheres imigrantes que estão a vivenciar situação de monoparentalidade em Portugal. Contextualizando-se os impactos na saúde mental gerados pelo processo de imigração, em comparação a existência da possibilidade de uma promoção integrada entre saúde e acolhimento, culminando-a os contextos e consequências na saúde mental e bem-estar de mulheres mães e imigrantes.

Tendo como base Coutinho e Oliveira (2010), se concatena a ideia de que, ser e sentir-se imigrante, tem imputado uma bagagem de incerteza daquilo que é desconhecido, justaposto ao inesperado, acrescido a uma sensação de instabilidade incorporada ao quotidiano desses atores sociais. Tendo instaurada uma sensação de desordem, que pode alcançar prejuízos de ordem psíquica, social, económica e cultural, em repercussão aos processos de rutura do seu país de origem e adaptação ao país de acolhimento, assume uma posição dispersa e instável em questão de pertença e construção de relações sociais. Que se revela entre as populações de imigrantes, uma propensão a desenvolver doenças

físicas e mentais consequentes, dos desgastes provocados por dificuldades de adaptação, isolamento social, maior carga e tempo e de trabalho, menor tempo de lazer.

Ao se refletir acerca de iniciativas que auxiliem na integração das pessoas migrantes, encontra-se nas afirmações de Padilla (2013, p.51) possibilidades de uma atuação mais sistémica e conectada, com foco na preservação da saúde destas populações, reiterando que

A saúde transcende amplamente o tema da doença e inclui um leque alargado de situações que vão desde as acções de promoção da saúde e de prevenção da doença, o acesso aos serviços e cuidados de saúde [...] assim como também a acessibilidade linguística, cultural e material.

Em contraponto, ao se analisar estudo realizado pela ERS- Entidade Reguladora da Saúde, (2025) identificou-se quatro principais constrangimentos sofridos por imigrantes relacionados com o acesso a cuidados de saúde, sendo estes: dificuldades no acesso a cuidados de saúde, recusa de inscrição no RNU (Registo Nacional de Utentes) e/ou emissão do NNU (Número Nacional de Utente), recusa de serviços materno-infantis e/ou cobrança indevida, e discriminação por parte dos serviços de saúde.

Muito embora, no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, que denomine Princípio da Igualdade, preveja que, todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, não podendo ninguém ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Observamos a partir dos constrangimentos citados pelo estudo da ERS, que a pessoa imigrante, está mais propensa a sofrer discriminação e impedimento de utilizar o sistema público de saúde, gerando dificuldades nos processos de integração no país de acolhimento.

Verifica-se no mesmo estudo, menção à recusa de serviços materno-infantis, constatando-se que os dados não se limitam à dimensão individual do sofrimento, mas demonstram a insuficiência das respostas institucionais e o carácter estrutural das desigualdades que entrecruzam e repercutem uma estrutura disfuncional e desarticulada do sistema de acolhimento e dos serviços de saúde portugueses.

Assim vemos na mulher, que tem nela introjetada o dever social de cuidar, na abdicação de si mesma algo natural/ naturalizado, na imigrante que precisa se adaptar a uma outra realidade desconhecida e desafiante nos diversos âmbitos, social, económico,

cultural, a esta mãe que sente a fragilidade pelos efeitos das mudanças hormonais, psicossociais, cognitivas, sofridas pelo seu corpo, por consequência da maternidade, que na procura de apoio, encontra como resposta discriminação e recusa do cumprimento de um direito adquirido, vivenciando na pele a invisibilidade e o abandono.

Neste sentido, Topa et al (2013) incita uma reflexão em torno das possíveis consequências geradas na saúde mental de uma mulher que se torna mãe na condição de mulher imigrante, que pela privação da convivência com familiares e amigos, acrescida da pressão para reconstruir pertencas num contexto cultural diferente, tendência a desenvolver uma condição de vulnerabilidade relacional, caracterizada por sentimentos de solidão e sensação constante de deslocamento. Este isolamento tende a ficar mais intenso, durante a gravidez e após o parto, momentos em que o corpo e a identidade feminina se reconfiguram e exigem maior suporte emocional e social. Assim, para além do afastamento das redes de confiança, serem um desafio no âmbito social e afetivo, a falta de vínculos, pode tornar-se um verdadeiro fator de risco para a saúde mental.

4 Decisões Metodológicas

O âmbito deste estudo aborda cruzamentos entre fluxos migratórios, género e monoparentalidade, focado em mães imigrantes integrantes de famílias monoparentais, sem rede de apoio em Portugal. Neste enquadramento, o foco proposto para este trabalho são mulheres que correspondam ao perfil definido e que sejam oriundas de países PALOP e Brasil. Este recorte tem como objetivo apontar as dificuldades encontradas e características comuns a mulheres que deixam os seus países de origem em busca de novas oportunidades e desafios em diversas esferas de suas vidas.

Entretanto consideramos que, para além de uma análise as perceções das mulheres que passam por processos migratórios, o presente trabalho exigiu uma compreensão da complexidade dos perfis destas mulheres, sem desconsiderar a heterogeneidade que caracteriza este grupo de mulheres.

Neste sentido, a questão de investigação é a seguinte: Quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade?

E, os objetivos do trabalho são:

- a) Caracterizar a origem da situação de monoparentalidade;
- b) Compreender que apoios estas mulheres encontram dentro da sociedade civil e advindas do estado para aceder melhores condições para si e seus filhos;
- c) Identificar programas, políticas, apoios por parte do estado para que estas mulheres criem condições como provedoras de suas famílias;
- d) Conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes do status de mãe, migrante e trabalhadora;
- e) Conhecer a condição sócio económica da mãe imigrante constituindo família monoparental;
- f) Avaliar os impactos na saúde física e mental destas mulheres;
- g) Analisar o impacto, percebido pelas mães, na saúde física e mental dos seus filhos;
- h) Identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade.

Para alcançar estes objetivos, sob uma abordagem voltada aos fenómenos sociais que procuram discernir e visibilizar questões de género e migração, ocorreu um processo de aprofundamento na temática por meio de estudos de caso múltiplos que nos permitiram identificar as dinâmicas e programas que auxiliam estas mães e como isso traz suporte nas relações económicas e sociais e que condições geram e se geram

condições, para acesso a entrada no mercado de trabalho e da existência ou não de políticas estatais que garantam sua dignidade e sustento e de seus filhos.

4.1 A opção pela investigação qualitativa

As interseccionalidades entre género, migração e monoparentalidade, abarcam complexidades acerca da heterogeneidade de realidades diversas e multifacetadas, caracterizadas pelas vivências experienciadas, focadas em mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade. Assim para que se possa embasar e compreender estas interações, a investigação qualitativa, permite considerar as diferentes dinâmicas construídas por pessoas que tem um perfil em comum, mas especificidades em torno das suas trajetórias, que promovem uma diversificação e enriquecem o processo investigativo. Coadunando com as afirmações Bergano e Vieira (2016, p.511), onde,

A investigação qualitativa, afigura-se como uma proposta metodológica e, conseqüentemente epistemológica adequada à análise da complexidade das questões de género e da interseccionalidade e a interação do género com outras distinções sociais e formas de poder que este campo do saber visibiliza e tenta desconstruir.

Não obstante, este movimento de desconstrução, possibilita também condições de interpretar e rever problemáticas, antes não abordadas de um mesmo tema de estudo.

Esta deslocação acontece como uma consequência dos métodos aplicados à investigação. Corroborando com a afirmação de Bergano e Vieira (2016, p.513), “A pessoa estudada é convidada a interpretar-se e a interpretar o mundo, e desta forma, a investigação torna-se um processo de reflexibilidade dialética entre o/a investigador/a e o/a participante na investigação”.

4.2 Estudo de casos múltiplos

Neste trabalho de investigação utilizamos uma metodologia com foco na Investigação Qualitativa que se concretiza num desenho de investigação de Estudo de Casos Múltiplos. Para que se possa compreender esta opção metodológica convoca-se a perspectiva de Amado (2014, p. 131) ao afirmar que:

Quando se trata de um estudo de casos múltiplos, a questão da representatividade (no sentido sociológico ou casuístico) pode ser tomada em consideração, sendo os critérios de escolha dos casos geralmente de ordem teórica. Ao escolhê-los

podemos basear-nos em algumas características contrastáveis, como, por exemplo, a classe social de proveniência dos alunos, os estilos de liderança organizacional, etc. Esta representatividade ajuda a alcançar alguns objetivos diferentes, como o de construir ‘generalizações’ moderadas (transferibilidade) e na medida em que elas sejam possíveis e pertinentes ou, pelo contrário, como a tentativa de encontrar e interpretar as diferenças.

Portanto o estudo de casos múltiplos, nos permite identificar as dinâmicas estruturais e os diferentes contextos que se desenrolam a situação de monoparentalidade de mulheres imigrantes em Portugal.

4.3 A entrevista como técnica de recolha de dados: justificação e procedimentos

Para a realização do estudo, optou-se pela técnica de recolha de dados por inquérito, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Nesse tipo de entrevista, o entrevistado tem liberdade para se posicionar sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada (Minayo, 2010).

Para o efeito foi elaborado um guião de entrevistas estruturado por blocos conforme os objetivos pretendidos com o presente estudo.

O guião das entrevistas é constituído por 10 blocos, na seguinte ordem: O bloco 1 é dedicado à legitimação da entrevista. O bloco 2 visa a caracterização das participantes, procurando identificar algumas variáveis sociodemográficas das participantes como: a idade, a nacionalidade, a religião ou não, e, por fim, a escolha de um nome fictício. No bloco 3 pretende-se retratar o perfil socioeconómico das participantes. O bloco 4 procura perceber a perspetiva de si mesma com uma autodescrição das mesmas. O bloco 5, busca compreender a origem da condição de monoparentalidade. No bloco 6 destina-se à recolha de informação sobre o acesso a apoios governamentais através de políticas e programas e de sociedade civil (ONG's, amigos, família, mulheres em conjuntura similar). Com o bloco 7 procura-se identificar táticas/recursos individuais mobilizados por mulheres para contornar obstáculos que venham a surgir frente ao status de mãe, migrante, provedora, no bloco 8 e 9 respetivamente, analisa-se a perceção sobre possíveis impactos na saúde mental da mãe e de seus filhos provenientes da condição de monoparentalidade. Por fim, no bloco 10 encerra-se a entrevista com uma meta síntese sobre o tema em investigação, permitindo a cada entrevistada que expresse e reitere os

aspetos que considera serem as suas principais notas para a conclusão da entrevista, com sugestões e insights acerca da visibilidade e geração de melhores condições a mães imigrantes que integram famílias monoparentais.

Os procedimentos relativos à recolha de dados envolveram:

- Entrevistas presenciais e online;
- Nome fictício (o nome a adotar terá a primeira letra do país de origem.

Exemplo: Brasil - Beatriz)

- Consentimento informado (enviado antecipadamente à participante e assinado pela participante e pela investigadora)
- Base de dados não partilhável, não disponibilizada em plataforma (proteção de dados)

Definiu-se como critérios para integrar o grupo de participantes:

- Ser mulher imigrante de nacionalidade: brasileira, cabo-verdiana, guineense, santomense, angolana ou moçambicana;
- Ser mãe integrante de família monoparental;
- Ter filhos menores de 18 anos;
- Residir em Portugal.

O recrutamento das participantes foi feito com recurso a uma abordagem “bola-de-neve”, pedindo a cada participante que divulgue o estudo junto de outras mulheres que cumpram estes requisitos e que pertençam às suas redes de contacto.

Esta investigação contou com a participação de 7 entrevistadas oriundas dos países: Angola, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Depois de recolhidos os dados, recorreu-se a análise de conteúdo para o seu tratamento.

4.4 Aspetos éticos da investigação

Ao visar a produção de um estudo, o ato de determinar e evidenciar os aspetos éticos, reitera um compromisso, com a integridade da investigação produzida, sendo assim, como nos descreveu Loureiro et al., (2022, p.4)

Para além da responsabilidade social, urge a necessidade de refletir, em primeiro plano, da responsabilidade individual, isto é, a que se encontra intrinsecamente relacionada ao investigador, enquanto indivíduo e simultaneamente membro de uma comunidade científica que, por sua vez, se encontra inserida numa determinada sociedade. É efetivamente considerável e desejável que cada

investigação se realize com um planeamento criterioso do seu desenho metodológico, respeitando os princípios éticos e com impacto na sociedade.

Neste sentido, torna-se crucial compreender as ações envolvidas na organização e realização de uma investigação com bases éticas muito bem definidas, que gere condições para que se cumpram os parâmetros estabelecidos de forma transparente e fidedigna. Para tanto, é importante ressaltar as preocupações com os aspetos éticos envolvidos na investigação.

No primeiro contacto com as/os participantes:

- Foi descrito o tema da investigação e explicados os seus objetivos.
- as participantes foram informadas sobre o procedimento de recolha de dados e as condições em que seriam realizadas as entrevistas, nomeadamente, a gravação áudio destes momentos;
- foram informadas da garantia a anonimização da participação e explicados os procedimentos que garantem a não identificação das entrevistadas;
- todas foram informadas de que a sua participação na investigação é livre e voluntária, que não são obrigadas a responder a questões sobre as quais não se queiram pronunciar, e que a qualquer momento podem deixar de participar na recolha de dados;
- entre o momento do primeiro contacto e a posterior marcação da entrevista (momento em que foi assinado o documento referente ao consentimento informado e também lido integralmente em voz alta anterior ao início da entrevista) decorre um tempo em que o/a participante poderá utilizar para tomar a decisão de participar ou não na investigação.

Durante as entrevistas:

- no início dos momentos destinados à recolha de dados (nas entrevistas) foram lembradas as informações relativas à investigação partilhadas no primeiro contacto: tema da investigação, objetivos, reforçada a importância e o papel de cada participante, e a garantia de que serão implementadas estratégias de anonimização das participantes, através da utilização de nomes fictícios para identificar as participantes;
- num segundo momento foi distribuído e analisado o documento de consentimento informado, elaborado especificamente para o efeito;
- Após a assinatura e leitura do documento de consentimento informado, foi solicitado oralmente à participante que escolha um nome fictício.

- Na construção do guião das entrevistas todas as perguntas foram cuidadosamente formuladas de forma não ofensiva ou invasiva para as/os participantes.

5. Apresentação e discussão dos resultados

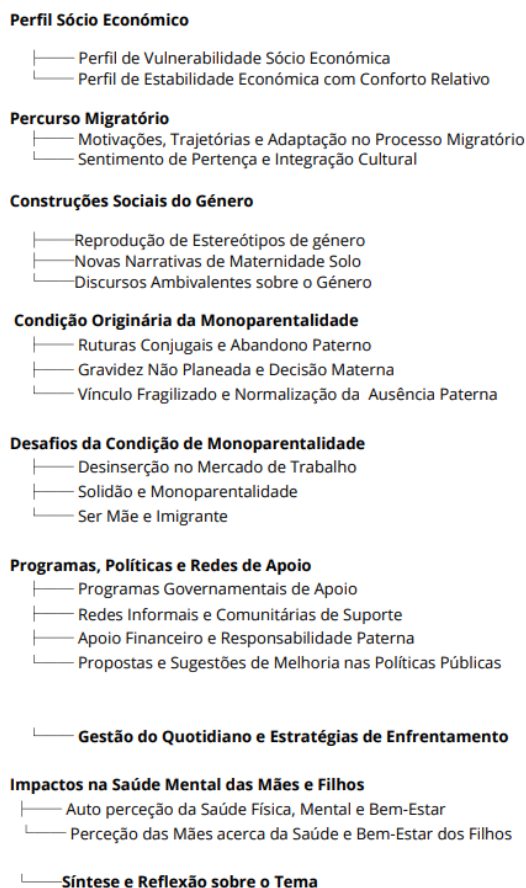
Perante a riqueza e diversidade das abordagens encontradas nas narrativas das participantes deste estudo e considerando a relevância dos dados obtidos, optou-se por organizar as transcrições extraídas por meio da técnica de análise de conteúdo.

Posteriormente serão apresentados e discutidos os resultados para cada uma das categorias e subcategorias correspondentes.

5.1 Estrutura de Análise de Conteúdo

Tendo em conta as transcrições das entrevistas, no processo de tratamento de dados, as categorias e subcategorias foram definidas *a posteriori*, foram constituídas 9 categorias, no intuito de sistematizar os recortes destas interlocuções identificadas nos relatos das entrevistadas foram criadas 19 categorias. Como ilustrado na árvore categorial apresentada abaixo.

Figura 3 - Árvore Categorial



Nota: Árvore categorial elaborada com base nas narrativas das transcrições das entrevistas ordenada hierarquicamente por categorias e subcategorias.

Na sequência da construção e sistematização dos conteúdos recolhidos na transcrição das entrevistas, foi elaborado quadro de análise de conteúdos, agrupando recortes dos discursos com base nas interlocuções analisadas por correspondência as categorias e subcategorias definidas, classificadas por unidades de registo, como nos afirmam, Laville e Dionne (1999, p. 216).

A análise dos conteúdos coletados e organizados passa primeiramente pela etapa do recorte, na qual os relatos são decompostos para em seguida serem recompostos para melhor expressar sua significação. Os recortes devem alcançar o sentido profundo do conteúdo ou passar ao largo das ideias essenciais. Os elementos assim recortados vão constituir as unidades de análise, ditas também unidades de classificação ou de registo. As unidades consistem em fragmentos do discurso manifesto como palavras, expressões, frases ou ainda ideias referentes a temas recortados.

Os domínios analíticos utilizados servirão para discorrer e retratar desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade.

5.2 Caracterização das participantes

As participantes deste estudo têm idades que variam entre 28 e 43 anos, todas as entrevistadas têm apenas um(a) filha(o), sendo o nível de escolaridade mais baixo é Ensino Secundário e o mais elevado é mestrado. Entretanto muitas delas se encontram desempregadas.

Mesmo com grande parte destas mulheres detendo nacionalidade portuguesa, seu estatuto no acesso a serviços públicos e na sociedade privada, continuam a ser consideradas imigrantes. Estando integradas ao país de acolhimento, mas não incluídas, por esta razão compõem continuaram a ser elegíveis, na composição grupo de participantes deste estudo.

Tabela 1 - Mulheres Imigrantes Monoparentais

Nome	País de origem	Idade	Nacionalidade Portuguesa	Profissão	Nº de filhos	Habilitações Académicas
Bruna	Brasil	42	Sim	Desempregada	1	Ensino Secundário
Samanta	São Tomé e Príncipe	35	Sim	Trabalhadora-estudante	1	Ensino Superior
Catarina	Cabo Verde	29	Não	Desempregada	1	Ensino Superior
Cássia	Cabo Verde	28	Sim	Desempregada	1	Ensino Superior
Beatriz	Brasil	43	Não	Empregada	1	Ensino Técnico
Ana	Angola	31	Sim	Trabalhadora-estudante	1	Ensino Secundário
Anabela	Angola	28	Sim	Estudante-desempregada	1	Mestrado

5.3 Resultados relativos à categoria Perfil Sócio Económico

Os dados recolhidos relativos a categoria do Perfil Sócio Económico consoante apêndice 3, foram organizados em duas subcategorias, a primeira corresponde ao perfil Vulnerabilidade Socio Económica e a segunda corresponde ao Perfil de Estabilidade Económica com Conforto Relativo, na perspetiva de compreender a situação sócio económica das mulheres imigrantes monoparentais, conforme se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 2 - Categoria - subcategoria e indicadores Perfil sócio económico

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Perfil Sócio Económico	Perfil de Vulnerabilidade Sócio Económica	- Menção às dificuldades financeiras enfrentadas. - Referência à incompatibilidade entre horários de trabalho e responsabilidades maternas. - Indicação à limitação de oportunidades laborais e dependência de empregos informais.
	Perfil de Estabilidade Económica com Conforto Relativo	- Referência à estabilidade económica relativa e capacidade de suprir necessidades básicas. - Menção à importância do suporte familiar para garantir bem-estar económico.

5.3.1 Perfil de Vulnerabilidade Sócio Económica

Na subcategoria “perfil de vulnerabilidade sócio económica” identificamos, nas narrativas das participantes, uma maior precariedade na sua condição sócio económica pela condição de monoparentalidade, como se pode observar nas seguintes transcrições:

“A minha situação financeira nunca foi tão ruim nesses quase 11 anos que eu estou aqui em Portugal como está agora, estou limitada por causa da miúda, os horários não me permitem conciliar o cuidado com ela e encontrar uma atividade laboral com horários compatíveis, não encontras muitas oportunidades, ainda mais quando se tem uma criança pequena [começa a chorar].” (Bruna)

“Consigo comprar comida e cobrir as despesas, mas falta pra pagar a renda e alguma outra despesa.” (Catarina)

As fragilidades económicas reportadas por estas participantes vão ao encontro do que refere Baliana (2013), podemos dizer que a experiência destas famílias se revela bastante árdua, na medida em que a dissolução da relação conjugal tende a provocar perdas de rendimento e um processo de empobrecimento que afeta diretamente a organização do quotidiano familiar. Esta situação é vivida com algum desespero emocional, como observamos por exemplo, durante a entrevista com a participante Bruna.

Os dados encontrados apontam no sentido da literatura, no entanto salienta-se que há muita diversidade dentro do grupo das mulheres migrantes, ainda que tenham pontos em comum como a monoparentalidade, nem todas experienciam da mesma situação de vulnerabilidade sócio económica, como poderemos ver a seguir na subcategoria Perfil de Estabilidade Económica com conforto relativo.

5.3.2 Perfil de Estabilidade Económica com conforto relativo

Na subcategoria em análise, identificamos nas narrativas das participantes, uma situação económica estável, porém limitada, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Eu consigo pagar as minhas despesas básicas. Mas vivo com alguns desafios financeiros.” (Samanta)

“E eu não considero que a minha situação financeira aqui seja algo que dê para eu pagar minhas contas e ainda sobrar muito. Isso não é o que acontece.” (Cássia)

“É assim, eu sou trabalhador assalariado, né? Então assim, suficiente para pagar a renda, para pagar as contas, para comprar comida, felizmente, graças a Deus. Mas assim, não sobra muito para sair, para comer fora, para passear.” (Beatriz)

“Economicamente, eu estou bem. Eu não pago renda, a casa é do meu pai, portanto, já ajuda muito, por que eu não consegui vaga em infantário público para o meu filho, então hoje o que não gasto na renda, gasto em um infantário privado.” (Anabela)

Observamos que muito embora exista uma certa estabilidade económica e capacidade de suprir necessidades básicas, a responsabilidade de prover de forma solitária, dificulta uma poupança apresentando uma ausência de margem financeira.

5.4 Resultados relativos à Categoria Percurso Migratório

Os dados recolhidos relativos a categoria Percurso Migratório, consoante apêndice 4, foram organizados em duas subcategorias, a primeira corresponde as Motivações, Trajetórias e Adaptação no Processo Migratório e a segunda corresponde ao Sentimento de Pertença e Integração Cultural, na perspetiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante dos seus percursos migratórios, conforme se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 3 - Categoria - subcategoria e indicadores Percurso Migratório

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Percurso Migratório	Motivações, Trajetórias e Adaptação no Processo Migratório	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação às motivações económicas, educacionais e familiares para migrar. - Menção às dificuldades de adaptação cultural, linguística e emocional. - Referência às transformações identitárias e expectativas de futuro no país de acolhimento.
	Sentimento de Pertença e Integração Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Referência à ambivalência entre culturas de origem e acolhimento. - Menção à busca de pertencimento e aceitação social. - Menção acerca da discriminação cultural e ao reconhecimento identitário.

5.4.1 Motivações, Trajetórias e Adaptação no Processo Migratório

Na subcategoria “Motivações, trajetórias e adaptação no processo migratório” identificamos, nas narrativas das participantes, diferentes cenários ilustrando os seus processos migratórios. Em congruência com o que nos diz Nolasco (2016), quando um sujeito decide migrar, traz consigo uma série de fatores que foram considerados anteriores a ação, contudo, compreender que existe uma heterogeneidade muito grande dentro destas trajetórias e que coexistem pontos que conectam e caracterizam o ser migrante e que estas resultam de um maior ou menor sucesso na integração do sujeito, relacionado aos âmbitos pessoal, social e profissional, e como se pode observar nas transcrições que a seguir se apresentam.

Assim, observamos que no grupo de participantes desta investigação encontramos uma certa diversidade nas motivações para a decisão migratória, nomeadamente, para estudar, trabalhar ou garantir um futuro melhor para os filhos, como se pode observar nas transcrições que a seguir se apresentam.

Iniciamos a análise dos discursos das mulheres que apontam os motivos educacionais como objetivo do seu trajeto migratório.

“Vim pra Portugal com 15 anos pra fazer o profissional, tive muitas dificuldades no início da fase de adaptação, por estar num país diferente, os hábitos são diferentes, a cultura é outra. Foi mais no início, me sinto muito acolhida, nas portas onde bati, tive sempre algum apoio.” (Samanta)

“Eu vim para cá em fevereiro de 2020. No entanto, o objetivo mesmo, um dos objetivos era fazer mestrado, mas devido a condições financeiras e também por causa do Covid, tive que suspender e trabalhar. (Catarina)

“Eu vim com o objetivo de estudar, mas não dava pra me manter só com os recursos que os meus pais me ofereciam. Então comecei a trabalhar mesmo full-time o que torna mais difícil conciliar trabalho e estudo.” (Cássia).

“Primeiro migrei para a Austrália para estudar inglês e engravidei, tive minha filha e estive lá por 2 anos e meio, voltei pro Brasil e nessa altura trabalhei um período em navios de cruzeiros, enquanto ela ficou lá com a minha mãe, e aí foi passando por aqui, por Portugal, que eu decidi emigrar para cá, daí eu comecei a pesquisar sobre o país e tudo, e aí foi quando eu juntei dinheiro e decidi vir para cá com ela.” (Beatriz)

Indo de encontro ao que afirma Oliveira (2023), dizendo que, “nas autorizações de residência para estudo no ensino superior passando este a destacar-se como um título de residência que mais justifica a permanência de mulheres estrangeiras em Portugal” (p.45).

Constatamos que, no grupo de participantes, a maioria das mulheres, migrou para Portugal por motivações educacionais, como nos descreve Samanta, aludindo a dificuldades de adaptação enfrentadas numa fase inicial, ainda adolescente, observamos que no decorrer de seus percursos houveram outros desdobramentos, que agregaram outras questões como nos cita Cássia que, por dificuldades financeiras, teve a necessidade de conciliar atividade laboral com estudos, no caso de Catarina que veio com o objetivo de estudar, mas por conta da pandemia ficou sem condições de subsidiar seus estudos e precisou optar pelo trabalho. No entanto mesmo havendo similaridades como por exemplo terem migrado sozinhas, verificamos que uma parte das mulheres decidiram migrar impulsionadas pela questão familiar, como discorrem Beatriz a Anabela. Recolhemos também um testemunho que aponta que a decisão migratória está relacionada com a procura de um melhor futuro para o filho.

“Sendo que toda mãe quer sempre o melhor para o seu filho, eu percebi que Angola não tinha condições para dar aquilo que eu queria ao meu filho, portanto como em Portugal existem melhores condições e seria menos burocracia no meu caso, por que meu pai é português, portanto vim tendo cidadania, ainda durante a gravidez, pra ter meu filho aqui.” (Anabela)

De forma dialética, vimos que os percursos descritos não são iguais, assim como as correlações construídas não se dão de forma homogênea, pois tudo depende do ponto de vista da pessoa que vive o processo e como decorrem as interações neste percurso, o que poderemos compreender melhor a seguir com a subcategoria sentimento de pertença e integração cultural.

5.4.2 Sentimento de Pertença e Integração Cultural

Na subcategoria “Sentimento de Pertença e Integração Cultural” identificamos, nas narrativas das participantes, relatos que discorrem ter sentimento de pertença a Portugal, enquanto outras não se identificam com o país mesmo tendo nacionalidade portuguesa, bem como a nível de integração cultural, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Eu só me vejo como imigrante, eu não consigo... Eu tenho cidadania portuguesa, mas eu não consigo, em hipótese alguma, me identificar, seja lá o que for. Tenho amigos portugueses, faço convívio, mas sempre me vejo como imigrante, sempre.”

(Bruna)

“Eu gosto muito do meu país, já estou repassando coisas sobre lá pro meu filho, ensinando ele a dançar, dança típica de lá, faço pratos de lá pra não esquecer, enfim, minhas raízes estão lá, eu tento sempre manter.” **(Ana)**

“Eu me sinto às vezes entre os dois mundos e ao mesmo tempo, em mundo nenhum.” **(Samanta)**

“Pra mim é bem parecido, mas prefiro aqui do que lá, mesmo com todas as dificuldades, aqui tem mais segurança e saúde.” **(Catarina)**

“Me identifico com o jeito reservado de Portugal, até por que eu sou um pouco mais assim, mas sinto falta do meu país e gosto, gosto muito de ser de onde sou.”

(Beatriz)

“Meu país não estava preparado para mim, o meu filho iria sofrer e as pessoas não iam entender, Portugal por outro lado acolheu-me de braços abertos porque Portugal é um país mais livre e aceita melhor essa situação e está preparado para isso, sinto-me muito melhor aqui.” **(Anabela)**

Concomitante a Nolasco (2016, p. 25) “o que aproxima os países são ligações diversas, nomeadamente processos de um passado colonial comum, ou aspetos de índole cultural, político, económico, tecnológico, entre outros.” Verifica-se congruência nas narrativas com a literatura, sobretudo pela relevância das afinidades culturais, como no caso de Beatriz e Catarina. Observou-se também que as referências são mais amplas e que as atribuições alegadas para o sentimento de pertença são distintas, sendo mencionados o sentimento de maior aceitação, o acesso a saúde e a sensação de maior segurança., destaca-se, ainda, o sentimento de pertença ambíguo e difuso em que se considera forte ligação com os dois locais (país de origem e país de acolhimento), percecionando um caminho do meio.

Em contraste, coabitam com narrativas de referências a sentimento de pertença ao seu país de origem e a falta de reconhecimento identitário e dificuldade de integração com a cultura do país de acolhimento.

5.5 Resultados relativos à Categoria Construções Sociais de Género

Os dados recolhidos relativos à categoria Construções Sociais de Género foram organizados em três subcategorias, a primeira corresponde à “Reprodução de Estereótipos de Género”, a segunda corresponde a “Novas Narrativas de Maternidade Solo” e a terceira corresponde a “Discursos Ambivalentes sobre o Género”, na perspetiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante das construções sociais de género associadas à sua condição de mães, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 4 - Categoria - subcategoria e indicadores Construções Sociais de Género

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Construções Sociais de Género	Reprodução de estereótipos de género	<ul style="list-style-type: none">- Indicação à manutenção de papeis tradicionais atribuídos às mulheres.- Menção à responsabilização exclusiva da mulher pelos cuidados parentais.- Referência à perpetuação da desigualdade de género no contexto familiar.
	Novas Narrativas de Maternidade Solo	<ul style="list-style-type: none">- Indicação à redefinição dos papeis de género após a monoparentalidade.- Indicação à autonomia e independência feminina.- Referência à valorização da força e resiliência das mães solo.
	Discursos Ambivalentes sobre o Género	<ul style="list-style-type: none">- Indicação à coexistência entre valores tradicionais e modernos.- Indicação à resistência a normas culturais e religiosas opressoras.- Referência à reconstrução do sentido de feminilidade e maternidade.

5.5.1 Reprodução de estereótipos de Género

Na subcategoria “Reprodução de estereótipos de Género” identificamos um relato, associado aos estereótipos de género como se pode observar na seguinte transcrição:

“Eu sempre estive condicionada a estar ali sem ter o meu momento eu não podia dizer pronto, fica com o bebê eu vou se calhar ao salão, ou, eu vou encontrar-me com uma amiga de longa data eu vou fazer qualquer coisa porque ele dizia muito abertamente que isso não é um trabalho de homem”. (Anabela)

Inspirando-se em Butler (2018), o significado atribuído ao ato de performar estar incorporado ao ser, tornando-se inerente a pessoa, como um instrumento para reafirmação de uma lógica binária e heteronormativa, que atua desde o nascimento do sujeito, que recebe a denominação de homem ou mulher e que no decorrer da sua vida são coagidos a seguir o *script* determinado, reafirmando na performance o seu sentimento de pertença, a promoção de uma continuidade por meio daquilo que entende ser uma expressão da sua identidade. Mas o que, de facto, ocorre é a consolidação de uma obediência legitimando a regulação e controle do género.

Perceciona-se nas afirmações feitas por Anabela, uma narrativa que dialoga com a literatura, associada a reprodução de comportamentos que foram atribuídos à mulher e o homem, no papel de opressor e a mulher como oprimida, cumprindo o ato de cuidar como parte do seu papel social.

Entretanto observamos que mesmo que as narrativas apresentem correspondência com a literatura, socialmente estamos transitando para novos conceitos e comportamentos, mais autónomos e conscientes como podemos confirmar na subcategoria seguinte, Novas narrativas de maternidade solo.

5.5.2 Novas Narrativas de Maternidade Solo

Na subcategoria “Novas Narrativas de Maternidade Solo” identificamos, nas narrativas das participantes, ideias sob novos paradigmas associados a maternidade solo e autonomia feminina, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“É assim, nós vivemos numa sociedade onde cada vez mais as mulheres são independentes, se tornam independentes, e não é como antigamente que as mulheres

aceitavam, eram obrigadas a aceitar qualquer coisa e a continuar o relacionamento, porque se saírem desse relacionamento, iam ser julgadas pela sociedade.” (Cássia)
“A maternidade a solo é uma realidade vivida por muitas mulheres, que assumem, por diferentes razões, a criação dos seus filhos sem um apoio constante pode ser uma escolha consciente, uma escolha da própria mulher.” (Samanta)

Louro (2011, p.63) nos abre espaço para mudanças de concepções, mesmo que forma lenta e gradativa, dizendo que

Tornar-se feminina supõe uma construção, uma fabricação ou um aprendizado que acontece no âmbito da cultura, com especificidades de cada cultura. [...] A potencialidade do conceito talvez resida exatamente nesta noção, a de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional.

Ao analisar os relatos de Cássia e Samanta, visualiza-se um reflexo desta construção que traz referencia na literatura, uma resignificação que por vezes parece longínqua, mas que se está metamorfoseando conforme as questões culturais se modificam, por comportamentos antes rechaçados e hoje constatados como circunstâncias de um imaginário popular mais baseado na autonomia e poder de escolha. Contudo, sendo este um grupo marcado pela pluralidade, existem narrativas que trazem afirmações contraditórias, como ilustrado na próxima subcategoria Discursos ambivalentes sobre o género.

5.5.3 Discursos Ambivalentes sobre o Género

Relativamente à subcategoria “Discursos Ambivalentes sobre o Género” identificamos, nas narrativas das participantes, discursos conflitantes sobre papeis de género, como se pode observar nas seguintes transcrições:

“Culturalmente uma mulher no meu País, aguenta o inferno, mas não se divorcia não se separa porque em é mais importante tu estar casada. Por que se preferes ter um bom emprego não depender do marido, não depender de ninguém é mal vista é considerada uma mulher malandra uma mulher mal-educada uma mulher que nenhum homem aguenta uma mulher sabichona, uma mulher que pensa que é melhor ou que quer fazer o papel do homem e eu sinto que não cabia ali.”
(Anabela)

“Eu decidi conversar com a minha família e tudo, por que no país onde eu estava o aborto era legalizado, mas escolhi ter o bebê e foi por motivos religiosos, hoje em dia, com a cabeça que eu tenho, com a forma que eu acredito, talvez eu tivesse abortado.” (Beatriz)

Corroborando com, Alvarez e Vieira (2014) onde afirmam que

A tendência para a cristalização do conteúdo dos estereótipos de gênero cria frequentemente uma contradição entre o que eles veiculam sobre a masculinidade dominante e a feminilidade dominante e sobre as expectativas sociais relativas a mulheres e a homens, por um lado, e as mudanças que ao longo do tempo vão ocorrendo no modo como são e vivem homens e mulheres e como se (re)constróem as relações sociais e interpessoais (p.15)

Constatando uma consonância com a literatura apresentada, ao observar a narrativa de Anabela, que reporta uma discordância das normas vigentes, mas adota no seu discurso uma reprodução de estereótipo de gênero, atribuindo autonomia ao que descreve como “papel do homem”.

5.6 Resultados relativos à Categoria Condição Originária da Monoparentalidade

Os dados recolhidos relativos à categoria “Condição Originária da Monoparentalidade” correspondendo ao apêndice 6, foram organizados em três subcategorias, a primeira corresponde às “Ruturas Conjugais e Abandono Paterno”, a segunda corresponde à “Gravidez Não Planeada e Decisão Materna”, e a terceira ao “Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterna”, na perspetiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante da circunstâncias que originaram sua situações monoparentalidade, conforme se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 5 - Categoria - subcategoria e indicadores Condição Originária da Monoparentalidade

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Condição Originária da Monoparentalidade	Ruturas Conjugais e Abandono Paterno	<ul style="list-style-type: none"> - Alusão às experiências de separação e abandono emocional. - Referência à ausência de corresponsabilidade paterna. - Menção à sobrecarga emocional e material das mães.
	Gravidez Não Planeada e Decisão Materna	<ul style="list-style-type: none"> - Alusão às decisões autônomas diante de gravidez inesperada. - Menção à ausência de suporte emocional e financeiro do pai. - Referência à conciliação entre valores pessoais e contexto social.
	Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterna	<ul style="list-style-type: none"> - Menção à aceitação da ausência paterna como parte da realidade familiar. - Menção à tentativa de compensar o papel paterno pela mãe. - Alusão ao impacto emocional e simbólico da ausência paterna nos filhos.

5.6.1 Ruturas Conjugais e Abandono Paterno

No que diz respeito à subcategoria “Ruturas Conjugais e Abandono Paterno” identificamos, nas narrativas das participantes, uma correlação sobre o contexto de abandono e o reconhecimento da situação de monoparentalidade, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Eu fui abandonada enquanto grávida. E ser mãe solo é uma experiência profundamente gratificante, mas também emocionalmente exigente. A responsabilidade que nós temos de cuidar, educar e apoiar uma criança recai exclusivamente sobre uma pessoa.” (Samanta)

“A gravidez eu passei a maior parte do tempo sozinha, às vezes quando dava, ele

vinha, acompanhava as consultas, morávamos em cidades diferentes, ele se mudou quando faltava um mês pra eu ter o bebê e percebemos muitas incompatibilidades ao morar juntos, nos separamos duas semanas depois do bebê nascer.” (Cássia)

“Passei a minha gravidez na Austrália, engravidei lá, de um namorado que era recente, ele sugeriu que eu entregasse a criança para adoção e no sistema de saúde de lá, eles perguntam se a gente quer ter a criança ou abortar, eu quis ter e a partir daquele momento já sabia que estava sozinha.” (Beatriz)

“Eu já me sentia mãe solo antes do nascimento do meu filho na gravidez quando eu estava grávida do meu filho, por que ele (pai da criança) não participava nas consultas, no dia a dia do meu filho, e até por que nós não vivíamos juntos, nós estávamos juntos, mas não vivíamos juntos, naquela altura morávamos em cidades diferentes.” (Ana)

“No primeiro mês que eu descobri que estava grávida, ele (pai da criança), tentou persuadir-me e convencer-me de que não era a melhor altura para os dois terem um filho. No entanto, eu não caí naquela situação e decidi ter meu filho, mesmo sem o pai querer, então ele não acompanhou a gravidez.” (Anabela)

Convergindo com Baliana (2013), o fenómeno da monoparentalidade deve ser compreendido numa perspetiva ampla, pois engloba uma diversidade de configurações familiares, incluindo aquelas resultantes de separações, divórcios ou da decisão consciente de recorrer à maternidade de carácter autónomo. Visualizamos nas narrativas, correspondência com a literatura, salientando que nos casos descritos identificamos distintas origens da situação de monoparentalidade interpretadas pelas participantes como experiências de abandono. Nos casos de Cássia e Ana, que estando em uma relação vivenciaram a situação de monoparentalidade, figurada pela ausência do progenitor durante a gestação, antes mesmo da dissolução conjugal.

Continuando a análise dos relatos recolhidos, averiguamos casos de abandono paterno, na descoberta da gravidez, como vimos nas narrativas de Samanta e Beatriz.

“A gravidez foi de alto risco e na altura da pandemia, pra ajudar o pai da criança, era muito irresponsável, não demonstrava interesse e não aceitava conversar, queria que as coisas fossem só do jeito dele e eu tive depressão pós-parto, chegamos a tentar terapia de casal, mas acabamos por separar.” (Bruna)

“Depois da criança nascer, algumas coisas mudaram, a partir dos dois meses até 3 anos da minha filha, eu é que cuidei de tudo praticamente, todos os dias sozinha”
(Catarina)

Temos retratados ainda uma conjuntura em que o casal permanece junto após o nascimento da criança, mas em consequência das responsabilidades geradas pela parentalidade acontece a dissolução da relação. Nos casos relatados, esta dissolução da relação de conjugalidade deu-se nos primeiros meses de vida da criança, como nos trouxeram Bruna e Catarina.

Como podemos observar as histórias de abandono sofridas por estas mulheres aconteceram em contextos diferentes, tendo em comum a fragilidade do senso de parentalidade advinda do progenitor, concatenando a rutura conjugal ao abandono paterno, correlacionada a responsabilização da mulher pela ocorrência da gravidez, mesmo quando acontece de forma não intencional. Como veremos na subcategoria a seguir Gravidez Não Planeada e Decisão Materna.

5.6.2 Gravidez Não Planeada e Decisão Materna

Nesta subcategoria “Gravidez Não Planeada e Decisão Materna” identificamos, como a designação da subcategoria deixa antever, relatos sobre situações em que a da gravidez não foi planeada, como se pode observar nas seguintes transcrições:

“Não foi planeada, no entanto já tinha conversado com o pai da criança, na possibilidade de caso eu engravidar e ele disse que íamos cuidar disso juntos, mas foi só no início.” (Catarina)

“Eu tinha namorado, a condição de gravidez não foi planeada. Foi uma coisa que acabou acontecendo.” (Cássia)

“Não foi uma decisão planeada, foi totalmente inesperado, aconteceu e pronto né, optei por ter o bebé.” (Beatriz)

“Não foi planeada, foi uma coisa que aconteceu (responde com tom desconcertado)” (Ana)

Destacam-se nas narrativas, circunstâncias que referenciam uma gravidez inesperada e a conciliação entre valores pessoais e contextos sociais, destacando que as mulheres entrevistadas relataram estar em uma relação, entretanto, salienta-se o que nos

relata Catarina, que o progenitor assumiu a responsabilidade dos cuidados como promessa, porém, o apoio aconteceu somente em uma fase inicial da parentalidade.

5.6.3 Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterno

No que concerne à subcategoria “Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterna” identificamos, nas narrativas das participantes, a ausência, total ou muito diminuta, de contacto dos pais com as crianças, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“E ele só fala com ela por telemóvel. Não tem feito visitas, ela já tem quatro anos. E não vem aqui. Tem outra família que é portuguesa, eu é que quando vou à cidade onde ele vive, aviso para ver se ele tem interesse em visitá-la” (Bruna)

“Ele (o pai) vem de 8 em 8 meses e quando está perto dela não dá muita confiança, parece que não reconhece como pai.” (Catarina)

“O pai foi sempre totalmente ausente, mesmo eu e ele morando na Austrália e depois ele conseguiu um trabalho na Tailândia, foi morar lá e ele só viu ela umas duas ou três vezes quando ela era bebezinha, foi só. Desde então ele não tem contacto com ela, mas eu deixei sempre muito claro que se ele quisesse tinha as portas abertas pra isso, mas nunca quis se envolver.” (Beatriz)

“O pai vem visitar o filho de dois em dois meses, dependendo de mês em mês, fica umas horinhas, ri com ele está com ele, tira umas fotos e depois vai embora, e quem fica aqui o resto do tempo? Eu a mãe.” (Anabela)

Convergindo na linha de Campos (2021) consideramos que na sociedade se criou, em torno das mulheres, a expectativa que sejam afetivas, projetando-as num modelo que cumprem no ato de cuidar, parte do que as define como mulher. Em contraponto, o homem, exerce um papel mais representativo no sentido de educar e prover, nem sempre conectado a questão afetiva, nem aos cuidados essenciais, o que se racionalizarmos, mais parece uma armadilha performática binária, que limita as ações e propõe um isolamento social da mulher que enquanto mãe, encontra na sua condição pouca ou nenhuma oportunidade para ser outra coisa.

Observa-se, nas narrativas, uma correspondência com a literatura, onde se refere ausência paterna como parte da realidade familiar, sendo como no caso de Beatriz em que o pai optou por não ter participação de nenhuma ordem na vida da/o filha/o, sendo uma

referência em “branco”. Diferindo do que acontece nos casos de Bruna, Anabela e Catarina, que mesmo com o progenitor se declarando pai, é a progenitora quem assume toda a responsabilidade dos cuidados da/o filha/o, mas tem a figura do pai no modo simbólico, por visitas ou chamadas à distância, representam o papel de pai, mas não estando presente na criação da criança de modo efetivo.

5.7 Resultados relativos à Categoria Desafios da Condição de Monoparentalidade

Os dados recolhidos relativos à categoria “Desafios da Condição de Monoparentalidade”, consoante apêndice 7, foram organizados em três subcategorias, a primeira corresponde à “Desinserção no Mercado de Trabalho”, a segunda corresponde à “Solidão e Monoparentalidade” e a terceira corresponde a “Ser Mãe e Imigrante”, na perspectiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante dos desafios perante a situação de monoparentalidade como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 6 - Categoria - subcategoria e indicadores Desafios da Condição de Monoparentalidade

Categoria	Subcategoria	Indicadores
e da Condição de Monoparentalidade	Desinserção no Mercado de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Referência às barreiras de acesso ao emprego formal. - Indicação à dificuldade de conciliar trabalho e cuidados parentais. - Alusão à necessidade de flexibilidade laboral e apoio social.
	Solidão e Monoparentalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Menção à sensação de isolamento social e afetivo. - Alusão à falta de tempo para lazer e autocuidado. - Alusão ao desejo de partilha e reconhecimento social.

	Ser Mãe e Imigrante	<ul style="list-style-type: none"> - Referência às experiências interseccionais entre género, maternidade e migração. - Referência à discriminação cultural e de género. - Indicação à necessidade de redes de apoio e acolhimento comunitário.
--	---------------------	--

5.7.1 Desinserção no Mercado de Trabalho

Nesta subcategoria identificamos, nas narrativas das participantes, relatos acerca da invisibilidade e discriminação sentida perante o mercado de trabalho, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Não existem muitas oportunidades, ainda mais quando se tem uma criança pequena, que não se tem rede de apoio e quando consigo emprego que dê para conciliar é sazonal, tipo de três meses ou é um estágio financiado pelo IEFP, ou seja, um trabalho que não é garantido e eu já tenho 42 anos.” (Bruna)

“Desde que engravidei, só consegui trabalhos temporários, que te pagam menos que um salário mínimo e não tem desconto na segurança social, tentei muitos empregos, mas nenhum bate com o horário de escola da minha filha. Neste momento, estou desempregada, estou a ter o curso de segurança à noite, ou seja, das 19h até as 23h. E de manhã faço formação com o IEFP, das 9h de manhã até às 13h. Estou a fazer tudo isso a ver se eu consigo pelo menos ter um emprego na área de segurança, que acredito que é uma área que talvez os horários sejam mais flexíveis para quem é mãe a solo. Neste período do curso noturno, tenho uma amiga que está me ajudando, ficando com a minha filha, se não fosse isso, não teria como.” (Catarina)

“Atualmente trabalho com vendas para o mercado dos Estados Unidos, ou seja, eu trabalho no horário que pega tarde, noite e madrugada, para atender os horários de lá, eu poderia pegar outros horários, mais normais..., mas este é o melhor para levar e buscar ela da escola. Mas, tipo, o meu sono é totalmente quebrado.” (Beatriz)

“Acabei a Licenciatura, fiz alguns estágios na área, mas já trabalhava a algum tempo como cozinheira primeira. Comecei o mestrado, mas com a gravidez precisei

dar uma pausa, neste momento já que eu me encontro desempregada, o maior desafio será encontrar um trabalho que me aceitem pela minha condição de mãe solo.” (Cássia)

“Nunca na minha vida pensei que eu podia ir trabalhar num hotel, fazer camas, limpar as sanitas, nem pensei que eu estaria aqui a trabalhar 10 horas sem ser paga as horas extras, só me pagarem o salário mínimo, porquê? Porque eu tenho contas para pagar, muitas das vezes nos submetemos a essas condições, porque que nós estamos a precisar” (Ana) “As pessoas precisam cada vez mais, o trabalho tira-te cada vez mais tempo e tu não consegues trabalhar até tarde ou fazer horários rotativos, horas extras, porque tens um filho e não tens com quem deixar. Mudou. Eu tive que... pronto, eu tive um trabalho, o meu primeiro trabalho eu tive de deixar, porque realmente, o meu filho era muito pequeno, eu não conseguia um infantário e eu trabalhava a partir de casa tu tens de lidar é muito stress e eu tinha acabado de ser mãe e eu não conseguia ir para frente, porque o meu filho precisava de mim e eu não tinha quem ajudasse.” (Anabela)

Na sequência do referido por Guadalupe e colaboradores (2015) a monoparentalidade surge como um fator de vulnerabilidade adicional para as mulheres imigrantes. As mães imigrantes solo enfrentam desafios únicos, relacionados à conciliação entre trabalho e cuidados com os filhos, o que também se observou nos testemunhos partilhados pelas participantes do nosso estudo.

As narrativas das participantes relativas ao acesso no mercado de trabalho, retratam um cenário desigual e injusto, no tocante a mulheres mães monoparentais, que enfrentam barreiras pela falta de condições de conciliação entre os cuidados parentais e o trabalho, dificultando o acesso a trabalhos formais, o que coage estas mulheres a se submeterem a trabalhos informais precários e mal remunerados.

Contudo, nos casos daquela que acedem ao emprego, vivenciam condições de exploração e exposição a situações de *stress* e desvalorização, como no caso relatado por Ana.

No entanto, encontramos nos relatos de uma situação de maior flexibilidade nos horários e nas condições de trabalho, conforme nos narrou Beatriz.

Diante das narrativas analisadas, percebemos que as obrigações diárias de uma mulher monoparental trazem uma condição desafiante no que diz respeito à conciliação de todos os encargos da sua rotina e esta constatação conduz ao questionamento sobre a

existência da possibilidade de investir tempo na vida social, para tanto, analisaremos na próxima subcategoria “Solidão e Monoparentalidade”.

5.7.2 Solidão e Monoparentalidade

Na subcategoria “Solidão e Monoparentalidade” identificamos, nas narrativas das participantes, relatos sobre solidão e a dificuldade de socialização, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Se eu quiser sair é com a minha filha, pra ter uma ideia nunca fui às festas da cidade, é 24 horas do meu dia com a minha filha, quase não saio.” (Catarina)

“É bem mais complicado até de você sair, conhecer alguém, entrar num relacionamento, justamente porque você tem tanta responsabilidade, tanta despesa, que tudo pesa muito mais. Sendo mãe solo, nem sempre eu tenho com quem deixar ela, ou não posso, não tenho condições de pagar uma babá para ficar com ela, ou também pela minha idade, pela minha situação de ser monoparental, nem sempre acho amigos, pessoas que queiram sair, é uma posição ali que você está no meio, e que é bem reduzida, que não tem muito o que fazer não, é você, sua filha, cuidar da sua vida, cuidar da sua casa, trabalhar, pagar as contas, então às vezes a gente fica muito estressada, porque não sai, não convive, não conversa, não se diverte.” (Beatriz)

“E eu sinto que a sociedade não está preparada para mães e é por isso que cada vez menos vão haver filhos. Uma vez que tu és mãe, tu és posta de lado em todas as frentes, as pessoas encaram a monoparentalidade como uma coisa triste e isso influencia em tudo, praticamente tu perdes amigos que foi o que aconteceu, perdes amigos, não te convidam e quando queres sair pronto, sais com o teu filho, mas também não podes ir a qualquer sítio, tem que ser sítios propícios para a criança, é isso. Em termos de relacionamento também é muito complicado porque na qualidade de mãe uma pessoa tem uma rotina muito restrita.” (Anabela)

Com base nos relatos registados, destacamos as menções a um isolamento social e afetivo, como consequência recorrente da situação de monoparentalidade, associados à falta de tempo para lazer e autocuidado, que resulta da assunção das responsabilidades parentais e financeiras. Posto isto, salientamos o incomodo vivenciado por Anabela, quando relata da dificuldade de conviver com outras pessoas por não se sentir vista, a não

ser como uma mulher limitada de interagir socialmente pela condição da maternidade, que enquanto mãe monoparental, se torna solitária, centrada no cuidado, o que torna complexo dissociar a sua identidade a do/a filho/a, o que nos leva a outra questão que será explorada na próxima subcategoria, ser mãe e imigrante.

5.7.3 Ser Mãe e Imigrante

Relativamente à subcategoria “Ser Mãe e Imigrante” identificamos, nas narrativas das participantes, o que sentem sob a posição de mãe mulher imigrante, como se pode observar nas seguintes transcrições:

“Porque, imagina, se eu não fosse imigrante, e se eu tivesse uma vida diferente da que eu tenho hoje, eu teria oportunidade de ir a um ginásio. Eu não tenho. Não tenho meios financeiros para isso e tampouco tenho disponibilidade, porque não tenho com quem deixar a miúda. Se eu estivesse lá no Brasil, já teria com quem deixar. Estaria trabalhando, teria meios financeiros para fazer isso. Então, linca com ser mulher e imigrante”. **(Bruna)**

“Ser mãe e estar sozinha, dificulta, quando tu não estás no teu País, é algo que se não tem onde deixar a criança, por que não tem muitas pessoas que possa pedir.” **(Catarina)**

“É claro que eu me sinto mais acolhida pelo meu país, porque é normal, porque é onde a minha família está, é onde eles querem me acolher. Aqui as pessoas têm a vida mais corrida, ao ser imigrante, a gente já sabe que vai ter coisas que vão ser mais difíceis, a gente é desconhecida é diferente, por exemplo, se tu divides casa e acabou de ser mãe, não pode contar com a ajuda, nem compreensão dos outros.” **(Cássia)**

Ao explorarmos os relatos, constamos referenciais acerca da falta de apoio familiar e acolhimento, neste sentido, Topa et al. (2013) incita uma reflexão em torno das possíveis consequências geradas na saúde mental de uma mulher que se torna mãe na condição de mulher imigrante, que pela privação da convivência com familiares e amigos, acrescida da pressão para reconstruir pertencas num contexto cultural diferente, tendência a desenvolver uma condição de vulnerabilidade relacional, caracterizada por sentimentos de solidão e sensação constante de deslocamento.

5.8 Resultados relativos à Categoria Programas, Políticas e Redes de Apoio

Os dados recolhidos relativos à categoria “Programas, Políticas e Redes de Apoio” conforme apêndice 8, foram organizados em 4 subcategorias, a primeira corresponde ao “Acesso a Programas Governamentais de Apoio”, a segunda corresponde às “Redes Informais e Comunitárias de Suporte”, a terceira ao “Apoio Financeiro e Responsabilidade Paterna” e a quarta às “Propostas e Sugestões de Melhoria nas Políticas Públicas” na perspetiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante das suas redes de apoios, formais e informais, como se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 7 - Categoria - subcategoria e indicadores Programas Políticas e Redes de Apoio

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Programas, Políticas e Redes de Apoio	Acesso a Programas Governamentais de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> - Referência à dificuldade de acesso a programas estatais. - Menção à insuficiência dos apoios financeiros e logísticos. - Referência à falta de informação sobre direitos sociais.
	Redes Informais e Comunitárias de Suporte	<ul style="list-style-type: none"> - Alusão à importância do apoio de familiares, amigos e comunidade. - Referência à criação de redes entre mães com experiências semelhantes. - Alusão à solidariedade como estratégia de enfrentamento.
	Apoio Financeiro e Responsabilidade Paterna	<ul style="list-style-type: none"> - Alusão à irregularidade ou ausência de apoio financeiro paterno. - Menção às tentativas de mediação judicial ou institucional. - Referência às consequências económicas da falta de contribuição paterna.

	Propostas e Sugestões de Melhoria nas Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação à necessidade de creches públicas e horários flexíveis de trabalho. - Alusão à importância do apoio psicológico gratuito. - Indicação à criação de políticas específicas para mães imigrantes.
--	--	--

5.8.1 Acesso a Programas Governamentais de Apoio

Na subcategoria “Acesso a Programas Governamentais de Apoio” identificamos, nas narrativas das participantes, o que pensam sobre o acesso a apoios governamentais, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Tem o abono família, e eventualmente tenho subsídios de formação no IEFP.”
(Catarina)

“Comecei a receber o subsídio de crianças e jovens para bebês e, no meu caso, fui demitida logo que minha filha nasceu, por isso neste momento tenho subsídio desemprego.” **(Cássia)**

“Tenho o abono família, mas sinceramente, acho que eles precisavam fazer um reajuste consoante a realidade, é uma ajuda, mas irrisória ao gasto que se tem com uma criança pequena, nem pra comida do mês dele chega.” **(Anabela)**

“O que eu recebo atualmente é o do subsídio de família que vem com esse acréscimo de 10% por ser monoparental e também tenho um programa do governo que chama arrendamento acessível, por lá consegui ter acesso a uma renda que fica bem mais barata.” **(Beatriz)**

“Tem o abono da minha filha e também tenho consegui um apartamento pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e como tenho 60% de incapacidade, porque tenho problemas de saúde e estou desempregada no momento, tenho direito a uma prestação social de inclusão, era suposto eu receber na totalidade pela regra de cálculos deles, mas estão me repassando a percentagem mínima, estão fazendo o cálculo como se eu estivesse empregada.” **(Bruna)**

“Atualmente tenho o benefício de apoio da família da Segurança Social, e da Câmara Municipal, que apoia o arrendamento.” **(Ana)**

No que se refere aos apoios e legislações vigentes, existe a previsão e definição de critérios instituída no Decreto-Lei n.º 87/2008, que altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, introduzindo uma majoração ao montante do abono de família para crianças e jovens, no âmbito das famílias monoparentais, que é referido por uma das participantes. Constatamos por meio das narrativas referências na generalidade ao abono família reconhecido como o apoio social, assegurado, por parte da segurança social e que no seu regulamento prevê uma majoração de 10% para famílias monoparentais, destacamos o relato de Anabela que se refere ao auxílio como um valor mais simbólico que efetivo, conforme constata a participante Anabela.

5.8.2 Redes Informais e Comunitárias de Suporte

Na subcategoria “Redes Informais e Comunitárias de Suporte” identificamos nas narrativas das participantes, as redes de apoio, informal que contam, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Tenho um namorado hoje (relação recente), que puxa muito por mim, traz compras do supermercado, me faz sair de casa ver gente, mas tenho me sentido deprimida e desmotivada a interagir, gostaria de ajudar mais também outras mães que precisam, mas me sinto sem energia pra nada.” (Bruna)

“Não tenho muitos amigos, não sobra tempo, entre trabalho e estudo, o miúdo, mas tem a minha mãe aqui que ajuda quando pode.” (Samanta)

“Tinha um amigo (que foi embora da cidade) que me ajudava levando a minha filha pra escola pra eu conseguir estar num trabalho temporário durante 6 meses, também uma amiga que está me ajudando agora, ficando com minha filha pra eu fazer um curso a noite” (Catarina)

“Alguns amigos também, que vêm visitar, trazem sempre alguma coisa, um presentinho para a criança, fraldas, e sempre ajudam muito, tipo, tentam te dar conselhos, te apoiar naquilo que podem, mas a rede de apoio não sinto que eu tenha.” (Cássia)

“Eu tenho uma amiga aqui, muito querida e especial, que eu considero como irmã. E é só eu e ela. A gente se ajuda. Ela também é, né? Eu fico com a filha dela, ela fica com a minha. Então a gente faz esse intercâmbio, uma ajudando a outra.” (Beatriz)

“Tenho amigos que eu considero irmãos, que eu vou levar para a vida, que

ajudaram desde que antes de eu ter o bebê, e quando preciso para ir a alguma aula no período da noite, vão buscar ele na escola e ficam com ele quando podem, sei que não é todo mundo que tem este privilégio, de ter amigos e que ajudam.” (Ana)
“Aqui em Portugal tenho meu irmão, mas ele mora numa cidade longe, ele faz o possível pra me ajudar, sempre, se for alguma coisa de ordem rápida, fica muito difícil, também posso contar com o padrinho da criança que é irlandês e vem quando preciso muito de lá da Irlanda pra ficar com meu filho, mas não tenho amigos, perdi todos depois que virei mãe.” (Anabela)

Coadunando com Relvas e Vaz, (2002); Hoghughi, (2004), observa-se que a progenitora, sendo a única responsável pelos cuidados das(os) filhas (os), ficam condicionadas a apoios externos advindo de seus vínculos, como por exemplo, amigos, vizinhos, família. Quanto mais firme o lastro formado, mais condições de conciliar as responsabilidades parentais, vida profissional e pessoal de forma mais fluida, possibilitando a construção de uma maior resiliência no enfrentamento dos desafios quotidianos. Constatou-se, nas narrativas analisadas, referência à existência de apoio por parte de familiares, amigos, de maneira mais reduzida, apresentando-se como ajudas pontuais, mas cruciais para a manutenção de vínculo, remetendo a uma conexão familiar, como podemos ver nos relatos de Ana e Beatriz.

5.8.3 Apoio Financeiro e Responsabilidade Paterna

Nesta subcategoria identificamos nas narrativas das participantes, relatos sobre os contributos financeiros por parte do progenitor, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“O pai não contribui em absolutamente nada, nada, nada, como eu falei, nunca foi envolvido, e nem mesmo emocionalmente ou financeiramente, então sou só eu mesmo.” (Beatriz)

“O pai nunca contribuiu em nada. Tenho um tio que me ajuda quando pode, mas a principal responsável pelo pagamento das despesas sou eu.” (Samanta)

“O pai auxilia nas despesas da criança, fala com o filho por chamada e vem umas duas vezes por mês ver ele, geralmente vêm, passa o final de semana e vai embora, digamos que é presente a distância, mas não para as coisas do dia-a-dia.” (Ana)

“Eu separei-me do pai do meu filho, mas o pai do meu filho, em momento algum, deixou de dar para nós. É uma pessoa que... Eu nunca tive qualquer problema, nunca tive que lutar para o meu filho ter direito a alguma coisa.” (Anabela)

“O pai não estando junto comigo manda a pensão da filha” (Cássia)

“Recebo a contribuição do progenitor por que acionei uma advogada da Segurança Social, ele paga através do tribunal. Porque nós tínhamos feito um acordo e ele descumpriu o acordo.” (Bruna)

“O pai ajuda na renda, no entanto, fico limitada na mesma, não chego ao final do mês sequer com 5€ na conta, às vezes o que recebo nem para pagar as despesas chega.” (Catarina)

Dentro do mesmo grupo, se encontram narrativas muito diversificadas acerca desta temática, onde se verifica a inexistência de contribuição financeira e participação paterna como identificamos nos relatos de Beatriz e Samanta, em contraponto referências de auxílio financeiro e participação paterna regulares, como visualizamos no caso de Ana, Anabela e Cássia bem como auxílio financeiro por cumprimento de ordem judicial como vimos na situação que vivencia Bruna e, por fim, de forma parcial e simbólica quanto a contribuição financeira, como aludida por Catarina.

5.8.4 Propostas e Sugestões de Melhoria nas Políticas Públicas

Nesta subcategoria identificamos nas narrativas das participantes, sugestões na criação de ações de melhoria em políticas e iniciativas em prol de famílias monoparentais, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Algo que nos possa fazer trocar ideias, trocar ajuda, sabe? Seria fantástico, seria maravilhoso, um lugar que a gente pudesse trocar ajuda com pessoas confiáveis, que têm a mesma situação que a sua pra deixar seu filho e ficar com o filho desta pessoa e assim por diante, focada em famílias monoparentais que não tem rede de apoio, podendo apoiar umas as outras.” (Bruna)

“Criação de grupos de ajuda local, por exemplo, os pais ou mães que apoiam com transportes. Apoio psicológico, também com iniciativas em reforços na ligação com os serviços comunitários, serviços sociais, instituições locais com apoios que já existem, nas áreas de empregabilidade, programas de estágio e cursos de formação financiada, com horários compatíveis com a vida familiar, para que também possam estar com as suas crianças. Apoio ao estudo (no caso para quem quer dar continuidade aos estudos), com

horários mais flexíveis, e adaptados a quem quer, mas pela circunstância da monoparentalidade não consegue” (Samanta)

“Eu acho que se existisse algum meio de alcançar mais empregos pras mães solteiras, que num horário que seja compatível com a escola, pelo menos de manhã até 18h30. Algo que pudessem priorizar mães solteiras pra vaga de emprego, seria ótimo.” (Catarina).

“Eu acho que deveria existir uma lei que previsse acesso a aconselhamento profissional, como também psicológica e também poderiam prever a formação de grupos de apoio como o modelo do AA, mas com pessoas monoparentais, incluindo mães em puerpério, que todos pudessem contar suas histórias e serem aconselhadas(os).” (Cássia)

“Hoje na minha situação seria muito bom se tivesse pelo menos um transporte escolar para levar e trazer minha filha para a escola, também apoio financeiro, especificamente para a gente, seria bom e seria bom ter um programa de acompanhamento psicológico.” (Beatriz)

“Acho que um escritório como um local que oriente, de informações necessárias, porque muitas das vezes nós não sabemos ao certo como ir numa determinada instituição, o que que cada instituição faz, e às vezes tu chegas nessa instituição que precisas, não te dão informações necessárias, principalmente para as mães solteiras, termos pelo menos esse apoio, mesmo,, posso assim dizer, informações relativamente ao pré-natal, a algum apoio, identifique às pessoas que precisam de apoio social e conseguisse reunir estas mães para conhecerem e contarem sua história e se calhar dar e receber apoio. ” (Ana)

“Se o Governo investisse em contratação de Educadoras e ampliasse a rede de creches públicas ou investisse num programa que subsidiasse um sistema de serviços com amas fora de horário comercial, para atividades específicas, por exemplo, frequentar aulas, cursos, formações. Também acho que poderiam ter vales específicos para comida, fraldas, enfim, como um extra do abono família por exemplo, para que houvesse mais equilíbrio e de fato auxiliasse estas mães a se levantarem.” (Anabela)

Encontramos nas narrativas, uma esperança por algo mais estruturado e por um olhar mais empático por parte dos órgãos governamentais e não governamentais em torno das famílias monoparentais, percebemos uma busca por escuta e poder de representação nas palavras proferidas por estas mulheres que vivem a situação de fato e conhecem as necessidades insurgidas que mesmo feitas por demandas de ordem individual, clamam por uma organização coletiva, pois mesmo se tendo constatado nos relatos registados uma multiplicidade de abordagens, percebe-se uma lógica congruente e pautada na interajuda.

Dentre as propostas apresentadas, verificamos referência a necessidade de criação de políticas específicas para mães monoparentais, bem como apoios financeiros, programas de apoio psicológico a famílias monoparentais, postos de trabalho com horários mais flexíveis, centro de divulgação de informações de direitos e auxílios para famílias monoparentais, programas de ampliação de creches e contratação de educadores e amas fora de horário comercial no intuito de oportunizar acesso a formação superior ou cursos de formação, serviço de transporte escolar, criação de grupos de entajuda local, grupos de aconselhamento profissional e financeiro.

5.9 Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento

Os dados recolhidos relativos à categoria correspondente a “Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento” (apêndice 9), na perspectiva de compreender quais os aspetos evidenciados acerca da perceção das mulheres monoparentais diante das estratégias utilizadas na gestão do quotidiana como se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 8 - Categoria e indicadores Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento		<ul style="list-style-type: none"> - Referência à organização do tempo e tarefas diárias. - Menção ao desenvolvimento de resiliência e otimismo. - Referência à busca por capacitação e independência financeira.

“Sempre partilhar com outras pessoas na mesma situação, não ter vergonha de expor a situação para outras mães na mesma situação que a minha. Dizer exatamente o que se passa e tentar chegar num... Será que eu consigo fazer alguma outra coisa? Eu converso. Falo com as mães, pesquiso, vou ao Chat GPT, falo com uma amiga minha que é advogada. explico a situação. Sabe? É conversando. Só isso. Não tenho uma estratégia.” (Bruna)

“Procuro me informar mais e mais sobre os nossos direitos, residência, saúde, educação, todos os apoios sociais possíveis. Busco procurar ajuda em instituições locais que também existem. E tem também a organização da vida familiar, né? Criando mais rotinas sólidas, uso calendários, o que eu faço muito, listas e metas de gestão doméstica para manter o controle das tarefas, senão uma pessoa fica maluca. E tento dentro do meu possível estabelecer regras e limites claros, mesmo em contexto de estresse, né? Para ter força e enfrentar as dificuldades diárias.” (Samanta)

“Eu me organizo pra conseguir estar a horas certas para pegar o autocarro, mas meu dia é bem ocupado, com um curso online e outro presencial, mais a casa pra cuidar, então é tudo no horário certo, porque se eu atrasar uma coisa, atraso todas as outras, é bem puxado, mas pra gerir tudo e manter sob controle, é a maneira que encontro.” (Catarina)

“Eu escrevo as tarefas, faço um horário de tudo aquilo que eu tenho que fazer e tento segui-la, mesmo não sendo possível sempre, mas tento no máximo realizar as tarefas, tentar conciliar as coisas pra ter um bocadinho de tempo pra me cuidar, porque também se eu não estiver bem, isso vai afetar na vida também e estou sempre pesquisando e lendo pra entender um bocadinho mais pelo que estou passando.” (Cássia)

“Eu trabalho por prioridade, vou elegendo aquilo que preciso fazer primeiro, por exemplo, tem que buscar ela na escola, então tem que fazer comida, e é assim, conciliar estas coisas com o trabalho. E assim vai, um dia de cada vez.” (Beatriz)

“Tenho agenda, sigo uma rotina, vou encaixando as coisas, pra que eu possa conciliar o tempo entre trabalho, aulas e meu filho. Tem vezes que tenho que deixar alguma matéria em standby e assim vou me organizando.” (Ana)

“Eu acabei por desenvolver aquilo que eu acho que são qualidades na vida, uma delas é a gestão de tempo, eu consigo gerir muito bem o meu tempo e eu consigo organizar a minha agenda, já tenho internalizada essa auto-organização. A minha

mente não para, está sempre a trabalhar, então o meu corpo cansa com muita facilidade então aquela vontade em não se cuidar está sempre aqui, e tem aquele sentimento de culpa por não estares a fazer algo para ti e não pelo teu filho, tem até uma expressão em inglês: Mom guilt, mas tento pensar que quando me cuido, me preservo pra ter como cuidar dele, afinal sou a única pessoa que tem toda a responsabilidade.” (Anabela)

Reiterado por Baliana (2013), constata-se que a mulher assume a totalidade da responsabilidade pela gestão doméstica, acumulando funções e encargos, tendo a mulher que assumir uma intensa sobrecarga pela gestão de tarefas domésticas, associadas aos filhos, vida profissional e no papel de provedora. No entanto, desenvolve estratégias quotidianas, acerca deste contexto, o que permite confirmar por meio das narrativas uma referência a métodos de organização para gestão de tempo. Observamos a referência a rotinas bem estruturadas que, na perspetiva de algumas participantes conduzem a melhores resultados diários, como nos relatam, Samanta, Ana, Catarina e Anabela, que destacam o uso de agendas, listas de tarefas, horários bem delimitados por conta de questões de deslocações e da importância de incluir o autocuidado nas suas demandas assim como, buscas por capacitação profissional.

5.10 Resultados relativos à Categoria Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos

Os dados recolhidos relativos à categoria Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos (apêndice 10) foram organizados em duas subcategorias, a primeira corresponde à “Auto percepção da Saúde Física, Mental e Bem-Estar” e a segunda corresponde à “Percepção das Mães acerca da Saúde e Bem-Estar dos Filho”, na perspetiva de compreender quais os aspetos evidenciados através de uma análise da autopercepção das mulheres monoparentais sobre as consequências da monoparentalidade para si no que diz respeito à sua saúde nos âmbitos físico, mental, e de bem-estar. Na mesma linha foi também analisada a percepção que as participantes têm sobre as consequências da monoparentalidade na saúde dos seus filhos ou filhas, conforme pode se observar na tabela seguinte.

Tabela 9 - Categoria - subcategoria e indicadores Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos	Auto percepção da Saúde Física, Mental e Bem-Estar	- Alusão à exaustão física e emocional. - Menção à ansiedade, culpa e sentimento de insuficiência. - Referência ao desejo de autocuidado e bem-estar.
	Percepção das Mães acerca da Saúde e Bem-Estar dos Filhos	- Menção à preocupação com o impacto emocional da ausência paterna. - Referência às estratégias para fortalecer o vínculo mãe-filho. - Alusão à percepção de resiliência e adaptação das crianças.

5.10.1 Auto percepção da Saúde Física, Mental e Bem-Estar

Na subcategoria “Auto percepção da Saúde Física, Mental e Bem-Estar” identificamos, nas narrativas das participantes, sobrecarga mental e tensão, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Sim, acarreta. É muita responsabilidade. (respira fundo e lágrimas vertem no rosto) Há momentos em que eu penso, será que eu vou dar conta? (choro se intensifica). Eu tenho um receio muito grande, isso me abala muito psicologicamente. (ainda chora e tenta suster choro respirando fundo), não vou mentir para você, eu não me sinto uma mulher saudável a nível psicológico, a nível físico. Tenho muitas doenças, tanto que eu tenho um atestado multiuso. Talvez, depois da monoparentalidade, isso tenha se agravado.” (Bruna)

“Cansaço, sobrecarga mental, momentos de solidão, são sempre várias preocupações constantes com o bem-estar, o meu, da criança, o futuro da criança principalmente.” (Samanta)

“A minha mente, saúde mental, nunca voltou a ser como antes. É sempre preocupada, coisas para fazer, e eu não era uma pessoa que anotava as coisas, se eu tinha compromisso, eu não esquecia, mas depois que eu tive a criança, todos os

compromissos eu passo a anotar, que é para não esquecer.” (Catarina)

“Penso que se a criança for criada pelo casal é para os dois estarem aí a apoiar um ao outro, mas quando isso não acontece, existe uma sobrecarga de tarefas, de assuntos para uma pessoa só resolver que se torna desafiante e desgastante pensar em tudo sozinha e sendo imigrante já sabes que vai ter mais desafios. É tudo a dobrar.” (Cássia)

“Ela ainda precisa de muita presença e atenção, mas eu já tive pior, quando ela era muito bebezinha, mas eu fiz terapia na altura, fiz acompanhamento com psicóloga, enfim, agora que ela já está mais grandinha, eu já tento cuidar muito mais disso, eu já consigo ir ao ginásio, então eu tento me exercitar, e isso ajuda também muito, faço meditação.” (Beatriz)

“Eu nunca mais tive sono de qualidade, eu nunca mais dormi oito horas seguidas na minha vida, desde que sou mãe. Eu acho que eu tenho mais responsabilidades agora do que antes, tenho que pensar em muito, tenho que pensar no meu filho, a casa, a comida, a escola, o trabalho, tenho que gerir a vida e criar um filho, mas solteira não é fácil. Criar filho com os pais na mesma casa não é fácil, imagine criar filho mãe solteira.” (Ana)

“Eu tinha um bom trabalho, eu já tinha feito a faculdade, minha vida corria muito bem. E tudo isso desapareceu, assim, num estalar de dedos, a partir do momento em que eu decidi ir para a frente com a minha escolha. E foi como um luto, é como se eu tivesse morrido. Eu chorei todos os nove meses, ou oito meses e meio, passava dias sem falar com ninguém, porque não tinha com quem falar. (embarga a voz e se emociona narrando) Todos os oito meses, passei por choro, raiva, negação, até chegar à aceitação foi um percurso muito difícil e foi esse processo, que não foi fácil, psicologicamente é destruidor, demanda muita força, muita aceitação, acho que resgatar a minha fé ajudou, ajudou muito. Eu fui ao limite e consegui ultrapassar isso.” (Anabela)

Ser mãe em um contexto migratório ou migrar sendo mãe, acarreta um processo complexo de adaptação, como reitera Ramos (2008, p.46)

As mulheres imigrantes nos primeiros anos de migração, confrontam-se com dificuldades psicossociais, emocionais adaptativas e culturais que associadas ao frequente isolamento e à pobreza de relações sociais e familiares provocam

desequilíbrios na interação mãe-criança e na capacidade de resposta às necessidades da mesma.

O que se evidencia nas narrativas destas mulheres que relatam uma sobrecarga mental, causada por mudanças sentidas na sua estrutura de vida, também o stress causado pelo acumulo de responsabilidades centrados na provedora, associados ao sentimento de medo e insuficiência relacionados com os cuidados e sustento da criança. Ao refletir-se acerca de suas abordagens, consegue se visualizar, que devido a uma preocupação cotidiana, a ansiedade e depressão também contornam a condição de monoparentalidade.

Entretanto, dentre as questões narradas, contrapõe-se o caso de Beatriz, que relata ter sentindo esta fragilidade nos primeiros anos da filha e que atualmente, mesmo com a demanda que a filha atribui, já consegue direcionar algum tempo para busca de bem-estar e cuidado.

Ao observar as falas destas mulheres, compreendemos que não se trata apenas de assumir responsabilidades sobre a vida de uma criança, mas de mudanças profundas e permanentes que refletem consequências irreversíveis nestas vidas.

5.10.2 Perceção das Mães acerca da Saúde e Bem-Estar dos Filhos

Nesta subcategoria identificamos nas narrativas das participantes, o bem-estar da(os) filha(os), associado a presença de mais de um adulto como referência, como se pode observar nas seguintes transcrições.

“Do bem-estar, na parte cultural, na escola, o fato de não ter um pai presente, por exemplo, eles ensinam uma música na escola que diz: “O meu pai é grande, quase chega ao céu [...] Ela nem tem contato com o pai, ela canta essa música e eu digo, odeio essa música, porque o seu pai não é nada disso, o que eu vejo é que isto me frustra e faz mal pra ela, eu me sinto o lado mais fraco por não ter essa pessoa e tenho a sensação de que se houvesse uma figura masculina como o pai, ali na reunião da escola, nas apresentações fosse diferente, mas não sei.” (Bruna)

“Eu percebo que o que gera mais impacto é o fato dela não ter contato com o pai, ela já me perguntou várias vezes, eu sinto que às vezes ela solta, tipo, porque o pai dela não quer contato com ela, eu sinto mais dessa parte, entendeu? É o que eu sinto que pega nela.” (Beatriz)

“Quando o pai dele vem visitar, a gente leva ele na escola, busca, passeia, inventamos algumas brincadeiras onde os três estão e nós vemos que ele fica feliz,

felicíssimo, porque às vezes fala mamá, papai e o nome dele, vejo que ele sente falta de ter o pai perto. E ele aprende as coisas com muita facilidade, começou a falar aos sete meses, a andar já também há oito, nove meses, os dentes começaram a sair com dois a três meses, ele aprende muito fácil, já começou a contar, já fala algumas coisas em inglês ... ele é bem saudável!” (Ana)

“Agora que ele está a crescer eu vejo o quão importante é ter alguém aqui com a gente, minha mãe esteve cá e ficou aqui dois meses e acho que ele teve aqui um microtrauma e me parece aqui um problema de abandono, porque ele reagiu assim com o meu irmão, com o padrinho dele, na hora das pessoas irem embora ele começava a chorar e muito, mas ele nunca fez isso com o pai dele, graças a Deus.” (Anabela)

As narrativas analisadas revelam uma preocupação com o impacto emocional gerado na criança pela ausência paterna, ou, pela ausência de mais de uma referência adulta, no que percecionam como uma condição prejudicial causada pela condição de monoparentalidade.

5.11 Resultados relativos à Categoria Síntese e Reflexão sobre ao Tema

Os dados recolhidos relativos à categoria “Síntese e Reflexão sobre o Tema” (apêndice 11) foram organizados no intuito de compreender quais as reflexões das mulheres entrevistadas acerca do tema investigado, Famílias monoparentais (Imigrantes) femininas sem rede de apoio em Portugal: Um Estudo de Casos Múltiplos, como pode-se observar na tabela seguinte.

Tabela 10 - Categoria - subcategoria e indicadores

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Resultados relativos à Categoria Síntese e Reflexão sobre o Tema		- Indicação ao reconhecimento da relevância do estudo. - Referência à importância da visibilidade das mães imigrantes. - Alusão ao desejo de valorização e inclusão social.

Nesta categoria identificamos nas narrativas das participantes, reflexões e abordagens entusiásticas sobre o foco em mulheres imigrantes monoparentais como se pode observar nas seguintes transcrições.

Nesta análise identificamos reflexões e abordagens entusiásticas sobre o foco em mulheres imigrantes monoparentais como se pode observar nas seguintes transcrições.

“O objetivo dessa investigação, para mim, é que se possa no futuro ter algo que nos una. Nós, mães monoparentais imigrantes e quando a gente relata coisas sobre a nossa realidade, sente que de certa forma, que está sendo representada.” (Bruna)

“Eu achei superinteressante, porque realmente ajuda, para quem não tem conhecimento, saber o que realmente se passa com as mães imigrantes de famílias monoparentais, pra dar a conhecer realmente a realidade nua e crua de uma mãe imigrante. É uma realidade que tem vindo a ganhar mais campo, ultimamente. E agora que culpam os imigrantes pela maioria dos problemas que têm acontecido ao nível europeu, principalmente falo de nós que estamos aqui em Portugal. Mas da mesma forma que nós emigramos para aqui, os portugueses também emigram para os outros países à procura de melhores condições de vida.” (Samanta)

“Porque assim, é como se diz, quando há várias opiniões e já há mais possibilidade de eles tentarem fazer alguma coisa, mas analisando cada ponto que foi sugerido pelas mães, ao ponto de tentar buscar e realizar essas coisas na prática. Eu penso que com uma investigação é mais fácil ouvir as vozes das mães solteiras, ao ponto de conseguir um emprego, de ter mais condições em todos os sentidos.” (Catarina)

“É assim, eu achei muito interessante logo quando eu vi o tema, que é monoparentalidade e como dizem conhecimento é poder, eu busco sempre saber

das coisas para também agir sabendo as coisas. E essa situação cada vez mais se torna mais comum, principalmente por causa da sociedade que vivemos hoje em dia. Mais aberta, mais feminista, entre outras. E as mulheres estão ganhando mais poder, estão tendo personalidade própria, estão sabendo se defender não só isso também, porque tem outros porquês da monoparentalidade, achei muito importante e gostei muito de partilhar o que eu sei, do que estou vivenciando neste momento”
(Cássia)

“Eu acredito que o teu objetivo é entender melhor os desafios que a gente como imigrante, mãe solo, para trazer alguma perspectiva de melhoria, de criação de projetos, penso eu, espero que sim. E eu acho que eu tô dando a minha contribuição, abrindo sobre a minha vida, sobre as minhas particularidades, sobre as minhas dificuldades, pra contribuir com esse estudo.” **(Beatriz)**

“É um tema bastante pertinente, porque é um tema que não se fala muito, tem um certo tabu, porque nós como mães solteiras, sentimos vergonha de admitir que somos mães solteiras, e quando eu olho e vejo que tem alguém que está a falar sobre isso como um tema de dissertação, eu espero que seja mesmo um despertar para muitas pessoas que querem olhar mais nesse sentido. Até então, porque nós mães solteiras somos olhadas, nós somos vistas, acho eu, né? Olha ela, foi abandonada, olha ela, coitada, cria um filho sozinha. Eu como mãe também já me questionei acerca disso e já pensei, meu Deus, mãe solteira? Fui abandonada, fui, será isso? Não é isso que eu queria para com meu filho, mas aconteceu, a vida é assim, a vida é assim, nós não prevemos nada.” **(Ana)**

“Eu acho que deve ser a primeira vez que eu ouço alguém a falar sobre isso e que esse trabalho vai ajudar as pessoas a perceberem o outro lado, eu não sei o que é que as outras mulheres responderam, mas eu gostava muito que as pessoas deixassem de olhar para nós como coitadas e sofredoras e passassem a perceber que nós ainda somos pessoas, nós não somos só a mãe da ... do... nós somos a Anabela, a Rita ... E esse trabalho é capaz de ajudar e pode abrir assim os olhos de muita gente e espero que o meu contributo tenha ajudado, porque acredito que a ciência é que nos move, é que nos faz ir para a frente e eu realmente estou muito feliz eu fiquei muito feliz quando fiquei sabendo deste trabalho, e quis logo fazer parte.” **(Anabela)**

Constata-se nas narrativas apresentam expectativas muito positivas acerca da investigação realizada, demonstraram reconhecer a relevância do estudo destacando a importância de dar visibilidade, voz e representatividade às mães monoparentais imigrantes. Percebe-se nos seus relatos um desejo de valorização e inclusão social.

Salienta-se que no decorrer das entrevistas, foram clarificadas as limitadas possibilidades de uma investigação poder mudar as suas vidas.

Considerações Finais

Ao revisitar a questão-problema da investigação - Quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade? E com embasamento nos resultados obtidos, constatou-se que os desafios que estas mulheres enfrentam revelam um percurso de isolamento social, acrescendo a narrativas de sobrecarga mental, com relato de desespero vivenciado pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho associado a limitações relacionadas ao cuidado parental, remetem ainda para uma sensação de invisibilidade e impotência expressada por estas mulheres.

Ao tomar-se conhecimento, diante destas problemáticas, é inevitável refletir acerca de como a desigualdade se manifesta na interseccionalidade do género, com a situação de imigração e da monoparentalidade.

Considerando que para a realização de uma análise que se propôs a uma escuta focada nas percepções das mulheres que passam por processos migratórios e compõem famílias monoparentais, foi necessária a compreensão da complexidade dos perfis destas mulheres, sem desconsiderar a heterogeneidade que as caracteriza.

Para tanto verifica-se que, no grupo de participantes, as mães eram relativamente jovens estando na faixa etária entre 28 e 43 anos, todas com apenas um filho ou filha, a habilitação literária mais baixa é de ensino secundário completo até a mais alta de mestrado completo. Contudo, uma significativa das participantes encontra-se desempregada.

No intuito de responder aos objetivos específicos deste estudo, que em seu primeiro ponto visava caracterizar a origem da situação de monoparentalidade, identificou-se no grupo de participantes, três diferentes narrativas acerca da origem de monoparentalidade, interpretadas pelas participantes como experiências de abandono, salientamos a situação de monoparentalidade figurada pela ausência do progenitor durante a gestação, antes mesmo da dissolução conjugal, outra parte do grupo relatou abandono paterno na descoberta da gravidez, temos retratada ainda uma conjuntura em que o casal permanece junto após o nascimento da criança, mas em consequência das responsabilidades geradas pela parentalidade acontece a dissolução da relação. Nos casos relatados, esta dissolução da relação de conjugalidade deu-se nos primeiros meses de vida da criança.

Dando seguimento, procurou-se compreender que apoios estas mulheres encontraram dentro da sociedade civil e do Estado para aceder a melhores condições de vida para si e para os seus filhos. A este respeito, encontramos referencia ao abono de

família na generalidade das mulheres, que prevê uma majoração de 10% a famílias monoparentais, contudo, uma parte do grupo, participa de uma medida pública que garante um auxílio na renda, contudo no nosso universo de entrevistadas não foram encontrados relatos de terem algum benefício ou prioridade por comporem família monoparental. Entretanto, nas narrativas destaca-se um relato a dizer que o valor do abono família está defasado comparado ao preço dos bens essenciais para uma criança.

Adiante, objetivou-se conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes do status de mãe, migrante e trabalhadora. Relativamente a este propósito observou-se a referência a rotinas bem estruturadas que, na perspectiva de uma parte do grupo de participantes, acreditam que tem melhores resultados diários com o uso de agendas, listas de tarefas e horários bem delimitados por conta de questões de deslocações, ainda uma diminuta parte ressalta a importância de incluir o autocuidado nas suas demandas assim como, a procura por capacitação profissional.

Na sequência, pretendeu-se conhecer a condição sócio económica da mãe imigrante constituindo família monoparental, evidenciou-se no grupo referência a situações de vulnerabilidade denotando uma maior precariedade na sua condição sócio económica pela condição de monoparentalidade, enquanto se identificou, também, a existência de uma certa estabilidade económica e capacidade de suprir necessidades básicas, entretanto com a ressalva da responsabilidade de prover de forma solitária, dificultar uma poupança o que acarreta uma ausência de margem financeira.

Dando continuidade, se propôs a avaliar os impactos na saúde física e mental destas mulheres. No que concerne a este objetivo destacaram-se relatos acerca de sobrecarga mental, causada por mudanças sentidas na sua estrutura de vida, agregando o *stress* causado pelo acumulo de responsabilidades centradas na provedora, ansiedade e depressão, associadas ao sentimento de medo e insuficiência relacionados com os cuidados e sustento da criança, e preocupação quotidiana e interrupta.

Em seguida, procurou analisar-se o impacto, percebido pelas mães, na saúde física e mental dos seus filhos e, os resultados evidenciam uma preocupação das mães relacionada com os impactos na saúde mental dos filhos que a ausência paterna pode gerar.

Por fim, procurou-se identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade, constatou-se, nas narrativas analisadas, a referência à existência de apoio por parte de familiares, amigos, de maneira mais reduzida,

apresentando-se como ajudas pontuais, mas cruciais para a manutenção de vínculo, remetendo a uma conexão familiar.

Contudo, para além das respostas para os objetivos propostos nesta investigação e diante da diversidade e riqueza encontrada nos relatos das participantes do estudo, destacaram-se as sugestões acerca daquilo que consideravam iniciativas que promovessem melhorias nas suas realidades. Dentre as propostas apresentadas, verificamos referência à necessidade de criação de políticas específicas para mães monoparentais, bem como apoios financeiros, programas de apoio psicológico a famílias monoparentais, postos de trabalho com horários mais flexíveis, centro de divulgação de informações de direitos e auxílios para famílias monoparentais, programas de ampliação de creches e contratação de educadores e amas fora de horário comercial com o intuito de oportunizar acesso a formação superior ou cursos de formação, serviço de transporte escolar, indicaram também criação de grupos de entreajuda local e grupos de aconselhamento profissional e financeiro.

A análise das entrevistas realizadas às mulheres imigrantes monoparentais demonstra que a intervenção de um/a Educador/a Social, desempenhou um papel crucial, no seu empoderamento, ao dar visibilidade não só as dificuldades enfrentadas, mas também a força e resiliência que emergem e que orientam a construção desta investigação. Entretanto salienta-se que este estudo não tem a pretensão de caracterizar a totalidade de mulheres imigrantes monoparentais em Portugal, sabe-se que é uma categoria diversa, transversal e abrangente, considerando o universo de mulheres imigrantes, existem realidades distintas das narradas tão generosamente pelas participantes neste estudo, mulheres, mães e imigrantes residentes em Portugal apresentam condições socioeconómicas ainda mais precárias, muitas delas não dominam a língua portuguesa, têm habilitações literárias mais baixas, vivenciam choques culturais mais profundos e, consequentemente podem experienciar ainda maiores dificuldades de inclusão.

Através da condução deste processo de investigação ficou claro que o aprofundamento investigativo neste domínio é necessário. E, nesta perspetiva propõem-se, como temas para investigações futuras a questão de como monoparentalidade masculina é vivenciada na atualidade, uma vez que os papéis de género associados ao cuidado parental estão a mudar. Uma outra questão que surgiu no decorrer do processo de investigação está ligada à pertinência de desenvolver estudos comparativos sobre a situação de famílias monoparentais migrantes e famílias monoparentais não migrantes

Na presente investigação participaram mulheres de países de língua portuguesa e com uma matriz religiosa relativamente homogenia, uma vez que todas elas são cristãs ou foram educadas num contexto cultural cristão, o que nos coloca a questão de abordar a temática a partir da diversidade religiosa. A investigação sobre a inserção de mulheres monoparentais no mercado de trabalho, ou sobre a promoção da equidade em estabelecimentos de educação e formação, são também assuntos que importa investigar, nomeadamente através da análise documental de Planos de Igualdade de instituições, com o objetivo de identificar medidas de promoção da conciliação entre vida familiar, profissional, académica e pessoal.

Para finalizar este trabalho, destaca-se ainda a resiliência, a força e a determinação das mulheres que constituíram o grupo de participantes, que com os seus testemunhos dão visibilidade à situação de tantas outras que, de uma forma inspiradora educam os seus filhos.

Referências

- Agostinho, D. D. (2012). O Papel do Suporte Social Percebido nas Práticas Parentais Negligentes em Famílias Monoparentais. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Universitário de Lisboa.
- Alvarez, T., Vieira, C. (2014). O papel da educação no caminho que falta percorrer em Portugal na desconstrução dos estereótipos de género: breves reflexões. Exedra Revista Científica ESEC de Sexualidade, género e educação.
- Amado, J. (2014). Manual de investigação qualitativa em educação. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amâncio, L. (1994). Masculino e Feminino: a construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, vol. XXXVIII, n. (168), pp. 687-714.
- Anastácio, M. P. (2012). Determinantes de Saúde Mental dos Imigrantes a Viverem em Portugal. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Baliana, K.L.N.J.M. (2013). Monoparentalidade Feminina e Seus Desafios: Um Estudo Exploratório. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Bergano, S. (2012). Ser e tornar-se mulher: educação, geração e identidade de género. [Tese de doutoramento]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra. Biblioteca digital do IPB. <http://hdl.handle.net/10198/9113>.
- Bergano, S., e Vieira, C. (2016). Dar Visibilidade Científica a Assuntos na Sombra: Contribuições Mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa. *Atas CIAIQ2016*, 3, (pp.508-518). <http://hdl.handle.net/10198/13446>.
- Butler, J. (1999). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Butler, J. (2018) Os atos performativos e a constituição do género: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, n.78, (Obra Original publicada em 1990).
- Branco, P. (2004) Do Género à Interseccionalidade: Considerações sobre Mulheres, Hoje e em Contexto Europeu. *Julgar*, nº 4.

Campos, B. T. (2021). *Psicanálise, Maternidade e Normatividade: Uma leitura crítica da feminilidade e maternidade na teoria freudiana*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio.

Campos, de A. V. (2025). *Um Grito no Meio do Silêncio (Des)Construção de Narrativas de Pessoas Não Binárias acerca de Relações Amorosas*. [Dissertação de Mestrado] Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Castro de F, V. (2018). *A Ação dos Estereótipos de Gênero na Construção da Sexualidade no Contexto Escolar*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Instituto de Biociências.

Cierco, T. (2017). *Esclarecendo conceitos: Refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais*. Em J. Woischnik, & R. Themoteo (eds.), *Fluxos migratórios e refugiados na atualidade* (pp. 11-25). Fundação Konrad Adenauer. <https://tinyurl.com/ycke3wh>.

Constituição da República Portuguesa (7.^a revisão constitucional). Assembléia da República. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>. Consulta realizada em 05 de outubro de 2025.

Coutinho, M. P. L. & Oliveira, M. X. (2010). *Tendências comportamentais frente à saúde de imigrantes brasileiros em Portugal*. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 548-557.

Código do Trabalho — Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (versão consolidada). Diário da República. Disponível em [Código do Trabalho - CT | DR](#) . Aprova a revisão do Código do Trabalho. Consulta em 02 de outubro de 2025.

Crenshaw, K. (2002) *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, Florianópolis: UFSC. p.171-188, (Obra original publicada em 2002).

D'Amorim. A. (1997). *Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros*. *Temas em Psicologia*, V(5) nº3, 121-134. [Estereótipos de gênero](#).

Decreto-Lei n.º 38/2023 [Decreto-Lei n.º 38/2023](#). Diário da República, 2.^a Série. regula a realização do inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e a criação de uma bolsa de imóveis do Estado para habitação, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social. Consulta realizada em 01 de Outubro de 2025.

Decreto-Lei n.º 38/2023 [Decreto-Lei n.º 38/2023](#). Diário da República, 2.^a Série. regula a realização do inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e a criação de uma bolsa de imóveis do Estado para habitação, no âmbito do

Programa de Estabilização Económica e Social. Consulta realizada em 01 de Outubro de 2025.

Decreto-Lei n.º 119/2021, de 16 de dezembro. Diário da República, 1.ª série, n.º 242. Procede ao reforço da proteção social na eventualidade de desemprego. Consulta realizada em 02 de Outubro de 2025.

Departamento de Estudos e Avaliação em Saúde- Departamento do Utente. (2025). Acesso de imigrantes a cuidados de saúde primários. Entidade Reguladora da Saúde.

Fernandes, F. (2024). Entre Narrativas e Políticas: O Pacto Global para a Migração Segura Ordenada e Regular e a Reconfiguração das Respostas da União Europeia aos Fluxos Migratórios entre 2015 e 2022. [Dissertação de mestrado]. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Repositório aberto da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/95437>.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024). Perfil da população portuguesa. Pordata. [Pordata retrata perfil da população portuguesa](#). Consulta em 20 de julho de 2025.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024). Retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal. Pordata. [Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal](#). Consulta em 4 de julho de 2025.

Firmino, F.H., Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, Série v. (19), n. 1, p. 51-61. <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819>.

Góis, P. (2022) Redes, interligações e sistemas migratórios num Portugal europeu e atlântico. Relações Internacionais. https://doi.org/10.23906/ri2022.75a06_pp.087-105.

Góis, P. Marques, J, C. (2007), Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal. Lisboa: ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I.P.

Góis, P. Marques, C, J. (2018) Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos, e-cadernos CES <https://doi.org/10.4000/eces.3307>.

Guadalupe, S., Tavares, S., Monteiro, R. (2015). Redes de Suporte e (in) acesso a direitos em famílias monoparentais femininas. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 17, N.2, pp. 41 -63.

Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Orgs.), Handbook of parenting: Theory and research for practice pp. 07-28. Londres: SAGE

- Instituto Migrações e Direitos Humanos. (2018). Glossário das Migrações. <https://www.migrante.org.br/glossario>. Consulta realizada em 01 de julho de 2025.
- Laville, C., Dionne, J. (2008). A Construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman. Editora UFMG.
- Loureiro, R., Bernardo, J., Loureiro, M. A. H. (2022). A Ética em Investigação Científica: Particularidades nos Estudos em e com Pessoas Idosas. *Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v.3, n.6, Artigo e361627. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.1627>.
- Louro, L. G. (2011). Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70.
- Minayo, M. C. D. S. (2010). O desafio do conhecimento. *Pesquisa qualitativa em saúde*, 12.261, 297.
- Nogueira, C.,N.(2019). Identidade, Pertencimento e Inclusão nas Migrações: Reflexões e Intersecções Teóricas para uma Liberdade Comum.XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas -Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.[Identidade, Pertencimento e Inclusão nas Migrações: Reflexões e Intersecções Teóricas para uma Liberdade Comum1 Nayara Co.](#)
- Nolasco, C. (2016). Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. *Oficina do CES*, 434, 1-29.
- Oliveira, C. (2023) *Observatório das Migrações. Imigração em Números. Indicadores de integração de imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2023*. SEF 1ª ed. (Imigração em Números – Relatórios Anuais 8)
- Organização das Nações Unidas - ONU.(2025) <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/> - Imigrações. Consulta em 1 de julho de 2025.
- Padilla., B, Plaza, H, S., Ortiz, A. (2012) Avaliando as boas práticas em saúde e migrações em Portugal: teoria, prática e política. *Fórum Sociológico*. p.p. 33-41 <https://doi.org/10.4000/sociologico.550>.
- Palma, L. Richwin, F. I. Zanello, V. (2018). Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia- MG, v.33, nº2. <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v33n2-2020-6>.

Peixoto, J.; Craveiro, D.; Malheiros, J. & Oliveira, I. (2017). Migrações e sustentabilidade demográfica. Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/migracoes-e-sustentabilidade-demografica>.

Portal Diplomático, República Portuguesa, Negócios Estrangeiros.(2025). Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP). <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/comunidade-paises-de-lingua-portuguesa>. Consulta em 20 de julho de 2025.

Ramos, N. [Org.] (2008). Saúde, Migração e Interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas. Cidade Universitária João Pessoa. Paraíba, Brasil: Editora Universitária da UFPB.

Relvas, A. P., Vaz, C. P. (2002). Monoparentalidade: uma família à parte ou parte de uma família? In M. Alarcão, & A. P. Relvas (Eds.), Novas formas de família (pp. 245-298). Coimbra: Quarteto Editora.

Sampaio, M. (2025). Representações Sociais e práticas familiares: um olhar sobre casais tradicionais e não tradicionais [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Silva., S., G da. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de género e à literatura masculinista. Psicologia: Ciência e Profissão, v.26, p. 118-131.

Stryker, S. (2006). (De)subjugate knowledges: an introduction to transgender studies. In S. Stryker & S. Whittle (Eds.), The Transgender Studies Reader (pp. 1-17). New York: Routledge.

Topa, B, J. (2013). Cuidados de saúde materno-infantis à população imigrante residente em Portugal [Tese de Doutoramento], Escola de Psicologia - Universidade do Minho. Repositório Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/26676>.

Wall, K., Lobo, C., (1999). Famílias monoparentais em Portugal. Análise Social, vol. XXXIV (150), 123-145.

Zanforlin, C., S.(2013). A Construção Contemporânea do Refugiado e do Migrante: dos benefícios da condição de vítima à repreensão do protagonismo. Revisita pós eco – www.pos.eco.ufrj.br – ISSN 2175-8689 – v. (16), n. 1, p. 134-146.

Apêndice 1 Guião de Entrevista

Título: Famílias monoparentais femininas sem rede de apoio em Portugal: Um Estudo de Casos Múltiplos

Investigadora: Mónica Francine Lucas Dutra

Email: monica.ldutra@ipb.pt

Orientadora: Ph.D. Sofia Marisa Alves Bergano

E-mail: sbergano@ipb.pt

Questões de Investigação: Quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade?

Objetivos:

- Caracterizar as referências identitárias de mulheres, imigrantes e mães compondo família monoparental;
- Conhecer a condição socioeconómica de mães imigrantes constituindo família monoparental;
- Retratar a origem da situação de monoparentalidade de mulheres migrantes;
- Identificar programas e políticas por parte do Estado que apoiam famílias monoparentais femininas;
- Identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade;
- Conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes da circunstância de ser mãe, migrante e trabalhadora;
- Avaliar a auto percepção dos impactos decorrentes de ser mulher migrante em situação de monoparentalidade na saúde física e mental destas mulheres;
- Avaliar a percepção das mulheres sobre o impacto que a sua condição de mulheres migrantes e mães em famílias monoparentais têm nas suas vidas.

Blocos	Objetivo do bloco	Questões	Tópicos/questões orientadores/as
<p>Bloco 1</p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Explicar a conjuntura, criando um ambiente confortável para realização da entrevista;</p>	<p>Agradecer a disponibilidade, ressaltando sua participação como colaborador do projeto;</p> <p>Explicar o problema central e os objetivos;</p> <p>Garantir a confidencialidade;</p> <p>Solicitar autorização para a gravação áudio da entrevista.</p> <p>Atribuição de nome fictício a entrevistada</p>	<p>(Termo de Consentimento Esclarecido)</p>
<p>Bloco 2</p> <p>Caracterização sociodemográfica</p>	<p>Caracterizar do ponto de vista sociodemográfico do grupo de participantes</p> <p>Conhecer o percurso migratório das participantes</p>	<p>Pode, por favor, descrever-se?</p> <p>Pode descrever o seu trajeto migratório?</p>	<p>Idade</p> <p>Profissão</p> <p>Habilitações académicas</p> <p>Religião</p> <p>Nacionalidade</p> <p>País de origem</p> <p>Percurso Migratório</p> <p>Tempo de residência em Portugal</p>

<p>Bloco 3</p> <p>Perfil socioeconómico</p>	<p>Conhecer a situação socioeconómica da mãe imigrante constituindo família monoparental;</p>	<p>Como caracteriza a sua situação económica?</p> <p>Considera que tem conforto e qualidade de vida do ponto de vista material?</p> <p>Quais os desafios que encontra (ou encontrou) no âmbito sócio económico?</p> <p>A maternidade “a solo” alterou a sua realidade sócio económica? Se sim, de que forma?</p>	<p>Recursos para prover a família</p> <p>Recursos para bens culturais, sociais e de lazer</p> <p>Despesas com o(s) filho(s)</p> <p>Apoios e recursos para fazer face às despesas com as crianças</p>
<p>Bloco 4</p> <p>Caracterização identitária</p>	<p>Caracterizar a referência identitária das participantes do estudo</p>	<p>Como se vê, qual perspectiva de si mesma diante de sua interação com o mundo/ sociedade?</p> <p>-Você poderia fazer uma auto descrição?</p> <p>Como caracteriza o seu sentimento de pertença?</p>	<p>-considere aspetos físicos, traços de personalidade e outros que considere relevantes</p> <p>Relação e identificação com a cultura do país de origem</p> <p>Relação e identificação com a cultura do país de acolhimento</p>

<p>Bloco 5</p> <p>Condição originária da monoparentalidade</p>	<p>Retratar a origem da situação de monoparentalidade;</p>	<p>Qual foi a origem da sua condição de monoparentalidade?</p> <p>A maternidade é anterior ou posterior à migração?</p> <p>As decisões de imigrar e de constituir famílias estão relacionadas? Pode explicar porquê?</p>	<p>Número de filhos</p> <p>Nacionalidade das crianças</p> <p>Presença/ausência do progenitor/pai da(s) crianças</p>
<p>Bloco 6</p> <p>Programas, políticas e redes de apoio</p>	<p>Identificar programas, políticas, apoios por parte do estado para que estas mulheres criem condições como provedoras de suas famílias;</p> <p>Identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade.</p>	<p>Beneficia de algum Programa ou Política Governamental? Qual?</p> <p>Tem alguma rede de apoio, como amigos, família? Pode descrevê-la?</p> <p>Tem alguma sugestão de apoio que poderia se criar em torno de auxiliar mães em situação de monoparentalidade?</p>	<p>Apoios financeiros</p> <p>Apoios na conciliação da vida familiar e profissional</p> <p>Apoio sócio afetivo</p>

<p>Bloco 7</p> <p>Estratégias individuais</p>	<p>Conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes do status de mãe, migrante e trabalhadora;</p>	<p>Quais os principais desafios que enfrenta na situação de mulher e mãe imigrante?</p> <p>Quais as estratégias que mobiliza frente aos desafios que aparecem diante ser mãe, provedora e mulher imigrante?</p>	<p>Na vida profissional</p> <p>Na vida familiar</p> <p>Na comunidade</p>
<p>Bloco 8</p> <p>Impactos (percebidos) gerados na saúde mental da mulher imigrante, mãe, trabalhadora</p>	<p>Avaliar a auto percepção dos impactos decorrentes de ser mulher migrante em situação de monoparentalidade na saúde física e mental destas mulheres;</p>	<p>No seu ponto de vista ter uma família monoparental acarreta consequências para a sua saúde e bem-estar?</p> <p>Sente que o facto de ser imigrante pode ter alguma influência na sua saúde? Porquê?</p> <p>E em termos de bem-estar?</p>	<p>Saúde física e mental</p> <p>Bem-estar</p>

<p>Bloco 9</p> <p>Impacto observado pelas mães na saúde mental do(s) filho(s)</p>	<p>Analisar o impacto percebido pelas mães na saúde física e mental dos seus filhos.</p>	<p>Na sua opinião a sua situação familiar tem impacto na saúde e bem-estar ou no comportamento dos seus filhos?</p> <p>E a situação de ser migrante?</p>	<p>Saúde geral</p> <p>Bem-estar</p> <p>Sentimento de pertença</p> <p>Comportamento</p> <p>Aprendizagem</p> <p>Outras dimensões que considere relevantes.</p>
<p>Bloco 10</p> <p>Síntese e meta reflexão sobre a própria entrevista.</p> <p>Agradecimentos</p>	<p>Captar o sentido que o entrevistado dá à própria situação da entrevista</p>	<p>O que pensa dos objetivos desta mesma investigação, e como vê o contributo que pôde dar à mesma</p> <p>Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao que foi dito?</p>	<p>Agradecer a disponibilidade e generosidade da participante.</p>

Apêndice 2 Protocolo de consentimento - Entrevista

Eu, _____, aceito participar de livre vontade no estudo de autoria de Mônica Dutra, estudante da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal, no âmbito do trabalho intitulado “Famílias monoparentais femininas sem rede de apoio em Portugal: Um Estudo de Casos Múltiplos”, que servirá de base para a Unidade Curricular: Dissertação a ser apresentada no curso de Mestrado em Educação Social – Educação e intervenção ao longo da vida. O objetivo da investigação é: Quais os desafios enfrentados por mulheres migrantes em situação de monoparentalidade?

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, em que aceito participar, respondendo a uma entrevista que explora questões sobre a temática referida, onde não existem respostas corretas ou incorretas, apenas as minhas opiniões e relatos sobre a minha experiência de vida.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento e sempre que eu julgar oportuno, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Entendo ainda, que toda a informação obtida neste estudo, em que os dados serão analisados e poderão ser publicados em atividades de natureza académica, será estritamente confidencial quanto a minha identidade, que nunca será revelada em qualquer tempo ou por qualquer meio, de forma que estará preservado o meu sigilo e anonimato.

Aceito, portanto, participar da investigação, respondendo à entrevista, e de forma a viabilizar o melhor registo, autorizo a gravação em áudio deste inquérito.

Nome _____ do _____ entrevistado:

Assinatura _____ do _____ entrevistado:

Data ___/___/___

Nome

do

investigador:

Assinatura

do

investigador:

Data ___/___/___

Apêndice 3 Análise de Conteúdo Perfil Sócio Económico

1. Categoria Perfil Sócio Económico	
Subcategoria	Unidades de Registo
<p>1.1 Perfil de Vulnerabilidade Sócio económica</p>	<p>“A minha situação financeira nunca foi tão ruim nesses quase 11 anos que eu estou aqui em Portugal como está agora, estou limitada por causa da miúda, os horários não me permitem conciliar o cuidado com ela e encontrar uma atividade laboral com horários compatíveis, não encontras muitas oportunidades, ainda mais quando se tem uma criança pequena [Entrevistada começa a chorar].” (Bruna)</p> <p>“Consigo comprar comida e cobrir as despesas, mas falta pra pagar a renda e alguma outra despesa.” (Catarina)</p>
<p>1.2 Perfil de Estabilidade Económica com Conforto Relativo</p>	<p>“Eu consigo pagar as minhas despesas básicas. Mas vivo com alguns desafios financeiros.” (Samanta)</p> <p>“E eu não considero que a minha situação financeira aqui seja algo que dê para eu pagar minhas contas e ainda sobrar muito. Isso não é o que acontece.” (Cássia)</p> <p>“É assim, eu sou trabalhador assalariado, né? Então assim, suficiente para pagar a renda, para pagar as contas, para comprar comida, felizmente, graças a Deus. Mas assim, não sobra muito para sair, para comer fora, para passear.” (Beatriz)</p> <p>“Economicamente, eu estou bem. Eu não pago renda, a casa é do meu pai, portanto, já ajuda muito, por que eu não consegui vaga em infantário público para o meu filho, então hoje o que não gasto na renda, gasto em um infantário privado.” (Anabela)</p>

Apêndice 4 Análise de Conteúdo Percurso Migratório

2. Categoria Percurso Migratório	
Subcategoria	Unidades de Registo
2.1 Motivações, Trajetórias e Adaptação no Processo Migratório	<p>“Eu vim para cá sem família, me desloquei sem família. E em Lisboa foi que eu fui mãe. E quando me mudei para Bragança já era monoparental.” (Bruna)</p> <p>“Vim pra Portugal com 15 anos pra fazer o profissional, tive muitas dificuldades no início da fase de adaptação, por estar num país diferente, os hábitos são diferentes, a cultura é outra. Foi mais no início, me sinto muito acolhida, nas portas onde bati, tive sempre algum apoio.” (Samanta)</p> <p>“Eu vim para cá em fevereiro de 2020. No entanto, o objetivo mesmo, um dos objetivos era fazer mestrado, mas devido a condições financeiras e também por causa do Covid, tive que suspender e trabalhar. (Catarina)</p> <p>“Eu vim com o objetivo de estudar, mas por chegar não dava pra me manter só com os recursos que os meus pais me ofereciam. Então comecei a trabalhar mesmo full-time o que torna mais difícil conciliar trabalho e estudo.” (Cássia).</p> <p>“Primeiro migrei para a Austrália para estudar inglês e engravidei, tive minha filha e estive lá por 2 anos e meio, voltei pro Brasil e nessa altura trabalhei um período em navios de cruzeiros, enquanto ela ficou lá com a minha mãe, e aí foi passando por aqui, por Portugal, que eu decidi emigrar para cá, daí eu comecei a pesquisar sobre o país e tudo, e aí foi quando eu juntei dinheiro e decidi vir para cá com ela.” (Beatriz)</p> <p>“Sendo que toda mãe quer sempre o melhor para o seu filho, eu percebi que Angola não tinha condições para dar aquilo que eu queria ao meu filho, portanto como em Portugal existem melhores condições e seria menos burocracia no meu caso, por que meu pai é português, portanto vim tendo cidadania, ainda durante a gravidez, pra ter meu filho aqui.” (Anabela)</p>
2.2 Sentimento de Pertença e Integração Cultural	<p>“Eu só me vejo como imigrante, eu não consigo... Eu tenho cidadania portuguesa, mas eu não consigo, em hipótese alguma, me identificar, seja lá o que for. Tenho amigos portugueses, faço convívio, mas sempre me vejo como imigrante, sempre.” (Bruna)</p> <p>“Eu me sinto as vezes entre os dois mundos e ao mesmo tempo, em mundo nenhum.” (Samanta)</p> <p>“Pra mim é bem parecido, mas prefiro aqui do que lá, mesmo com todas as dificuldades, aqui tem mais segurança e saúde.” (Catarina)</p> <p>“Me identifico com o jeito reservado de Portugal, até por que eu sou um pouco mais assim, mas sinto falta do meu País e gosto, gosto muito de ser de onde sou.” (Beatriz)</p> <p>“Eu gosto muito do meu País, já estou repassando coisas sobre lá pro meu filho, ensinando ela a dançar, dança típica de lá, faço pratos de lá pra não esquecer, enfim, minhas raízes estão lá, eu tento sempre manter.” (Ana)</p> <p>“Meu país não estava preparado para mim, o meu filho iria sofrer e que as pessoas não iam entender, Portugal por outro lado acolheu-me de braços abertos porque Portugal é um país mais livre e aceita melhor essa situação e está preparado para isso, sinto-me muito melhor aqui.” (Anabela)</p>

Apêndice 5 Análise de Conteúdo Construções Sociais de Género

3. Categoria Construções Sociais de Género	
Subcategoria	Unidades de Registo
3.1 Reprodução de papéis tradicionais de género	<p>“Porque é orgulho sabermos que nós estamos a dar o nosso melhor para os nossos filhos, nós estamos a lutar para o bem-estar dos nossos filhos, com ou sem pais ao lado e no meu caso, quando percebi que estava a fazer tudo sozinha, pensei: se eu dou conta, para que vou ficar nisso? chamei o pai dele pra conversar e falei pra ele que era melhor vivermos nossas vidas separados.” (Ana)</p>
3.2 Novas Narrativas de Maternidade Solo	<p>“É assim, nós vivemos numa sociedade onde cada vez mais as mulheres são independentes, se tornam independentes, e não é como antigamente que as mulheres aceitavam, eram obrigadas a aceitar qualquer coisa e a continuar o relacionamento, porque se não se saírem desse relacionamento, iam ser julgadas pela sociedade.”(Cássia)</p> <p>“A maternidade a solo é uma realidade vivida por muitas mulheres, que assumem, por diferentes razões, a criação dos seus filhos sem um apoio constante pode ser uma escolha consciente, uma escolha da própria mulher.” (Samanta)</p>
3.3 Discursos Ambivalentes sobre o Género	<p>“Culturalmente uma mulher no meu País, aguenta o inferno, mas não se divorcia não se separa porque em é mais importante tu estar casada. Por que se preferes ter um bom emprego não depender do marido, não depender de ninguém é mal vista é considerada uma mulher malandra uma mulher mal-educada uma mulher que nenhum homem aguenta uma mulher sabichona e uma mulher que pensa que é melhor ou que quer fazer o papel do homem e eu sinto que não cabia ali.” (Anabela)</p> <p>“Eu decidi conversar com a minha família e tudo, por que no país onde eu estava o aborto era legalizado, mas escolhi ter o bebê e foi por motivos religiosos, hoje em dia, com a cabeça que eu tenho, com a forma que eu acredito, talvez eu tivesse abortado.” (Beatriz)</p>

Apêndice 6 Análise de Conteúdo Condição originária da Monoparentalidade

4. Categoria Condição originária da Monoparentalidade	
Subcategoria	Unidades de Registo
4.1 Ruturas Conjugais e Abandono Paterno	<p>“A gravidez foi de alto risco e na altura da pandemia, pra ajudar o pai da criança, era muito irresponsável, não demonstrava interesse e não aceitava conversar, queria que as coisas fossem só do jeito dele e eu tive depressão pós parto, chegamos a tentar terapia de casal, mas acabamos por separar.” (Bruna)</p> <p>“Eu fui abandonada enquanto grávida. E ser mãe solo é uma experiência profundamente gratificante, mas também emocionalmente exigente. A responsabilidade que nós temos de cuidar, educar e apoiar uma criança recai exclusivamente sobre uma pessoa.” (Samanta)</p> <p>“Depois da criança nascer, algumas coisas mudaram, a partir dos dois meses até 3 anos da minha filha, eu é que cuidei de tudo praticamente, todos os dias sozinha” (Catarina)</p> <p>“A gravidez eu passei a maior parte do tempo sozinha, às vezes quando dava, ele vinha, acompanhava as consultas, morávamos em cidades diferentes, ele se mudou quando faltava um mês pra eu ter o bebé e percebemos muitas incompatibilidades ao morar juntos, nos separamos duas semanas depois do bebé nascer.” (Cássia)</p> <p>“Passei a minha gravidez na Austrália, engravidei lá, de um namorado que era recente, ele sugeriu que eu entregasse a criança pra adoção e no sistema de saúde de lá, eles perguntam se a gente quer ter a criança ou abortar, eu quis ter e a partir daquele momento já sabia que estava sozinha.” (Beatriz)</p> <p>“Eu já me sentia mãe solo antes do nascimento do meu filho na gravidez quando eu estava grávida do meu filho, por que ele (pai da criança) não participava nas consultas, no dia a dia do meu filho, e até por que nós não vivíamos juntos, nós estávamos juntos, mas não vivíamos juntos, naquela altura morávamos em cidades diferentes.” (Ana)</p> <p>“No primeiro mês que eu descobri que estava grávida, ele (pai da criança), tentou persuadir-me e convencer-me de que não era a melhor altura para os dois terem um filho. No entanto, eu não caí naquela situação e decidi ter meu filho, mesmo sem o pai querer, então ele não acompanhou a gravidez.” (Anabela)</p>
4.2 Gravidez Não Planeada e Decisão Materna	<p>“Não foi planeada, no entanto já tinha conversado com o pai da criança, na possibilidade de caso eu engravidar e ele disse que íamos cuidar disso juntos, mas foi só no início.” (Catarina)</p> <p>“Eu tinha namorado, a condição de gravidez não foi planeada. Foi uma coisa que acabou acontecendo.” (Cássia)</p> <p>“Não foi uma decisão planeada, foi totalmente inesperado, aconteceu e pronto né, optei por ter o bebé.” (Beatriz)</p> <p>“Não foi planeada, foi uma coisa que aconteceu (responde com tom desconcertado)” (Ana)</p>

<p>4.3 Vínculo Fragilizado e Normalização da Ausência Paterna</p>	<p>“E ele só fala com ela por telemóvel. Não tem feito visitas, ela já tem quatro anos. E não vem aqui. Tem outra família que é portuguesa, eu é que quando vou a cidade onde ele vive, aviso para ver se ele tem interesse em visitá-la” (Bruna)</p> <p>“Ele (o pai) vêm de 8 em 8 meses e quando está perto dela não dá muita confiança, parece que não reconhece como pai.” (Catarina)</p> <p>“O pai foi sempre totalmente ausente, mesmo eu e ele morando na Austrália e depois ele conseguiu um trabalho na Tailândia, foi morar lá e ele só viu ela umas duas ou três vezes quando ela era bebezinha, foi só. Desde então ele não tem contato com ela, mas eu deixei sempre muito claro que se ele quisesse tinha as portas abertas pra isso, mas nunca quis se envolver.” (Beatriz)</p> <p>“O pai vem visitar o filho de dois em dois meses, dependendo de mês em mês, fica umas horinhas, ri com ele está com ele, tira umas fotos e depois vai embora, e quem fica aqui o resto do tempo? Eu a mãe.” (Anabela)</p>

Apêndice 7 Análise de Conteúdo Desafios da condição de Monoparentalidade

5. Categoria Desafios da condição de Monoparentalidade	
Subcategoria	Registo de Análise
5.1 Desinserção no Mercado de Trabalho	<p>“Não existem muitas oportunidades, ainda mais quando se tem uma criança pequena, que não se tem rede de apoio e quando consigo emprego que dê para conciliar é sazonal, tipo de três meses ou é um estágio financiado pelo IEFP, ou seja, um trabalho que não é garantido e eu já tenho 42 anos.” (Bruna)</p> <p>“Desde que engravidei, só consegui trabalhos temporários, que te pagam menos que um salário mínimo e não tem desconto na segurança social, tentei muitos empregos, mas nenhum bate com o horário de escola da minha filha. Neste momento, estou desempregada, estou a ter o curso de segurança à noite, ou seja, das 19h até as 23h. E de manhã faço formação com o IEFP, das 9h de manhã até às 13h. Estou a fazer tudo isso a ver se eu consigo pelo menos ter um emprego na área de segurança, que acredito que é uma área que talvez os horários sejam mais flexíveis para quem é mãe a solo. Neste período do curso noturno, tenho uma amiga que está me ajudando, ficando com a minha filha, se não fosse isso, não teria como.” (Catarina)</p> <p>“Acabei a Licenciatura, fiz alguns estágios na área, mas já trabalhava a algum tempo como cozinheira 1º, comecei o mestrado, mas com a gravidez precisei dar uma pausa, neste momento já que eu me encontro desempregada, o maior desafio será encontrar um trabalho que me aceitem pela minha condição de mãe solo.” (Cássia)</p> <p>“Atualmente trabalho com vendas para o mercado dos Estados Unidos, ou seja, eu trabalho no horário que pega tarde, noite e madrugada, para atender os horários de lá, eu poderia pegar outros horários, mais normais..., mas este é o melhor para levar e buscar ela da escola. Mas, tipo, o meu sono é totalmente quebrado.” (Beatriz)</p> <p>“Nunca na minha vida pensei que eu podia ir trabalhar num hotel, fazer camas, limpar as sanitas, nem pensei que eu estaria aqui a trabalhar 10 horas sem ser paga as horas extras, só me pagarem o salário mínimo, porquê? Porque eu tenho contas para pagar, muitas das vezes nos submetemos a essas condições, porque que nós estamos a precisar” (Ana)</p> <p>As pessoas precisam cada vez mais, o trabalho tira-te cada vez mais tempo e tu não consegues trabalhar até tarde ou fazer horários rotativos, horas extras, porque tens um filho e não tens com quem deixar. Mudou. Eu tive que... pronto, eu tive um trabalho, o meu primeiro trabalho eu tive que deixar, porque realmente, o meu filho era muito pequeno, eu não conseguia um infantário e eu trabalhava a partir de casa tu tens de lidar é muito stress e eu tinha acabado de ser mãe e eu não conseguia ir para frente, porque o meu filho precisava de mim e eu não tinha quem ajudasse.” (Anabela)</p>
5.2 Solidão e Monoparentalidade	<p>“Não sinto vontade nenhuma de interagir, acho que um dos motivos é essa condição de desemprego, isso me desanimou, sabe. Antes eu saía, andava de bicicleta com a minha filha, agora sinto que quando saio é meio que forçada a sair, porque se for só por mim, não tenho vontade de fazer absolutamente nada.” (Bruna)</p>

5. Categoria Desafios da condição de Monoparentalidade

	<p>“Se eu quiser sair é com a minha filha, pra ter uma ideia nunca fui às festas da cidade, é 24 horas do meu dia com a minha filha, quase não saio.” (Catarina)</p> <p>“É bem mais complicado até de você sair, conhecer alguém, entrar num relacionamento, justamente porque você tem tanta responsabilidade, tanta despesa, que tudo pesa muito mais. Sendo mãe solo, nem sempre eu tenho com quem deixar ela, ou não posso, não tenho condições de pagar uma babá para ficar com ela, ou também pela minha idade, pela minha situação de ser monoparental, nem sempre acho amigos, pessoas que queiram sair, é uma posição ali que você está no meio, e que é bem reduzida, que não tem muito o que fazer não, é você, sua filha, cuidar da sua vida, cuidar da sua casa, trabalhar, pagar as contas, então às vezes a gente fica muito estressada, porque não sai, não convive, não conversa, não se diverte.” (Beatriz)</p> <p>“E eu sinto que a sociedade não está preparada para mães e é por isso que cada vez menos vão haver filhos. Uma vez que tu és mãe, tu és posta de lado em todas as frentes, as pessoas encaram a monoparentalidade como uma coisa triste e isso influencia em tudo, praticamente tu perdes amigos que foi o que aconteceu perdes amigos, não te convidam e quando queres sair pronto, saís com o teu filho mas também não podes ir a qualquer sítio, tem que ser sítios propícios para a criança, é isso em termos de relacionamento também é muito complicado porque na qualidade de mãe uma pessoa tem uma rotina muito restrita.” (Anabela)</p>
5.3 Ser mãe e imigrante	<p>“Porque, imagina, se eu não fosse imigrante, e se eu tivesse uma vida diferente da que eu tenho hoje, eu teria oportunidade de ir a um ginásio. Eu não tenho. Não tenho meios financeiros para isso e tampouco tenho disponibilidade, porque não tenho com quem deixar a miúda. Se eu estivesse lá no Brasil, já teria com quem deixar. Estaria trabalhando, teria meios financeiros para fazer isso. Então, linca com ser mulher e imigrante”. (Bruna)</p> <p>“Como mulher imigrante, me sinto numa era de disputa, porque parece que agora os imigrantes é que são culpados da maioria dos problemas que têm acontecido ao nível europeu, principalmente falo de nós que estamos aqui em Portugal. Eu creio que não, que da mesma forma que nós emigramos para aqui, os portugueses também emigram para os outros países à procura de melhores condições de vida.” (Samanta)</p> <p>“Ser mãe e estar sozinha, dificulta, quando não estás no teu País, é algo que se não tem onde deixar a criança, por que não tem muitas pessoas que possa pedir.” (Catarina)</p> <p>“É claro que eu me sinto mais acolhida pelo meu país, porque é normal, porque é onde a minha família está, é onde eles querem me acolher. Aqui as pessoas têm a vida mais corrida, ao ser imigrante, a gente já sabe que vai ter coisas que vão ser mais difíceis, a gente é desconhecida é diferente, por exemplo, se tu divides casa e acabou de ser mãe, não pode contar com a ajuda, nem compreensão dos outros.” (Cássia)</p> <p>“Eu sou luso-angolana, eu tenho dupla nacionalidade, também sou daqui, mas quando fui buscar um sítio para fazer uma ecografia pra acompanhar minha gestação, a enfermeira do Centro de Saúde, olhou meu documento, nem sequer leu, viu que aquilo era de Angola e atirou-me o documento, ela não entregou normal, chegou um momento que perdi as esperanças e precisei buscar meios para poder recorrer a um hospital privado.” (Anabela)</p>

Apêndice 8 Análise de Conteúdo Programas, Políticas e Redes de Apoio

6. Categoria Programas, Políticas e Redes de Apoio	
Subcategoria	Unidade de Registo
<p>6.1 Acesso Programas Governamentais de Apoio</p>	<p>“Tem o abono da minha filha e também tenho consegui um apartamento pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e como tenho 60% de incapacidade, porque tenho problemas de saúde e estou desempregada no momento tenho direito a uma prestação social de inclusão, era suposto eu receber na totalidade pela regra de cálculos deles, mas estão me repassando a percentagem mínima, estão fazendo o cálculo como se eu estivesse empregada.” (Bruna)</p> <p>“Tem o abono família, e eventualmente tenho subsídios de formação no IEFP.” (Catarina)</p> <p>“Comecei a receber o subsídio de crianças e jovens para bebês e no meu caso fui demitida logo que minha filha nasceu, por isso neste momento tenho subsídio desemprego.” (Cássia)</p> <p>“O que eu recebo atualmente é o do subsídio de família que vem com esse acréscimo de 10% por ser monoparental e também tenho um programa do governo que chama arrendamento acessível, por lá consegui ter acesso a uma renda que fica bem mais barata.” (Beatriz)</p> <p>“Atualmente tenho o benefício de apoio da família da Segurança Social, e da Câmara Municipal, que apoia o arrendamento.” (Ana)</p> <p>“Tenho o abono família, mas sinceramente, acho que eles precisavam fazer um reajuste consoante a realidade, é uma ajuda, mas irrisória ao gasto que se tem com uma criança pequena, nem pra comida do mês dele chega.” (Anabela)</p>
<p>6.2 Redes Informais e Comunitárias de Suporte</p>	<p>“Tenho um namorado hoje (relação recente), que puxa muito por mim, traz compras do supermercado, me faz sair de casa ver gente, mas tenho me sentido deprimida e desmotivada a interagir, gostaria de ajudar mais também outras mães que precisam, mas me sinto sem energia pra nada.” (Bruna)</p> <p>“Não tenho muitos amigos, não sobra tempo, entre trabalho e estudo, o miúdo, mas tem a minha mãe aqui que ajuda quando pode.” (Samanta)</p> <p>Tinha um amigo (que foi embora da cidade) que me ajudava levando a minha filha pra escola pra eu conseguir estar num trabalho temporário durante 6 meses, também uma amiga que está me ajudando agora, ficando com minha filha pra eu fazer um curso a noite” (Catarina)</p> <p>“Alguns amigos também, que vêm visitar, trazem sempre alguma coisa, um presentinho para a criança, fraldas, e sempre ajudam muito, tipo, tentam te dar conselhos, te apoiar naquilo que podem, mas a rede de apoio não sinto que eu tenha.” (Cássia)</p> <p>“Eu tenho uma amiga aqui, muito querida e especial, que eu considero como irmã. E é só eu e ela. A gente se ajuda. Ela também é, né? Eu fico com a filha dela, ela fica com a minha. Então a gente faz esse intercâmbio, uma ajudando a outra.” (Beatriz)</p> <p>“Tenho amigos que eu considero irmãos, que eu vou levar para a vida, que ajudaram desde que antes de eu ter o bebê, e quando preciso para ir a alguma aula no período da noite, vão buscar ele na escola e ficam com ele quando podem, sei que não é todo mundo que tem este privilégio, de ter amigos e que ajudam.” (Ana)</p>

6. Categoria Programas, Políticas e Redes de Apoio

“Aqui em Portugal tenho meu irmão, mas ele mora numa cidade longe, ele faz o possível pra me ajudar, sempre, se for alguma coisa de ordem rápida, fica muito difícil, também posso contar com o padrinho da criança que é irlandês e vem quando preciso muito de lá da Irlanda pra ficar com meu filho, mas não tenho amigos, perdi todos depois que virei mãe.”
(Anabela)

6.3 Apoio Financeiro e Responsabilidade Paterna

“Recebo a contribuição do progenitor por que acionei uma advogada da Segurança Social, ele paga através do tribunal. Porque nós tínhamos feito um acordo e ele descumpriu o acordo.” **(Bruna)**

“O pai nunca contribui em nada. Tenho um tio que me ajuda quando pode, mas a principal responsável pelo pagamento das despesas sou eu.” **(Samanta)**

“O pai ajuda na renda, no entanto fico limitada na mesma, não chego ao final do mês sequer com 5 € na conta, às vezes o que recebo nem para pagar as despesas chega.” **(Catarina)**

“O pai não estando junto comigo manda a pensão da filha” **(Cássia)**

“O pai não contribui em absolutamente nada, nada, nada, como eu falei, nunca foi envolvido, e nem mesmo emocionalmente ou financeiramente, então sou só eu mesmo.” **(Beatriz)**

“O pai auxilia nas despesas da criança, fala com o filho por chamada e vem umas duas vezes por mês ver ele, geralmente vêm, passa o final de semana e vai embora, digamos que é presente a distância, mas não para as coisas do dia a dia.” **(Ana)**

“Eu separei-me do pai do meu filho, mas o pai do meu filho, em momento algum, deixou de dar para nós. É uma pessoa que... Eu nunca tive qualquer problema, nunca tive que lutar para o meu filho ter direito a alguma coisa.” **(Anabela)**

6.4 Propostas e Sugestões de Melhoria nas Políticas Públicas

“Algo que nos possa fazer trocar ideias, trocar ajuda, sabe? Seria fantástico, seria maravilhoso, um lugar que a gente pudesse trocar ajuda com pessoas confiáveis, que têm a mesma situação que a sua pra deixar seu filho e ficar com o filho desta pessoa e assim por diante, focada em famílias monoparentais que não tem rede de apoio, podendo apoiar umas as outras.” **(Bruna)**

“Criação de grupos de ajuda local, por exemplo, os pais ou mães que apoiam com transportes. Apoio psicológico, também com iniciativas em reforços na ligação com os serviços comunitários, serviços sociais, instituições locais com apoios que já existem, nas áreas de empregabilidade, programas de estágio e cursos de formação financiada, com horários compatíveis com a vida familiar, para que também possam estar com as suas crianças. Apoio ao estudo (no caso para quem quer dar continuidade aos estudos), com horários mais flexíveis, e adaptados a quem quer, mas pela circunstância da monoparentalidade não consegue” **(Samanta)**

“Eu acho que se existisse algum meio de alcançar mais empregos para mães solteiras, que num horário que seja compatível com a escola, pelo menos de manhã até 18h30. Algo que pudessem priorizar mães solteiras pra vaga de emprego, seria ótimo.” **(Catarina)**

“Eu acho que deveria existir uma lei que previsse acesso a aconselhamento profissional, como também psicológica e também poderiam prever a formação de grupos de apoio como o modelo do AA, mas com pessoas monoparentais, incluindo mães em puerpério, que todos pudessem contar suas histórias e serem aconselhadas(os).” **(Cássia)**

6. Categoria Programas, Políticas e Redes de Apoio

“Hoje na minha situação seria muito bom se tivesse pelo menos um transporte escolar para levar e trazer minha filha para a escola, também apoio financeiro, especificamente para a gente, seria bom e seria bom ter um programa de acompanhamento psicológico.” **(Beatriz)**

“Acho que um escritório como um local que oriente, de informações necessárias, porque muitas das vezes nós não sabemos ao certo como ir numa determinada instituição, o que que cada instituição faz, e às vezes tu chegas nessa instituição que precisas, não te dão informações necessárias, principalmente para as mães solteiras, termos pelo menos esse apoio, mesmo,, posso assim dizer, informações relativamente ao pré-natal, a algum apoio, identifique às pessoas que precisam de apoio social e conseguisse reunir estas mães para conhecerem e contarem sua história e se calhar dar e receber apoio.” **(Ana)**

“Se o Governo investisse em contratação de Educadoras e ampliasse a rede de creches públicas ou investisse num programa que subsidiasse um sistema de serviços com amas fora de horário comercial, para atividades específicas, por exemplo, frequentar aulas, cursos, formações. Também acho que poderiam ter vales específicos para comida, fraldas, enfim, como um extra do abono família por exemplo, pra que houvesse mais equilíbrio e de fato auxiliasse estas mães a se levantarem.” **(Anabela)**

Apêndice 9 Análise de Conteúdo Estratégias Individuais

7. Categoria Estratégias Individuais Gestão do Quotidiano e Estratégias de Enfrentamento	
Subcategoria	Registro de Análise
	<p>“Sempre partilhar com outras pessoas na mesma situação, não ter vergonha de expor a situação para outras mães na mesma situação que a minha. Dizer exatamente o que se passa e tentar chegar num... Será que eu consigo fazer alguma outra coisa? Eu converso. Falo com as mães, pesquiso, vou ao Chat GPT, falo com uma amiga minha que é advogada. explico a situação. Sabe? É conversando. Só isso. Não tenho uma estratégia.” (Bruna)</p> <p>“Procuo me informar mais e mais sobre os nossos direitos, residência, saúde, educação, todos os apoios sociais possíveis. Busco procurar ajuda em instituições locais que também existem. E tem também a organização da vida familiar, né? Criando mais rotinas sólidas, uso calendários, o que eu faço muito, listas e metas de gestão doméstica para manter o controle das tarefas, senão uma pessoa fica maluca. E tento dentro do meu possível estabelecer regras e limites claros, mesmo em contexto de estresse, né? Para ter força e enfrentar as dificuldades diárias.” (Samanta)</p> <p>“Eu me organizo pra conseguir estar a horas certas para pegar o autocarro, mas meu dia é bem ocupado, com um curso online e outro presencial, mais a casa pra cuidar, então é tudo no horário certo, por que se eu atrasar uma coisa, atraso todas as outras, é bem puxado, mas pra gerir tudo e manter sob controle, é a maneira que encontro.” (Catarina)</p> <p>“Eu escrevo as tarefas, faço um horário de tudo aquilo que eu tenho que fazer e tento segui-la, mesmo não sendo possível sempre, mas tento no máximo realizar as tarefas, tentar conciliar as coisas pra ter um bocadinho de tempo pra me cuidar, porque também se eu não estiver bem, isso vai afetar na vida também e estou sempre pesquisando e lendo pra entender um bocadinho mais pelo que estou passando.” (Cássia)</p> <p>“Eu trabalho por prioridade, vou elegendo aquilo que preciso fazer primeiro, por exemplo, tem que buscar ela na escola, então tem que fazer comida, e é assim, conciliar estas coisas com o trabalho. E assim vai, um dia de cada vez.” (Beatriz)</p> <p>“Tenho agenda, sigo uma rotina, vou encaixando as coisas, pra que eu possa conciliar o tempo entre trabalho, aulas e meu filho. Tem vezes que tenho que deixar alguma matéria em standby e assim vou me organizando.” (Ana)</p> <p>“Eu acabei por desenvolver aquilo que eu acho que são qualidades na vida, uma delas é a gestão de tempo, eu consigo gerir muito bem o meu tempo e eu consigo organizar a minha agenda, já tenho internalizada essa auto-organização. A minha mente não para, está sempre a trabalhar, então o meu corpo cansa com muita facilidade então aquela vontade em não se cuidar está sempre aqui, e tem aquele sentimento de culpa por não estares a fazer algo para ti e não pelo teu filho, tem até uma expressão em inglês: Mom guilt, mas tento pensar que quando me cuido, me preservo pra ter como cuidar dele, afinal sou a única pessoa que tem toda a responsabilidade.” (Anabela)</p>

Apêndice 10 Análise de Conteúdo Impactos na Saúde Mental das Mães e Filhos

8. Categoria Impactos na saúde Mental das Mães e filhos	
Subcategoria	Unidade de Registo
8.1 Auto percepção da saúde física, mental e bem-estar	<p>“Sim, acarreta. É muita responsabilidade. (respira fundo e lágrimas vertem no rosto) Há momentos em que eu penso, será que eu vou dar conta? (choro se intensifica). Eu tenho um receio muito grande, isso me abala muito psicologicamente. (Mãe ainda chora e tenta suster choro respirando fundo), não vou mentir para você, eu não me sinto uma mulher saudável a nível psicológico, a nível físico. Tenho muitas doenças, tanto que eu tenho um atestado multiuso. Talvez, depois da monoparentalidade, isso tenha se agravado.” (Bruna)</p> <p>“Cansaço, sobrecarga mental, momentos de solidão, são sempre várias preocupações constantes com o bem-estar, o meu, da criança, o futuro da criança principalmente.” (Samanta)</p> <p>“A minha mente, saúde mental, nunca voltou a ser como antes. É sempre preocupada, coisas para fazer, e eu não era uma pessoa que anotava as coisas, se eu tinha compromisso, eu não esquecia, mas depois que eu tive a criança, todos os compromissos eu passo a anotar, que é para não esquecer.” (Catarina)</p> <p>“Penso que se a criança for criada pelo casal é para os dois estarem aí a apoiar um ao outro, mas quando isso não acontece, existe uma sobrecarga de tarefas, de assuntos para uma pessoa só resolver que se torna desafiante e desgastante pensar em tudo sozinha e sendo imigrante já sabes que vai ter mais desafios. É tudo a dobrar.” (Cássia)</p> <p>“Ela ainda precisa de muita presença e atenção, mas eu já tive pior quando ela era muito bebezinha, mas eu fiz terapia na altura, fiz acompanhamento com psicóloga, enfim, agora que ela já está mais grandinha, eu já tento cuidar muito mais disso, eu já consigo ir ao ginásio, então eu tento me exercitar, e isso ajuda também muito, faço meditação.” (Beatriz)</p> <p>“Eu nunca mais tive sono de qualidade, eu nunca mais dormi oito horas seguidas na minha vida, desde que sou mãe. Eu acho que eu tenho mais responsabilidades agora do que antes, tenho que pensar em muito, tenho que pensar no meu filho, a casa, a comida, a escola, o trabalho, tenho que gerir a vida e criar um filho mais solteira não é fácil. Criar filho com os pais na mesma casa não é fácil, imagine criar filho mãe solteira.” (Ana)</p> <p>“Eu tinha um bom trabalho, eu já tinha feito a faculdade, minha vida corria muito bem. E tudo isso desapareceu, assim, num estalar de dedos, a partir do momento em que eu decidi ir para a frente com a minha escolha. E foi como um luto, é como se eu tivesse morrido. Eu chorei todos os nove meses, ou oito meses e meio, passava dias sem falar com ninguém, porque não tinha com quem falar. (entrevistada embarga a voz e se emociona narrando) Todos os oito meses, passei por choro, raiva, negação, até chegar à aceitação foi um percurso muito difícil e foi esse processo, que não foi fácil, psicologicamente é destruidor, demanda muita força, muita aceitação, acho que resgatar a minha fé ajudou, ajudou muito. Eu fui ao limite e consegui ultrapassar isso.” (Anabela)</p>

8. Categoria Impactos na saúde Mental das Mães e filhos

8.2 Percepção das mães acerca da Saúde e Bem-Estar dos Filhos

“Do bem-estar, na parte cultural, na escola, o fato de não ter um pai presente, por exemplo, eles ensinam uma música na escola que diz: “O meu pai é grande, quase chega ao céu [...]. Ela nem tem contato com o pai, ela canta essa música e eu digo, odeio essa música, porque o seu pai não é nada disso, o que eu vejo é que isto me frustra e faz mal pra ela, eu me sinto o lado mais fraco por não ter essa pessoa e tenho a sensação de que se houvesse uma figura masculina como o pai, ali na reunião da escola, nas apresentações fosse diferente, mas não sei.” **(Bruna)**

“Eu percebo que o que gera mais impacto é o fato dela não ter contato com o pai, ela já me perguntou várias vezes, eu sinto que às vezes ela solta, tipo, porque o pai dela não quer contato com ela, eu sinto mais dessa parte, entendeu? É o que eu sinto que pega nela.” **(Beatriz)**

“Quando o pai dele vem visitar, a gente leva ele na escola, busca, passeia, inventamos algumas brincadeiras onde os três estão e nós vemos que ele fica feliz, felicíssimo, porque às vezes fala mamá, papai e o nome dele, vejo que ele sente falta de ter o pai perto. E ele aprende as coisas com muita facilidade, começou a falar aos sete meses, a andar já também há oito, nove meses, os dentes começaram a sair com dois a três meses, ele aprende muito fácil, já começou a contar, já fala algumas coisas em inglês e também ele é muito saudável” **(Ana)**

“Agora que ele está a crescer eu vejo o quão importante é ter alguém aqui com a gente, minha mãe esteve cá e ficou aqui dois meses e acho que ele teve aqui um microtrauma e me parece aqui um problema de abandono, porque ele reagiu assim com o meu irmão, com o padrinho dele, na hora das pessoas irem embora ele começava a chorar e muito, mas ele nunca fez isso com o pai dele, graças a Deus.” **(Anabela)**

Apêndice 11 Análise de Conteúdo Síntese e Reflexão sobre a entrevista

9. Categoria Síntese e Reflexão sobre o Tema	
Subcategoria	Unidades de Registo
	<p>“O objetivo dessa investigação, para mim, é que se possa no futuro ter algo que nos una. Nós, mães monoparentais imigrantes e quando a gente relata coisas sobre a nossa realidade, sente que de certa forma, que está sendo representada.” (Bruna)</p> <p>“Eu achei super interessante porque realmente ajuda, para quem não tem conhecimento, saber o que realmente se passa com as mães imigrantes de famílias monoparentais, pra dar a conhecer realmente a realidade nua e crua de uma mãe imigrante. É uma realidade que tem vindo a ganhar mais campo, ultimamente. E agora que culpam os imigrantes pela maioria dos problemas que têm acontecido ao nível europeu, principalmente falo de nós que estamos aqui em Portugal. Mas da mesma forma que nós emigramos para aqui, os portugueses também emigram para os outros países à procura de melhores condições de vida.” (Samanta)</p> <p>“Porque assim, é como se diz, quando há várias opiniões e já há mais possibilidade deles tentarem fazer alguma coisa, mas analisando cada ponto que foi sugerido pelas mães, ao ponto de tentar buscar e realizar essas coisas na prática. Eu penso que com uma investigação é mais fácil ouvir as vozes das mães solteiras, ao ponto de conseguir um emprego, de ter mais condições em todos os sentidos.” (Catarina)</p> <p>“É assim, eu achei muito interessante logo quando eu vi o tema, que é monoparentalidade e como dizem conhecimento é poder, eu busco sempre saber das coisas para também agir sabendo as coisas. E essa situação cada vez mais se torna mais comum, principalmente por causa da sociedade que vivemos hoje em dia. Mais aberta, mais feminista, entre aspas. E as mulheres estão ganhando mais poder, estão tendo personalidade própria, estão sabendo se defender não só isso também, porque tem outros porquês do momento, achei muito importante e gostei muito de partilhar o que eu sei, do que estou vivenciando neste momento” (Cássia)</p> <p>“Eu acredito que o teu objetivo é entender melhor os desafios que a gente como imigrante, mãe, solo, para trazer alguma perspectiva de melhoria, de criação de projetos, penso eu, espero que sim. E eu acho que eu tô dando a minha contribuição, abrindo sobre a minha vida, sobre as minhas particularidades, sobre as minhas dificuldades, pra contribuir com esse estudo.” (Beatriz)</p> <p>“É um tema bastante pertinente, porque é um tema que não se fala muito, tem um certo tabu, porque nós como mães solteiras, sentimos vergonha de admitir que somos mães solteiras, e quando eu olho e vejo que tem alguém que está a falar sobre isso como um tema de dissertação, eu espero que seja mesmo um despertar para muitas pessoas que querem olhar mais nesse sentido. Até então, porque nós mães solteiras somos olhadas, nós somos vistas, acho eu, né? Olha ela, foi abandonada, olha ela, coitada, cria um filho sozinha. Eu como mãe também já me questionei acerca disso e já pensei, meu Deus, mãe solteira? Fui abandonada, fui, será isso? Não é isso que eu queria para com meu filho, mas aconteceu, a vida é assim, a vida é assim, nós não prevemos nada.” (Ana)</p>

“Eu acho que deve ser a primeira vez que eu ouço alguém a falar sobre isso e que esse trabalho vai ajudar as pessoas a perceberem o outro lado, eu não sei o que é que as outras mulheres responderam, mas eu gostava muito que as pessoas deixassem de olhar para nós como coitadas e sofredoras e passassem a perceber que nós ainda somos pessoas, nós não somos só a mãe da ... do... nós somos a Anabela, a Rita ... E esse trabalho é capaz de ajudar e pode abrir assim os olhos de muita gente e espero que o meu contributo tenha ajudado, porque acredito que a ciência é que nos move, é que nos faz ir para a frente e eu realmente estou muito feliz eu fiquei muito feliz quando fiquei sabendo deste trabalho, e quis logo fazer parte.” **(Anabela)**

Anexo 1 Parecer da Comissão de Ética



Parecer

Dados do Funcionário

Nome: Email:
Filiação:

Parecer

Após leitura e análise do projeto nº 556892, intitulado Famílias monoparentais femininas sem rede de apoio em Portugal: Um Estudo de Casos Múltiplos. tendo como objetivos:

- Caracterizar as referências identitárias de mulheres, imigrantes e mães compondo família monoparental;
- Conhecer a condição socioeconómica de mães imigrantes constituindo família monoparental;
- Retratar a origem da situação de monoparentalidade de mulheres migrantes;
- Identificar programas e políticas por parte do Estado que apoiam famílias monoparentais femininas;
- Identificar redes informais de apoio de mulheres imigrantes em situação de monoparentalidade;
- Conhecer estratégias individuais face aos desafios decorrentes da circunstância de ser mãe, migrante e trabalhadora;
- Avaliar a auto percepção dos impactos decorrentes de ser mulher migrante em situação de monoparentalidade na saúde física e mental destas mulheres;
- Avaliar a percepção das mulheres sobre o impacto que a sua condição de mulheres migrantes e mães em famílias monoparentais tem nas suas vidas.

A Comissão de Ética do IPB emite Parecer Favorável/Deferido à realização do mesmo.

P556892-R698642-D2204360

Data